



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JONAS GUILHERME FIGUEIREDO DA TRINDADE

**A RAZÃO NEOLIBERAL NA AMAZÔNIA E O APAGAMENTO DA JUVENTUDE
EM ALTAMIRA-PA**

BELÉM
2022

JONAS GUILHERME FIGUEIREDO DA TRINDADE

**A RAZÃO NEOLIBERAL NA AMAZÔNIA E O APAGAMENTO DA JUVENTUDE
EM ALTAMIRA-PA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Cardoso e Cardoso.

BELÉM
2022

JONAS GUILHERME FIGUEIREDO DA TRINDADE

**A RAZÃO NEOLIBERAL NA AMAZÔNIA E O APAGAMENTO DA JUVENTUDE
EM ALTAMIRA-PA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciência Política, na área de concentração “Ciência Política” e linha de pesquisa “Democracia e Sociedade”.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Cardoso e Cardoso
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Examinadora Interna: Profa. Dra. Maria Dolores Lima da Silva
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Examinador Externo: Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Suplente: Prof. Dr. Jaime Luiz Cunha de Souza
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Apresentado em: ____/____/____

Conceito: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao universo e sua força criadora que me colocou nessa jornada de aprendizado científico. Aos meus pais, Paulo e Ana, que sempre me incentivaram a trilhar o caminho acadêmico. À minha filhota, Luiza, que me ensina diariamente a ser pai e me encoraja a lutar por dias melhores. E aos meus professores que foram e sempre serão essenciais na minha caminhada. Amanhã... vai ser outro dia! ♪♪.

RESUMO

Esta pesquisa abordar uma análise crítica do neoliberalismo vivido na Amazônia e seus impactos, sobretudo os que levam à morte de dezenas de jovens geralmente negros e oriundos de periferia da região ocasionando o sofrimento de inúmeras famílias. O epicentro de estudo para esta pesquisa é a cidade de Altamira, localizada no Centro-Sul do estado do Pará, local de grande diversidade socioambiental, banhada pelo Rio Xingu, onde foi implementada a hidrelétrica de Belo Monte, a qual afetou socialmente e ambientalmente a cidade e sua região. Para compreender a razão neoliberal que se expandiu na localidade amazônica, será utilizada uma construção teórica a partir de Michel Foucault, a fim de analisar a razão governamental por trás das ações ou omissões de um Estado que na ânsia de atender ao mercado por meio de grandes lucros advindos da exploração econômica dos recursos naturais na Amazônia, alimenta uma política de morte (necropolítica), direcionada, sobretudo, aos jovens de periferia amazônica.

Palavras-Chave: Neoliberalismo na Amazônia. Extermínio de jovens. Necropolítica.

ABSTRACT

This research addresses a critical analysis of neoliberalism lived in the Amazon and its impacts, especially those that lead to death of dozens of young people, usually black and from the periphery of the region, causing the suffering of countless families. The epicenter of study for this research is the city of Altamira, located in the south center of the state of Pará, a place of great socio-environmental diversity, bathed by the Xingu River, where the Belo Monte hydroelectric plant was implemented, which affected socially and environmentally the city and your region. In order to understand the neoliberal reason that expanded in the Amazon region, a theoretical construction based on Michel Foucault will be used, in order to analyze the governmental reason behind the actions or omissions of a State that in its eagerness to serve the market for through large profits from the economic exploitation of natural resources in the Amazon, it feeds a policy of death (necropolitics), aimed, above all, at young people from the Amazon periphery.

Keywords: Neoliberalism in the Amazon. Extermination of young people. Necropolitics.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1	–	Crescimento populacional de Altamira entre 2008 e 2021	47
Gráfico 2	–	Taxa de homicídios de Altamira em relação a Parauapebas antes da construção da UHB	50
Gráfico 3	–	Taxa de homicídios de Altamira em relação a Parauapebas após construção da UHB	50
Gráfico 4	–	Faixa etária das vítimas de homicídios dolosos de Altamira – PA (2013-2021)	53
Gráfico 5	–	Gráfico 5 - Tipos de vítimas de homicídios dolosos de Altamira-PA (2013 a 2021)	53
Gráfico 6	–	Repasse de Verbas da União ao Município de Altamira-PA por Áreas.	54
Gráfico 7	–	Evolução da educação em Altamira	56
Gráfico 8	–	Taxa da criminalidade em Altamira	64
Gráfico 9	–	Ocorrências policiais registradas por ano em Altamira	65
Gráfico 10	–	Série histórica de mortalidade em Altamira entre os anos de 2010 a 2019	66
Gráfico 11	–	Raça/cor das vítimas de intervenção policial com resultado de morte no Brasil em 2019	71
Gráfico 12	–	Mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil de 2013 a 2019	74
Gráfico 13	–	Principais facções e onde elas atuam	77
Gráfico 14	–	Evolução da população carcerária paraense de 2015 a 2020	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Variáveis do teste estatístico	49
Tabela 2	–	Coefficientes da regressão linear	49
Tabela 3	–	Ranking de desemprego no estado do Pará em 2016	59
Tabela 4	–	Índice <i>Gini</i> 1	61
Tabela 5	–	Índice <i>Gini</i> 2	61
Tabela 6	–	Índice <i>Gini</i> 3	61
Tabela 7	–	Índice <i>Gini</i> 4	62
Tabela 8	–	As cidades mais violentas do Brasil	67
Tabela 9	–	Índice de vulnerabilidade juvenil	70

LISTA DE SIGLAS

AHE	Aproveitamento Hidrelétrico
ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CV	Comando Vermelho
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
INSPER	Instituto de Pesquisa e Ensino
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
NESA	Norte Energia S.A.
PCC	Primeiro Comando da Capital
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEGUP	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SISDEPEN	Sistema do Departamento Penitenciário Nacional
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINAM	Sistema Nacional de Atendimento Médico
SINESP	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública
SISP	Sistema Integrado de Segurança Pública
UHB	Usina Hidrelétrica de Belo Monte
UHE	Usina Hidrelétrica
UHT	Usina Hidrelétrica de Tucuruí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – A RAZÃO NEOLIBERAL DE GOVERNO E O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE DE PERIFERIA AMAZÔNICA	15
1.1 A racionalidade neoliberal em Foucault	15
1.2 A governabilidade, o cálculo neoliberal e a necropolítica	17
1.3 A racionalidade neoliberal e o mercado	19
1.4 As consequências da racionalidade neoliberal e o conceito de necropolítica	21
1.5 A omissão do estado gerada pela relação entre neoliberalismo e necropolítica	23
1.6 Do Estado Polícia (ação) ao Estado Neoliberal (omissão) no cenário amazônico	25
1.7 A omissão do estado em Altamira e os conceitos de “matar” e “deixar morrer”.	29
CAPÍTULO II – A RACIONALIDADE NEOLIBERAL NO ESTADO DO PARÁ E OS GRANDES PROJETOS DA AMAZÔNIA	33
2.1 As políticas desenvolvimentistas no Brasil e na Amazônia	33
2.2 O avanço neoliberal no cenário amazônico	36
2.3 Do estudo à construção do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte e os impactos sociais em Altamira	39
2.4 Altamira na centralidade dos impactos da UHB	42
2.5 O vertiginoso fluxo populacional provocado por Belo Monte e seus impactos na região	45
2.5.1 Dados sobre a construção da UHB e o fluxo populacional em dados	46
2.5.2 A criação de Belo Monte impactou no aumento da taxa de homicídio em Altamira? Teste estatístico em regressão linear	48
CAPÍTULO III – OS ÍNDICES SOCIAIS DE ALTAMIRA APÓS BELO MONTE E O “MATAR” E O “DEIXAR MORRER” COMO RESULTADOS DA OMISSÃO DO ESTADO DIANTE DO APAGAMENTO DE JOVENS.	52
3.1 Índices sociais	52
3.1.1 A educação formal em Altamira	56
3.1.2 Empregabilidade e renda em Altamira	58
3.1.3 Índices de desigualdade social e violência	60
3.1.4 Índices de segurança pública e mortalidade em Altamira	63
3.2 O espectro da mortalidade em Altamira	65
3.2.1 Agressores e vítimas em uma das cidades mais violentas do Brasil	68
3.2.2 O perfil das vítimas	69
3.2.3 Raça e cor das vítimas de homicídio	70
3.2.4 Perfil dos agressores – conflitos entre a sociedade civil e polícia	73
3.2.5 Perfil dos agressores – conflitos entre civis e a violência em decorrência de facções criminosas	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	85

APÊNDICE I – Inteiro teor do teste estatístico em regressão linear	93
ANEXO I – Cronograma da obra da UHB (Monitoramento de Obras Públicas da FIESP)	102

INTRODUÇÃO

As altas taxas de homicídios da juventude de periferia amazônica brasileira têm sido refletidas em diversos estudos acadêmicos, como nas Ciências Sociais (BATISTA, 2010; DELUCHEY, 2015; GENTILLI; HELMER, 2017; WAISELFISZ, 2016), na área jurídica (FLORES, 2017; SANTOS, 2001), na criminologia (MORAIS, 2019), entre outros. Esses estudos buscam, a partir de suas matrizes teóricas, as causas e motivos para esse fenômeno de violência. Contudo, ao analisarmos a razão governamental que pode estar por trás destes homicídios, essa exposição de jovens à violência pode revelar a faceta de uma ordenação neoliberal com capacidade de conduzir o Estado à seleção e o apagamento deliberado de jovens negros e pertencentes a classes sociais subalternizadas.

Este estudo visa agregar conhecimento científico à literatura especializada sobre os efeitos sociais da acumulação de capital em locais impactados pelos projetos desenvolvimentistas amazônicos¹. Tendo isso em vista, trazemos uma análise teórica que expõe a atuação do neoliberalismo na região amazônica (mais especificamente no estado do Pará), descrevendo-se a introdução dessa atuação na região e como ela modifica a dinâmica social de sua população. Reflete-se, também, como a governabilidade neoliberal, de forma omissiva, deixa a população submissa às mazelas e precarizações advindas da falta de serviços públicos essenciais gerando altas taxas de criminalidade e mortes na região.

Portanto, objetivamos pesquisar empiricamente os efeitos sociais da racionalidade neoliberal na Amazônia, no estado do Pará, com o intuito de entender os altos índices de homicídios de jovens na região. Para tanto, tentaremos responder a seguinte questão: **há correlação entre a razão neoliberal experimentada na Amazônia e o apagamento de jovens de periferia paraense?**

A fim de responder essa questão, tomaremos como epicentro de pesquisa o município de Altamira, localidade banhada por um dos maiores rios amazônicos, o Rio Xingu, além de ser cenário de grande diversidade sociocultural na região. Esta localidade é singular devido aos impactos diretos que recebeu por ocasião da instalação do empreendimento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que trouxe ao local um giro de capital nunca visto antes, além de um intenso e vertiginoso fluxo populacional.

¹ O desenvolvimentismo manifestou-se sob diversas formas e desenvolveu-se em tempos diversos. Em alguns casos, a estratégia não foi implementada senão dos anos 60 em diante. Em muitos países, teve início com golpes militares, enquanto que em outros foi conduzido por governos democráticos ou quase democráticos (DRAIBE; RIESCO, 2009).

Esta pesquisa parte de uma perspectiva explicativa da realidade social, que consiste em analisar fenômenos sociais relacionados aos níveis de violência social, superurbanização e a governabilidade neoliberal. Assim, seguimos os preceitos metodológicos de King, Keohane e Verba (1994). Estes autores, na obra *Designing Social Inquiry*², apresentam componentes criteriosamente formulados e testados (*formal models of qualitative Research*)³ a serem elaborados em estudos científicos sociais, os quais serão essenciais no desenvolvimento desta pesquisa, isto é, na convergência entre a análise teórica (razão neoliberal, bipolítica, necropolítica etc.) e a análise dos dados do município de Altamira, conforme demonstraremos a seguir.

Tendo isso em vista, a pesquisa foi dividida em três etapas, as quais foram fragmentadas em capítulos que contarão com uma exposição teórica⁴ de conceitos-chave, como: neoliberalismo, razão neoliberal, necropolítica, além da análise conceitual de políticas desenvolvimentistas que deram ensejo ao neoliberalismo na Amazônia. Por fim, teremos o levantamento de vários dados (índices, taxas e indicadores) correlacionados ao objeto da pesquisa. Todas as etapas permitirão a racionalização e uma possível resposta à questão de pesquisa, bem como a formulação de uma hipótese inicial.

Seguindo o que foi dito anteriormente, na 1ª etapa (capítulo I, itens de 1.1 a 1.3) será feita uma construção teórica que veio a partir de um levantamento bibliográfico de autores internacionais e nacionais que estudam o neoliberalismo, sua razão e sua governabilidade, além dos sistemas de controle (ou disciplinares) dos Estados modernos, as práticas de extermínio pelo Estado, o apagamento social, o cárcere e a marginalização.

Nessa etapa, serão demonstrados os grandes alicerces teóricos deste projeto: A racionalidade neoliberal e sua governabilidade, bem como o conceito de “biopoder”, de Michel Foucault, bem como os conceitos de “necropolítica” e “necropoder”, de Achille Mbembe. Serão ainda analisados outros conceitos pertinentes ao tema, como o de *homo sacer*, de Giorgio Agamben, e a penalização da miséria, de Loïc Wacquant, além de outras pesquisas em artigos científicos direcionados ao tema.

Ainda na 1ª etapa (capítulo I, item 1.3 em diante), serão feitas uma pesquisa e uma análise de autores que se dedicaram ao estudo do neoliberalismo contemporâneo, como Timothy Snyder (2019), Colin Leys (2004), Christian Laval (2016), Karl Polanyi (2012), entre outros. Portanto, o intuito do primeiro capítulo é dar maior suporte teórico à construção

² *Designing Social Inquiry. SCIENTIFIC INFERENCE IN. QUALITATIVE RESEARCH.* Gary King. Robert O. Keohane. Sidney Verba. PRINCETON UNIVERSITY PRESS.

³ *Formal models of qualitative Research* Gary King. Robert O. Keohane. Sidney Verba (1995).

⁴ *Improving theory,* Gary King. Robert O. Keohane. Sidney Verba (1995).

da hipótese, isto é, buscar uma resposta para a potencialização do extermínio de jovens de periferia no estado do Pará.

Consecutivamente, o capítulo II (2ª etapa) deste trabalho tem o intuito de explicar a incursão e expansão do neoliberalismo na Amazônia. Deste modo, a partir do item 2.1, será analisado um conjunto de políticas nacionais criadas no século XX e repercutidas até os dias atuais: a política desenvolvimentista brasileira. Essa política baseada na industrialização de países emergentes teve grande influência na Amazônia, possibilitando o acúmulo de capital na região e criando um ciclo de ocupação por intermédio de seus recursos naturais. Subsidiarão a referida análise autores especialistas em políticas desenvolvimentistas no Brasil, mais especificamente na Amazônia. Entre eles, Cardoso (2008), Sônia Draibe e Manuel Riesco (2009), Karl Polanyi (2000); Fainguelernt (2016); Reis e Souza (2015) e Evans (1992).

A partir do item 2.3 do capítulo II, será demonstrado um resumido cronograma da construção da UHB e seu impacto na região, no qual o inteiro teor estará disposto no anexo I deste trabalho. Já a partir do item 2.4, será analisado o fluxo populacional em Altamira e região, o qual foi provocado pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Traremos também um teste estatístico que abordará uma possível correlação entre o aumento populacional e o aumento da violência no local.

Na 3ª etapa (capítulo III), será feita a investigação e a análise dos homicídios de jovens de periferia paraense. Essa investigação se baseará em dados e números fornecidos por instituições oficiais destinadas a demonstrar os números da violência no Brasil e no Pará e índices sociais relevantes, como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) do estado do Pará, dados da prefeitura de Altamira, além de outros igualmente relevantes.

Nessa etapa, serão analisadas as seguintes questões: a realidade socioeconômica, racial, de gênero e escolaridade, empregabilidade, desigualdades, o motivo e as circunstâncias dos homicídios; os autores dos homicídios (agressores), as vítimas; as questões carcerárias e as facções existentes no local. Aqui, nesse momento, ligamos os pontos teóricos aos achados estatísticos objetivando subsidiar as questões mais pertinentes trazidas neste trabalho.

Portanto, a opção pela realização de um estudo explicativo deve-se aos objetivos desta pesquisa, que é analisar uma possível correlação entre a razão neoliberal experimentada na Amazônia e o apagamento de jovens de periferia paraense. Ressaltamos que tanto a pesquisa explicativa quanto a descritiva são mecanismos que operam sob as regras da inferência científica (KING; KEOHANE; VERBA, 1994, p. 46), assim como argumentado

anteriormente, tentaremos cientificamente conectar as ideias teóricas com o conjunto de dados apresentados para compreender as causas e os efeitos do fenômeno analisado.

CAPÍTULO I

A RAZÃO NEOLIBERAL DE GOVERNO E O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE DE PERIFERIA AMAZÔNICA

1.1 A racionalidade neoliberal a partir de Foucault

O termo “racionalidade”, conforme uma perspectiva Weberiana⁵, significa necessariamente “ação”, ou seja, racionalidade seria uma ação orientada racionalmente para determinado fim, ou como reflete Avelino (2016), racionalidade é uma ação na qual existe a mais perfeita e eficaz articulação entre os meios empregados para atingir um fim almejado.

Com essa análise, Weber buscava compreender os movimentos e processos racionais que construíram as instituições modernas, como o Estado, os governos e ainda os alicerces culturais, sociais e individuais do sujeito moderno. Assim, conforme Weber, de um lado temos a racionalização cultural como desencantamento das imagens do mundo e de outro, a racionalização social como materialização da racionalidade prática no agir social (SELL, 2012).

Esta última perspectiva (racionalização social) que está relacionada a um sistema de práticas sociais no agir social é o que nos é relevante para entender a racionalidade neoliberal analisada por Foucault, assim em debate com o historiador Jacques Leonard (1982), Foucault argumenta o seguinte:

Eu acho que esta palavra (racionalidade) deve ser limitada a um sentido instrumental e relativo. Digamos que não se trata de ajustar algumas práticas que deveriam ser apreciadas como formas mais ou menos perfeitas de racionalidade, mas de preferências, para ver como elas se inscrevem em algumas práticas ou em um sistema de práticas, e que papéis desempenham, pois do contrário não existiriam práticas sem um certo regime de racionalidade (FOUCAULT, 1982, p. 65 a 66).

Ficou claro no debate que, para Foucault, a percepção da racionalidade é relevante à medida que ela representa práticas sociais (ou um sistema de práticas). Nesse sentido, é imprescindível pensar como essa racionalidade ligada à prática atua em uma ordenação neoliberal. Pois para o pensador francês, aquilo que é essencial e relevante na história do (neo)liberalismo não é a valorização da liberdade, tampouco é o exercício da opressão, mas é sua configuração enquanto racionalidade política governamental (FOUCAULT, 1978-1979)⁶. Entra, nesse contexto, a análise das práticas governamentais que são essenciais à manutenção de um governo.

⁵ A racionalidade proposta por Max Weber é analisada por Foucault em *Modern rationalities of the political: From Foucault to Weber*. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24579704>. Acesso em: 05 out. 2020.

⁶ Foucault evidencia esta ideia no curso *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004b.

Essas práticas governamentais que se substanciam em práticas efetivas de poder são ações disciplinares ou coercitivas estatais que visam buscar a sociabilidade dos regidos pelo Estado (SEHELLART, 1995). Nasce, dessa perspectiva, o biopoder e a biopolítica, isto é, ações de poder que buscam interferir nas condutas sociais dos indivíduos.

Foucault utilizou-se do mesmo raciocínio para analisar como o liberalismo atuava no controle das condutas sociais, ou seja, como a racionalidade liberal atuava em relação a esse “governo das condutas” (AVELINO, 2016). Assim, a análise Foucaultiana acerca do que seria racionalidade sai de uma perspectiva “primária sociológica” e entra numa perspectiva política de atuação governamental, por consequência, ele investiga a racionalidade neoliberal (liberal)⁷ não como uma teoria econômica ou jurídica, mas como uma prática refletida de governo (SEHELLART, 1995).

A partir deste momento, o objetivo da análise de Foucault é saber: “o que é de fato é o neoliberalismo e não o que ele diz ser”, isto é, analisá-lo como ele é e atua e não como ele diz ser, em seu discurso ou sua retórica. Com essa postura, o pensador francês se distancia do clássico discurso liberal que alega ser uma doutrina totalmente voltada à economia sem se ocupar com a perspectiva governamental ou com as relações de poder.

Dessa maneira, o que Foucault encontra na formação do liberalismo é algo bem mais complexo do que simplesmente a liberdade de mercado. Encontra-se o estabelecimento de um novo regime (AVELINO, 2016), no qual o mercado ditará a condução governamental bem como estabelecerá as condutas sociais adequadas ou inadequadas por meio de um discurso específico (ligado ao capital) difundido no seio de uma sociedade, criando-lhe um “novo olhar” sobre o mundo (FOUCAULT, 1994).

Essa perspectiva teve início quando o poder absolutista na Europa começou a causar indignação em altas classes sociais da época, em especial na França do século XVIII, por sua conduta de “governar em excesso”, demonstrando uma irracionalidade governamental diante dos governados. Coube, no mesmo século, aos fisiocratas⁸ estabelecerem uma corrente de

⁷ Foucault teria encontrado no neoliberalismo uma ferramenta crítica contra os pressupostos antropológicos não apenas da esquerda, mas também do próprio liberalismo político. É o que explicaria seu interesse pelo liberalismo econômico, dos fisiocratas à Escola de Chicago. O neoliberalismo colocava-se como alternativa às sociedades de soberania e disciplinar seus pesados sistemas jurídico e judiciário de interdição e punição, suas técnicas de sujeição e seus saberes de objetivação dos indivíduos, aspectos que haviam sido minuciosamente estudados e criticados por Foucault até a primeira metade dos 1970 (Avelino, 2016).

⁸ Coube a François Quesnay (1694-1774) o papel de primeiro plano na formação de um estilo de pensamento, ao estudar os fenômenos da sociedade como fatos sujeitos a leis "naturais", independentes da vontade humana, nesse sentido, a escola **Fisiocrática** defende o liberalismo econômico alcançado com a não intervenção do Estado na economia. Assim, a economia seria governada pela ordem natural. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/533/2019/05/FUNDAMENTOS_TE%C3%93RICOS_E_MORAIS_DOS_FISIOCRATAS_02_10.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

pensamento que difundia uma conduta de governo baseada em uma ordem natural, isto é, sem intervenções excessivas na ordenação econômica, ou como vislumbra Avelino (2016, p. 251-252):

A racionalidade liberal nasce quando o governo excessivo passa a ser considerado prática irracional, isto é, como ação em que os meios empregados são inadequados aos fins almejados. Esse momento histórico foi quando os fisiocratas descobriram a existência de mecanismos espontâneos e naturais da economia, os quais qualquer governo deveria respeitar caso não quisesse produzir resultados opostos aos almejados.

Com o passar do tempo, o pensamento liberal foi se tornando cada vez mais complexo e difundido ao mesmo tempo em que o absolutismo enfraquecia na Europa Ocidental, nascendo, no final do século XIX, o termo *laissez-faire, laissez-passer* (deixar fazer, deixar passar), proposto por Adam Smith e explorado mais tarde por John Stuart Mill. Destaca-se que no bojo da criação de Smith nasce o conhecido conceito de “mão invisível”⁹.

Assim, destacamos novamente que a perspectiva investigada por Foucault revela uma sondagem do processo de criação e expansão do pensamento liberal ao mesmo tempo em que se afasta do discurso contemporâneo e raso de “livre mercado”, uma vez que se verifica a racionalidade neoliberal como força motriz do neoliberalismo, se ocupando tanto com as condutas sociais e sua dinâmica quanto com o direcionamento que um governo deve tomar.

Por tanto, a partir de um esforço teórico de compreender como o Estado moderno emerge em meados do século XVIII e como o pensamento liberal se expande nessa época, surgem questionamentos a respeito das tecnologias de condução social utilizadas por esta organização política e principalmente como elas seriam legitimadas nas práticas governamentais. O esforço de entender essa legitimação dá ensejo a um novo conceito político que será discutido adiante, a governabilidade neoliberal.

1.2 A governabilidade, o cálculo neoliberal e a necropolítica

O neoliberalismo jamais poderia prosperar em um contexto governamental se não houvesse o que se entende por governabilidade. Assim, segundo Augustinho Paludo (2017), governabilidade tem a ver com o poder político que em um meio democrático os governantes têm legitimidade para exercer o poder. Para Bresser Pereira (1998), significa capacidade política para governar em uma relação entre a legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade. Portanto, a fonte da governabilidade são os cidadãos e a cidadania organizada,

⁹ Conforme Avelino (2016), a mão invisível, proposta por Adam Smith, indica um tipo de autorregulação do mercado estabelecido por um processo natural sobre o qual o governo não deve intervir, sob pena de produzir efeitos contrários aos almejados.

partidos políticos, associações e demais agrupamentos representativos da sociedade (PALUDO, 2017).

Quanto à governabilidade neoliberal, foi observada, na década de 1970, uma crise chamada Crise da Legitimidade, no qual o governo seria legitimado com base num cálculo que visava substituir a participação autodeterminada por uma participação baseada num princípio de seleção, segundo o qual apenas alguns atores, interesses ou vozes eram admitidos a participar (SANTOS, 2005).

Assim, a legitimidade de governo neoliberal é adstrita a quem os interesses coadunam com o neoliberalismo, excluindo os demais. Além disso, o cálculo neoliberal influencia significativamente na atuação de governo, ensejando uma regra de economia máxima. Não no sentido que se queira governar o mais possível com o menor custo, mas no sentido em que se pergunta se não é mais custoso governar do que não governar (SEHELLART, 1995).

Desse modo, governar para aqueles que têm interesses compatíveis com o neoliberalismo e excluir os incompatíveis, isto é, aqueles inúteis aos processos de concentração e acumulação de capital (Deluchey, 2019, p.45), seria algo muito mais econômico a se fazer. À vista disso, não seria adequado pensar o liberalismo como um conjunto de premissas já estabelecidas e imutáveis, pois a racionalidade liberal sempre estará atrelada a um cálculo econômico que conduzirá as ações de governo. Nesse ponto, enfatiza Estévez (2018, p. 24):

En el marco foucaultiano, la palabra gobierno no se refiere a la institución de Gobierno sino a “una actividad encaminada a conducir a los individuos a lo largo de sus vidas poniéndolos bajo la autoridad de una guía responsable de lo que hacen y lo que pasa con ellos”.

Desse ponto de vista, governar vai além da perspectiva institucional, diz respeito a uma condição social retroalimentada pela legitimação do poder (FOUCAULT, 1994), isto é, pela governabilidade. Assim, o liberalismo, conforme Foucault, carrega consigo uma racionalidade na arte de governar movida por um cálculo que se baseia na condução governamental e social. A partir desse ponto de vista, passamos a compreender que as técnicas de controle social podem viabilizar a governabilidade neoliberal (AVELINO, 2016).

Las técnicas de gobierno de sí –regulación de los propios deseos y cuerpo, el autocuidado– y de poder –normas que conducen a fines de dominación– constituyen lo que Foucault llamó gubernamentalidad, es decir, la racionalidad del neoliberalismo en la biopolítica (FOUCAULT apud ESTÉVEZ, 2018, p. 24).

A governabilidade neoliberal, portanto, dá legitimidade a um conjunto de mecanismos que busca atender o mercado a todo custo, inclusive mecanismos mais agressivos de controle

que excedem a perspectiva disciplinar e favorecem o antigo e sempre presente “direito soberano de matar do estado”¹⁰.

O direito soberano de matar e os mecanismos de *bipoder* estão inscritos na forma em que funcionam todos os Estados modernos (FOUCAULT *apud* MBEMBE, 2019, p. 19).

Nesta senda, Achille Mbembe (2018) reflete que a razão de governo liberal pode ampliar mecanismos e técnicas de controle social, como o discurso, as atitudes, as escolhas e a sexualidade do indivíduo, fazendo supor que tais técnicas estão incorporadas à existência dos Estados modernos, uma vez que eles foram construídos e se moldaram sob a égide de uma sociedade disciplinar. Assim, tais técnicas estão inteiramente submetidas a um novo tipo de governabilidade (a neoliberal) e que se valerá agora da biopolítica e do biopoder para o seu exercício (LEAL; NETO, 2021), como mecanismos de controle social e de divisão entre quem deve viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2018).

Portanto, indo além no raciocínio, verifica-se que o neoliberalismo não apenas se utiliza do biopoder por meio de sua governabilidade como pode o dinamizar, dependendo do cálculo a ser feito, ou como aduz Foucault (1976), a governabilidade liberal ditará como será o processo de biopolítica, se mais brando ou mais intenso.

1.3 Racionalidade neoliberal e o mercado

Outras análises atuais bem ponderadas acerca do tema sugerem que o neoliberalismo está intrinsecamente ligado a uma condição social regida pelas forças de mercado. Deluchey e Santos (2019) argumentam que a racionalidade neoliberal, muito mais do que uma razão econômica (ou mercadológica), constitui uma razão política que busca conduzir a existência dos indivíduos em sociedade conforme os ditames do mercado. Essa racionalidade é expandida, conforme Leys (2004), à medida que cresce o vínculo de dependência entre o Estado e o mercado, diante de uma economia cada vez mais globalizante, ocorrendo uma sujeição cada vez maior entre o local tomado pelo capital e as próprias estruturas capitalistas de cumulação.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016) acreditam que o neoliberalismo é uma racionalidade que direciona a existência de indivíduos em sociedade e faz isso direcionando o governo e os governados a um propósito mercadológico. Essa dinâmica imposta surge,

¹⁰ *droit de glaive* ou “direito soberano de matar”, vistos como elementos constitutivos do poder do Estado na modernidade. Teve como seu maior exemplo o Estado Nazista que tornou a gestão, proteção e cultivo de vida coextensivos ao direito soberano de matar. Por uma extrapolação biológica sobre o tema do inimigo político, na organização da guerra contra os seus adversários e, ao mesmo tempo, expondo seus próprios cidadãos à guerra, o Estado Nazista é visto como aquele que abriu caminho para uma tremenda consolidação do direito de matar (MBEMBE, 2016).

conforme os autores, por duas perspectivas: pela política de ordenação e pela política reguladora. Nesse sentido, os referidos autores buscam definir precisamente as políticas, as quais os governos liberais conduzem.

Para explicar a condução governamental a partir de uma razão neoliberal, Dardot e Laval (2016, p. 101) introduzem a distinção fundamental entre “quadro” e “processo” com o intuito de explicarem os dois níveis da política ordoliberal¹¹, a saber, a política de ordenação e a política reguladora. Nesse sentido, as ações governamentais podem pertencer ao “quadro” e, nesse caso, definem uma política ordenadora ou de ordenação, mas podem também pertencer ao “processo” e nesse caso correspondem a uma política “reguladora”.

O quadro é o produto da história dos homens, de modo que o Estado pode continuar a moldá-lo por uma política ativa de “ordenação”; o “processo da atividade pertence à ação individual, por exemplo a iniciativa privada no mercado como função “regular” as estruturas existentes de maneira a fazê-la evoluir no sentido da ordem da concorrência ou garantir sua conformidade a essa ordem contra qualquer desvio (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 115).

Nesse sentido, essa política de “ordenação” constrói uma dinâmica social local diferente da dinâmica culturalmente preestabelecida, isto é, surge um processo social voltado ao mercado incorporado pela ideia de um *homo economicus*, um homem voltado à técnica e ao lucro, ou como reflete Foucault (2004), aquele que além de satisfazer suas necessidades se torna empreendedor de si mesmo.

Dardot e Laval (2016) observam a figura do homem empresarial que muito mais do que o *homo economicus* é aquele que se torna objeto da economia de mercado, devendo aprender a se portar de acordo com as diversas mudanças econômicas e sociais, investindo constantemente em conhecimentos técnicos para atender ao mercado.

A empresa é promovida como um modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se frutificar (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 378)

Leys (2004) verifica que a imposição aos Estados de uma ordem econômica impulsionada pelas forças de mercado global, constrói uma dinâmica social que facilita a expansão de mercado, isto é, podemos pensar que em um local como o município de Altamira, ainda que longe de um centro urbano e totalmente desligado dos meios e dinâmicas capitalistas mundiais, uma vez aberto ao mercado externo incorpora uma racionalidade movida pelo mercado que atinge a comunidade local integralmente.

¹¹ O ordoliberalismo, nascido em Friburgo na Alemanha, acredita que a economia de mercado só pode funcionar apoiada em uma sociedade que lhe proporcione sua maneira de ser, ou seja, é necessário que os costumes e a cultura estejam de acordo com a ideologia voltada ao mercado.

Para Laval (2016), essa racionalidade mobiliza todas as esferas da atividade humana sem se reduzir, cujo domínio das dinâmicas econômicas ou das estratégias políticas são necessárias à reprodução da acumulação capitalista, tendo assim, a ampliação da lógica de mercado e do modelo empresarial para um conjunto de mecanismos de gestão públicas e privadas como eixo de uma sociedade neoliberal. Nesse contexto, os imperativos concorrenciais são progressivamente internalizados pelo indivíduo criando novas disposições sociais, mesmo quando nos encontramos relativamente distantes da esfera econômica, como, por exemplo, o domínio familiar, religioso, científico e educacional (BRAGA, 2016).

Afunilando mais essa análise da razão neoliberal, a partir de um olhar científico brasileiro, Bresser Pereira (1991) afirma que o mercado é, em grande escala, o melhor coordenador da economia; contudo, ele não é capaz de sozinho ou alocar recursos e garantir um crescimento satisfatório. Ademais, o mercado é uma instituição incapaz de garantir a distribuição de renda.

É plausível pensar que a intervenção estatal, ao tentar corrigir as insuficiências da coordenação da economia pelo mercado, acaba provocando distorções sociais ainda piores (PEREIRA, 1991, p. 7).

Portanto, ainda que pareça distante a análise da razão neoliberal de governo do objeto desta dissertação, que é falar sobre extermínio de jovens em um contexto amazônico, cabe ao cientista político inferir a perspectiva teórica em uma determinada realidade social, no caso em tela, a realidade do município de Altamira e seus entornos, sua população e sua cultura, tudo em um contexto no qual o projeto Belo Monte alterou significativamente trazendo à tona as consequências de neoliberalismo, inclusive o próprio extermínio, como será demonstrado no capítulo subsequente.

1.4 As consequências da racionalidade neoliberal e o conceito de necropolítica

Um importante alicerce desta dissertação é o conceito de **necropolítica** desenvolvido pelo cientista político Achille Mbembe (2018), o qual entende que a legitimação do extermínio traduz o modo mais drástico de controle social, executado por meio de diversas técnicas e procedimentos institucionalizados.

Mbembe (2018) concebe o termo necropolítica, ou política da morte, como o conjunto de ações estatais que operam conforme uma racionalidade insculpida em uma filosofia de soberania estatal, no qual a perspectiva da raça tem valor proeminente (racismo), ao ponto de se decidir quem tem o direito à vida e quem não o tem. Assim, o extermínio de populações marginalizadas, seja pela raça ou proveniência social, é feito por intermédio dos meios

coercitivos modernos clássicos, como a polícia, a prisão e a lei. Isso é uma evidente atuação do necropoder. Nesse sentido, explica o autor:

Operando com base em uma divisão entre vivos e mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população humana em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros – Racismo (MBEMBE, 2018, p. 17).

O conceito de “necropolítica”, portanto, em sua essência, diz respeito ao uso do poder soberano do Estado de ditar quem deve viver ou morrer (MBEMBE, 2018). Esse poder de morte está naturalmente inserido na estrutura do que conhecemos hoje por Estado. Nesse sentido, afirma Foucault (1976) que o direito soberano de matar está escrito no fundamento de todos os Estados modernos. Contudo, é pertinente pensar como o Estado faz esta escolha, de quem vive ou de quem morre, sobretudo em um contexto contemporâneo, no qual a razão neoliberal se encontra em pleno funcionamento, tanto da perspectiva governamental quanto nas relações sociais.

Nessa perspectiva, Deluchey (2015) argumenta que a racionalidade neoliberal separa dois grupos de pessoas: os úteis ao sistema imposto e os inúteis. Os primeiros têm como atitudes próprias o trabalho, as acumulações de capital, a acumulação de competências por meio de especializações e estudos técnicos, esses merecem todo o amparo estatal; já os “inúteis” têm como atitudes próprias a vadiagem, o crime e o uso de drogas.

Entre os excluídos da dinâmica econômica (inúteis), alguns causam incômodos no convívio social pelo simples fato de existirem; porém há aqueles que vão além, causam incômodo não somente por existirem, mas também por cometerem crimes e esses são os que geralmente são exterminados pelo Estado, são os ditos matáveis ou sacrificáveis que sempre estão com suas vidas sujeitas a serem exterminadas.

Levando em consideração essa classificação entre matáveis e não matáveis, a história romana e suas diversas alegorias mitológicas nos trazem a figura do *homo sacer* ou homem sagrado. Aquele “ser” que ao ter cometido uma falta ou determinado crime extremamente repugnante contra outros cidadãos romanos, ou contra a ordem religiosa e social da época (sacrilégios), seria tido como sagrado (sagrado em uma perspectiva negativa), pois teria uma vida sacralizada, isto é, sujeita ao sacrifício humano, portanto, é um homem ambigualmente sagrado (AGAMBEN, 2004).

Contudo, Agamben (2004) reflete que o que define a condição do *homo sacer*, não é nem a pretensa ambiguidade originada pela sacralidade que lhe é inerente, nem o caráter particular da exclusão social que ele sofre, mas a violência a qual se encontra exposto. Esta

violência cometida contra o *homo sacer* não é passível de sanção, ainda que o resultado disso seja sua morte.

Assim, se fizéssemos uma analogia entre a concepção romana refletida por Giorgio Agamben (2004) e nossa realidade pós moderna, dada as devidas proporções de tempo e cultura, principalmente no que tange a existência de direitos humanos, indivíduos classificáveis como matáveis ou eleitos à morte que cometem delitos possuem, uma “vida sacra”, isto é, uma vida impura, que merece ser excluída da convivência social e posta em sacrifício sem que haja um “ritual de pena” (formalidade jurídica do julgamento). Este é o *Homo sacer*:

O *homo sacer* (homem sacro) seria aquele que tendo cometido um crime não poderia ser sacrificado segundo os ritos da punição e, no caso de ser morto, o seu executante não seria punido; este ser é paradoxal porque cometeu um crime além de qualquer punição, é indesejado pelos deuses e pelos homens, está fora da “jurisdição” de ambos, é “insacrificável”, mas “matável” (AGAMBEN, 2004, p. 79, 80 e 81).

Indo além dessa perspectiva, observa-se que a exclusão social e o extermínio do indivíduo tido como “matável” ou “sacrificável” estão insculpidos nas estruturas do Estado moderno e ganham força a partir da racionalidade neoliberal. Com efeito, uma vez que essa racionalização de desvalorização do homem toma conta das instituições de controle (polícia e sistema de segurança pública e prisional), torna-se muito mais mecânico e econômico exterminar do que encarcerar, porque a prisão implica despesas processuais e com a manutenção do indivíduo na cela.

Diante destas questões, podemos ver uma nítida ligação entre o cálculo neoliberal e a política de morte, pois exterminar é um recurso rápido diante de uma racionalidade que preza pela agilidade das ações com um menor custo possível. Ademais, o extermínio, assim como a prisão, se insere naquela estratégia em que todo o sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondem às suas relações (MORAIS, 2019).

1.5 A omissão do estado gerado pela relação entre neoliberalismo e necropolítica

Levando-se em consideração o que foi abordado anteriormente, podemos entender o neoliberalismo como uma razão de governo que conduz a vivência social e econômica (sob uma premissa de não intervenção estatal ou intervenção mínima) e a necropolítica atuando a partir de uma intervenção do estado para preservar sua soberania e seus meios de poder estabelecidos, desta forma, a partir de um raciocínio raso poderíamos chegar à conclusão que haveria uma contraposição entre neoliberalismo e necropolítica.

Contudo, como vimos anteriormente, a necropolítica mostrou-se bastante eficaz

atuando a partir da “ausência do Estado”. Significa dizer que o abandono, deixado pelo neoliberalismo, abriu espaço para uma política de morte, pois a ausência de políticas públicas tem se mostrado tão danosa quanto atos de intervenção direta.

Nesse sentido, a razão neoliberal constrói dois caminhos à política de morte, sendo por sua ação de violência extrema – homicídios, extermínios e até o encarceramento em massa ou por meio da ausência ou omissão de políticas públicas, cujo resultado será a mesma consequência nefasta da produção da morte em certos territórios onde se percebe uma alta concentração de corpos (LEAL; NETO, 2021).

Demonstra Leys (2004) que não é difícil apontar para as consequências ainda que graves nos países expostos às forças de mercado, como as desigualdades crescentes, a degradação ambiental, custos psicológicos acumulados: taxas crescentes de doença mental ligadas ao desemprego, à solidão, colapso familiar causados pelo desemprego e o surgimento de uma nova subclasse de jovens desempregados e altamente vulneráveis às drogas e a criminalidade.

Nesse sentido, além da violência por meio das ações dos agentes estatais, a má-prestação ou omissão para solução de problemáticas (recorrentes e conhecidas) pode ser taxada como uma forma de exercício da necropolítica - sob certos corpos específicos (LEAL; NETO, 2021).

Vale destacar que a construção de uma política de morte por via omissiva segue uma premissa de soberania do Estado, ou seja, pelo descaso se acata um critério muito bem calculado em relação aos que vão perecer, ou como reflete Mbembe (2018), o poder de soberania do Estado é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não o é.

Assim, não só há uma ligação entre necropolítica e neoliberalismo, como há também uma retroalimentação, uma vez que os meios de produção estão intrinsecamente ligados às regulações da vida e da morte, assim aponta Estévez (2018, p. 23):

En el corazón de los marcos interpretativos de la regulación de la vida y la muerte, se encuentran las relaciones de producción. Actualmente, se conduce la vida hacia su expansión, precariedad o extinción con el objeto de incidir en las relaciones de reproducción económica del capitalismo.

Portanto, as relações capitalistas e seus meios de produção tendem a regular a vida e a morte de cidadãos, por conseguinte, o neoliberalismo enquanto forma governamental faz o devido cálculo de quem é útil e quem é inútil (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 210 e 211), entregando aqueles dispensáveis aos meios de produção (inúteis) à política de morte e conduzindo os úteis a uma dinâmica cada vez mais empresarial.

1.6 Do Estado Polícia (ação) ao Estado Neoliberal (omissão) no cenário amazônico

A fim de evitar divagações acerca dos conceitos deste trabalho, cabe-nos aqui refletir a racionalidade neoliberal em um contexto amazônico brasileiro, no qual a implementação de grandes projetos de exploração econômica pôde viabilizar o exercício de um Estado com características intervencionistas em prol de uma proteção ao acúmulo de capital (MARQUES; TRINDADE, 2014).

Ainda que os grandes projetos amazônicos sejam frutos de um estado intervencionista, as perspectivas sociais, políticas e econômicas sobre os empreendimentos amazônicos mudaram drasticamente a partir dos anos 70, indo de um momento de bastante intervenção estatal até um momento de pouca intervenção, como ocorre hoje. Significa dizer que as consequências da instalação dependem, sobretudo, do momento e da época em que se verifica.

Por conseguinte, é importante mencionar, ainda, que o corte temporal deste trabalho seja de meados dos anos 2005 até a presente data (perfazendo mais de 17 anos), o empreendimento da Hidroelétrica de Belo Monte sofreu intensas influências de modelos governamentais diferentes, isto é, de uma fase altamente intervencionista a uma fase neoliberal (não intervencionista).

Assim, as fases de planejamento e implementações¹² de hidrelétricas nos anos 70, que desde esta época, já geravam grandes consequências populacionais e geográficas, como imigrações, surgimento de cidades e comunidades e aglomerações humanas, em geral surgiram a partir de um contexto altamente intervencionista, no qual o regime militar no Brasil ditava e executava as políticas de empreendimentos amazônicos.

Esse momento ditatorial militar no Brasil estabeleceu uma dinâmica estatal policialesca. Roberto Romano da Silva¹³ reflete que vivemos no século XX sob dois Estados policiais, a ditadura Vargas e a civil/militar de 1964. Em ambas os direitos foram espezinhados, o monopólio estatal da força física foi mantido com selvageria, foram feitas prisões injustificáveis em direito ou ética, torturas, censuras, exílios, assassinatos de opositores. Sob a Polaca (constituição Brasileira de 1931, inspirada no modelo semifascista polonês), a suposta segurança nacional justificava os excessos do poder. Na ditadura de 1964,

¹² A Hidrelétrica de Tucuruí foi estudada e implementada nos anos 70. Já a Hidrelétrica de Belo Monte começou a ser construída nas cidades de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, no estado do Pará, em julho de 2010 (Almeida; Fleury, 2010).

¹³ Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/roberto-romano/estado-policial>. Acesso em: 22 ago. 2021.

surgiram os Atos Institucionais, vários deles redigidos pelas mãos do mesmo autor da Carta de 1937.

Esse Estado intervencionista, fruto do regime militar, tem suas raízes no próprio “Estado Polícia”¹⁴, que propõem como regra fundamental fazer com que tudo o que compõe o Estado sirva para o fortalecimento e o crescimento de seu poder (SEHELLART, 1995). Porém, conforme aponta Foucault (1990, p. 111), deve-se observar que a perspectiva do Estado Polícia difere do pensamento liberal, pois naquele “nunca se governa demais”, haja vista que muitas coisas escapam ao controle administrativo, já o liberalismo, por sua vez, é atravessado pela suspeita de que “sempre se governa demais”.

Em vista disso, o militarismo brasileiro, fortemente encapado pelo Estado Policialesco, tinha como premissa um governo intensamente interventor, inclusive em questões de cunho econômico – não é à toa a execução e implementação de grandes projetos econômicos na Amazônia sem que houvesse discussões ou debates públicos acerca da viabilidade socioambientais destes empreendimentos (FAINGUELERNT, 2015).

Importante destacar que o Estado Polícia **originário**, segundo Moraes (2014), teve seu declínio com a revolução francesa, no qual os camponeses pobres, recém-aliados à nascente burguesia, a motivaram devido a vários fatores, como a grande desigualdade social que os camponeses viviam no século XVIII. Já para os burgueses (comerciantes e proprietários de terras), a Revolução era importante, pois viam no Estado Polícia pré-revolucionário uma restrição completamente engessante da máxima realização de seus interesses.

Assim, cedeu-se espaço a um Estado de direito com uma perspectiva a longo prazo de construção de direitos e liberdades civis, mas tudo com uma relação estreitamente ligada ao mercado, isto é, um Estado Liberal.

A nova ordem inaugurada pelo Estado Liberal tem como aspecto central um mercado natural no qual a pauta de atuação de todos os participantes é a realização de seus interesses individuais sem amarras, em substituição a um mercado artificial, prenhe de restrições sobre a produção (corporações de ofício) e calcado pela insegurança gerada pelo poder incontestável do soberano (MORAES *apud* MOREIRA, 1973, p. 74).

Foucault opõe o Estado Liberal ao modelo do Estado de polícia, que dominava, até o século XVIII, a maior parte das monarquias europeias e menciona que em si mesma esta oposição não tem nada de original. Ela já aparece nos liberais alemães, que, seguindo a mesma trilha de Kant, havia denunciado o despotismo do Estado de polícia, em nome dos princípios do Estado de direito (SEHELLART, 1995).

¹⁴ **Estado Policial** é um tipo de sistema estatal cuja sua essência está no intenso controle social e consequentemente na eliminação de opositores políticos e ideológicos por intermédio de suas instituições de controle: polícias, forças armadas etc.

Destarte, Michel Senellart (1995, p. 10) aponta algumas razões que tornaram o liberalismo preponderante na modernidade de forma a ocupar o lugar de um Estado Policialesco, ou como coloca Foucault, em uma época disciplinar:

- a) A economia liberal põe em cena uma representação absolutamente contrária à perspectiva do estado polícia clássico: não há mais um poder que tudo vê e tende a crescer indefinidamente, mas um poder cego, obrigado a autolimitar-se por sua invencível ignorância.
- b) O liberalismo, como forma de pensamento crítico, constitui igualmente o eixo de uma governabilidade positiva que, segundo os contextos históricos ou nacionais, pode se transformar no seu contrário. Assim, a economia induziu as políticas antiliberais (*Nationalökonomie* do século XIX, economias planificadoras do século 20), do mesmo modo que o Estado de direito se revelou compatível com os regimes autoritários (cf. FOUCAULT, 1989, p. 116).
- c) Outra razão reside no fato de que se o liberalismo funciona pela liberdade (liberdade do mercado, do direito de propriedade, da discussão, da circulação, etc.), assim como o Estado de polícia funciona pela docilidade, esta liberdade deve tanto ser produzida por uma ação permanente do governo quanto protegida das usurpações que a ameaçam. “(...) se o liberalismo não for tanto o imperativo da liberdade quanto a gestão (...) das condições sob as quais se pode ser livre, (...) será instaurada no coração mesmo desta prática liberal uma relação problemática, (...) sempre desigual, entre a produção da liberdade e aqueles mesmos que, ao produzi-la, ameaçam limitá-la e destruí-la (...).

Nesse sentido, produção da liberdade implica que se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas sobre ameaças, etc. Eis que surge então “uma espécie de respiradouro para uma espantosa legislação, para uma veemente quantidade de intervenções governamentais que serão a garantia da produção das liberdades das quais precisamente se tem necessidade para governar” (FOUCAULT, 1979, p. 151).

Portanto, para Foucault, o neoliberalismo é muito mais um aspecto de condução política do que propriamente uma agenda econômica que, ao ser incorporada aos Estados modernos, não acarreta de fato uma extinção do Estado Polícia, mas uma incorporação de suas técnicas e o desenvolvimento do *biopoder moderno* (MBEMBE, 2018).

Assim, teríamos duas racionalidades de Estado que poderiam ensejar a política de morte a seus cidadãos para a análise deste trabalho: uma racionalidade derivada da perspectiva disciplinar do Estado Polícia (vigilante) altamente interventor, fruto do período ditatorial militar brasileiro, e uma razão política derivada da perspectiva do Estado Neoliberal que segue a premissa de intervenção mínima imposta em um período democrático. Contudo, não é equivocado dizer que a razão neoliberal de governo exerce um controle social (próprio dos estados policiais) com um discurso não intervencionista.

El modelo de racionalidad económica se usa para justificar y limitar la acción gubernamental. Al mismo tiempo, la gubernamentalidad neoliberal crea, por su énfasis en las técnicas de dominación y de control de sí, un individuo auto

controlado e interesado en la maximización de su propia función económica: el homo-economicus (ESTÉVEZ, 2018, p. 24).

Por conseguinte, podemos dizer que para ambas as estruturas de governo, a política de morte persiste com a diferença que para o primeiro caso pela ação do Estado e no segundo caso pela sua omissão. Vale dizer, uma omissão muito bem calculada, pois a política de morte atrelada à razão neoliberal anda em perfeita sintonia com as desigualdades sociais, ou como revela Clara Valverde Gefaell (2015, p.15), que analisou a necropolítica em uma sociedade regida pela racionalidade neoliberal:

Las desigualdades aumentan a una velocidad vertiginosa, ponen en evidencia que el neoliberalismo no es compatible con la vida de los excluidos, de los que no pueden o no quieren creer en el mito del desarrollo. Ellos son los más afectados por las injusticias y la violencia del neoliberalismo: los sin trabajo o con trabajos mal pagados, los sin techo, los enfermos, discapacitados y dependientes, los ancianos, jóvenes y niños hambrientos, y los que han llegado aquí huyendo de la pobreza, de los conflictos armados y de los efectos del cambio climático en otros lugares. La necropolítica (del griego necro, «muerte») del neoübera.

Portanto, em uma realidade local como Altamira, no qual o empreendimento de Belo Monte se faz presente, houve a experimentação de duas características de governança: a primeira nos anos 70, em que houve a fase de planejamento e estudo do empreendimento marcada pela intervenção Estatal que definiu o local e o que seria feito, inclusive já havendo grandes imigrações nesse período (como veremos adiante); e na segunda fase, em um momento democrático em que houve a construção e execução dos serviços da hidrelétrica.

Importante ressaltar que cada fase da construção de Belo Monte (do estudo a implementação da usina) trouxe imigrações massivas à Amazônia (FAINGUELERNT, 2015, p. 260). Na década de 1970 (fase de estudo da UHB), vemos um crescente fluxo de pessoas na região devido a políticas públicas de incentivo à colonização e intensificação do uso do território amazônico (Jakob, 2015, p 251), Contudo foi em meados 2010 (início das construção da UHB) que a imigração massiva em Altamira ocorreu. E por fim, em 2016 (fase de conclusão das obras) iniciou-se um processo de abandono do local, o desemprego massivo tomou conta da população e não houve empenho governamental para minimizar essa problemática (Nascimento, 2017, p. 20).

Nesse sentido, quando falamos de abandono, o neoliberalismo tem um *modus operandi* bastante singular e conhecido, com uma narrativa no qual os governos neoliberais reverterem a culpa de problemas sociais como se fossem individuais (GEFAELL, 2015). Assim, problemas como a falta de emprego, educação, segurança e saúde, segundo tal narrativa, são culpa exclusivamente dos cidadãos que carecem desses serviços, incutindo em suas mentes que não são bons ou dignos o bastante para tê-los.

A exclusão social, por outro lado, outra consequência trágica das políticas neoliberais, enseja, segundo Geffael (2015), uma permissibilidade social que se chama de “violência direta” (violência física policial, social a pessoas determinadas), pois os marginalizados estão permanentes submetidos a batidas policiais, extermínios, prisões arbitrárias etc. O objetivo geralmente é trazer uma sensação de segurança a sociedade além de atender a vinganças sociais:

La violencia directa disfrazada El franquismo se me está haciendo muy largo. Pancarta de una manifestación contra la «Ley Mordaza» Aparte de la violencia discreta, el neoliberalismo también se mantiene con violencia directa que se disfraza como algo necesario para la «seguridad» de los ciudadanos, y se describe a los que se reprime como gente muy diferente del resto de la ciudadanía (GEFAELL, 2015, p. 47).

Essa violência direta faz parte de uma característica interventora do Estado, um resquício do Estado Polícia perfeitamente administrado pelo Estado neoliberal, executado muitas vezes como uma resposta à sociedade a alguma indignação sua. Esse acontecimento se perfaz muitas vezes na violência policial ou de grupos paralelamente ligados ao Estado ou simplesmente em narrativas ou discursos que buscam categorizar determinados segmentos sociais levando-os à morte (MORAIS, 2019).

A importância de ter em mente esses dois momentos de governança serve para que não achemos que toda a materialização de empreendimentos amazônicos, especialmente o empreendimento de Belo Monte, surgiu a partir de conveniências neoliberais, muito embora o enfoque da construção, mesmo no período ditatorial, foi sempre buscar o capital. O argumento utilizado pelos militares no poder era de fortalecimento do controle Estatal, diferentemente do momento neoliberal (com o estabelecimento democrático), o enfoque neste momento é o pleno atendimento ao mercado.

1.7 A omissão do estado em Altamira e os conceitos de “matar” e “deixar morrer”

Quando falamos em extermínio, volta-se a ideia do Estado interventor (Estado Policial), no qual na ânsia de controlar os cidadãos, impõe-se controle a partir das técnicas coercitivas já conhecidas (violência, prisão, extermínio, etc), porém, ao falarmos da perspectiva neoliberal essa realidade deve ser pensada de um jeito diferente, pois a ausência do Estado em determinadas situações pode acarretar consequências desastrosas à vida de determinados grupos sociais (geralmente pessoas subalternizadas). Esta concepção significa uma nova arte de governar cuja a máxima seria “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 294 *apud* DELUCHEY, 2019, p. 40).

Nesse sentido, Foucault reflete que a partir do século XIX, o velho direito de soberania, que consistia na máxima “deixar viver” e “fazer morrer”, vai ser complementando (porém, não substituindo) por um novo direito, o de “fazer viver e deixar morrer” (DELUCHEY, 2019, p.40). No que tange a essa mudança de perspectiva a cerca do fazer morrer e do deixar viver:

Anteriormente à tal virada quem possuía o direito de morte e o poder sobre a vida dos súditos era o soberano, que advinha da *pátria potestas* e do direito do pai de família romano de ‘dispor’ da vida dos filhos. Nessa sociedade, na qual o direito causava a morte ou deixava viver, o soberano era a figura jurídica principal, o que fazia com que aqueles que infringissem as leis desafiassem o governante e o contrato social e, por isso, deveriam ser punidos em espetáculos exemplares, que punham em relação direta o castigo e o corpo do criminoso, pois nele se manifestava visivelmente o poder soberano. (LACERIDA, ROCHA, 2018, p. 163).

Havia, portanto, duas alternativas bem visíveis à vida dos súditos: a morte ou deixar-lhes viver. Foucault observa, porém, que com o advento dos Estados modernos o exercício soberano sobre a vida das pessoas consistia em determinar a quem o Estado iria fazer viver, ou seja, numa espécie de intervenção positiva haveria mecanismos e meios que fariam determinadas pessoas sobreviverem. O outro caminho (inverso) a partir do advento do Estado moderno seria deixar pessoas morrerem, “deixar morrer”, ou seja, a partir de omissões estatais (falta de políticas públicas ou outro meio assistencial) fatalmente haveria a morte de determinadas pessoas.

Tendo isso em mente, o ocorrido em Altamira é um bom exemplo, dessa perspectiva do “deixar morrer”, pois o projeto de Belo Monte influenciou significativamente na renda do município, gerando inchaço populacional e conseqüentemente depreciação dos serviços públicos (como será demonstrado no capítulo II). Um Estado atuante deveria minorar os prejuízos deixados pelo empreendimento, porém o que ocorreu foi um subdimensionamento de impactos sociais e ambientais da usina de Belo Monte que levaram às conseqüências desastrosas, como o aumento da violência, da desigualdade etc. (FAINGUELERNT, 2015).

Nesse sentido, previu o Relatório de Impacto Ambiental – Rima, sobre possíveis impactos sobre a cidade de Altamira:

Por ser a maior cidade da região onde será implantado o AHE Belo Monte, a cidade de Altamira deverá sofrer grandes impactos com a construção do empreendimento, principalmente com a chegada de imigrantes em busca de oportunidades de emprego e renda (RIMA – BELO MONTE, 2009, p. 47).

Os espaços de coabitação local da cidade de Altamira e seus arredores assistem constantemente à "vulnerabilidade de uns em detrimento de outros". Ou seja, pessoas pobres, marginalizadas passaram a sofrer mazelas sociais ainda não vividas por elas devido ao acirramento das desigualdades sociais (como demonstraremos na tabela 1).

Desta forma, não só as desigualdades sociais, mas também a ausência ou a precariedade de serviços públicos essenciais fazem parte desse ciclo de violência, pois sempre foi extremamente necessário, pelo menos desde a implementação do projeto de Belo Monte, coordenar obras e ações com a população local, de forma a tentar minimizar impactos sociais e ambientais previstos e reverter a situação caótica da cidade de Altamira, uma vez que o processo de aumento populacional e deslocamentos compulsórios de comunidades inteiras acarretaram maiores índices de criminalidade, prostituição e condições precárias de saúde (FAINGUELERNT, 2016).

Ademais, a omissão do Estado neoliberal retratada no “deixar morrer” tem tido tanta serventia à necropolítica como as suas intervenções (“fazer morrer”). Um exemplo não tão distante do que está sendo dito, foi a pandemia da COVID-19 no Brasil. Assim revela uma importante pesquisa do Instituto Multidisciplinar em Saúde promovida por pesquisadores ligados à Universidade Federal da Bahia (UFBA):

A negação dos direitos básicos e fundamentais por omissão e obscurantismo do Estado frente aos dados desagregados por raça/cor, que caracterizam a estrutura racista que tem operado a política de enfrentamento da COVID-19 no país, coloca a discussão da necropolítica na arena do debate. Enquanto isso, se assiste o avanço da pandemia e de mortes que não à toa têm sido silenciadas, banalizadas, naturalizadas e produzidas com consentimento (mas sem sentimento) (SANTOS et al, 2020, p. 4222).

Vale dizer, que a omissão intencional está também intrinsecamente ligada ao racismo, uma vez que, segundo análise preliminar dos boletins epidemiológicos dos estados que divulgaram os dados desagregados por raça/cor, demonstrou que negros correspondem aos maiores números de casos referentes à SRAG¹⁵ hospitalizados e óbitos por COVID-19 (SANTOS et al, 2020, p. 4217).

Nesse sentido, essa omissão intencional do Estado em não resolver ou pelo menos minimizar de uma forma efetiva as problemáticas sociais em geral que levam à morte de cidadãos, ou no caso de Altamira-Pa - problemáticas trazidas pela UHB, traduz-se na ideia Foucaultiana de “deixar morrer”, no qual o Estado por intermédio de uma “não ação” específica submete o povo à indignidade ou até a morte. Ressalta-se que é por meio do racismo que esse “deixar morrer” do poder soberano se insere na microfísica do biopoder (LACERDA, ROCHA, 2018, p. 160).

Assim, muito além de uma intervenção violenta do Estado que fatalmente, por meio de seus instrumentos de biolítica (polícia, prisão, grupos de extermínio, etc.), poderia culminar na morte de jovens de periferia em Altamira (“matar” ou “fazer morrer”), há uma

¹⁵ SRAG - Síndrome Respiratória Aguda Grave.

série de omissões estatais e governamentais levando ao “deixar morrer”. Essa política omissiva tem ocasionado grandes taxas de mortes de jovens no município (capítulo III). A resposta a esse fenômeno pode estar tanto em uma inoperância absoluta do Estado quanto numa atividade pouco eficiente que visasse diminuir os efeitos nefastos do intenso e repentino fluxo populacional ocasionado pela Hidrelétrica de Belo Monte.

Portanto, supõe-se que esta falta de efetividade nas ações do Estado provém de uma política de governo que vê na ausência de ação (omissão) um melhor atendimento ao mercado, pois se lucra muito mais não investindo efetivamente em serviços públicos essenciais (saúde, educação, segurança pública e emprego e renda) ao invés de implementar estratégias e políticas públicas específicas à periferia, dentro do contexto de um capitalismo global que atribui menos importância à vida (DELUCHEY, 2019, p 24).

CAPÍTULO II

A RACIONALIDADE NEOLIBERAL NO ESTADO DO PARÁ E OS GRANDES PROJETOS DA AMAZÔNIA

2.1 As políticas desenvolvimentistas no Brasil e na Amazônia

Para entendermos o fenômeno de violência no município de Altamira que culmina em um ciclo contínuo de apagamento de jovens da periferia local, partimos da hipótese que as altas taxas de violência dessa localidade têm ligação com a construção e consequente funcionamento da Usina hidrelétrica de Belo Monte. Essa correlação que tem a ver com um intenso fluxo populacional experimentada na região será demonstrada no Gráfico 1 (no item 2.5.1), bem como será feito um teste estatístico para confirmar a hipótese (no item 2.5.2), ambos neste capítulo.

Contudo, mesmo com a confirmação analítica dos dados e do teste estatístico à frente, a inferência advinda dessa correlação seria espúria e pouco elucidativa se não ressaltássemos neste trabalho as políticas que deram origem não só a construção de Belo Monte, mas de vários empreendimentos similares na Amazônia, os quais sempre visaram lucros (acumulação de capital). Desta forma, é fundamental mostrar como esses empreendimentos foram concebidos na região e quais os mecanismos políticos em nível internacional, nacional e regional que possibilitaram sua criação e expansão e posteriormente buscar a provável relação entre Belo Monte e os índices de violência na região.

Aponta-se que a gênese das políticas que deram origem tanto aos empreendimentos amazônicos como a uma série de perspectiva de acumulação de capital na América Latina e no Brasil foram as políticas de caráter econômico desenvolvimentistas do Século XX¹⁶, as quais foram indispensáveis para integrar no cenário econômico mundial países pobres que tinham grandes capacidades de se desenvolver. Porém, para que isso fosse possível, esses países deveriam atender um conjunto de medidas voltadas às exigências do mercado financeiro (BARBER, 2005).

Nesse sentido, as políticas desenvolvimentistas nas décadas de 1950 e 1960 buscavam nas instituições Estatais dos países em desenvolvimento as mudanças estruturais necessárias para desenvolver sua economia, assim, os países em desenvolvimento deveriam expandir e

¹⁶ Bresser-Pereira (2006, 2010), com olhos mais voltados às experiências latino-americanas do século XX, menciona explicitamente o termo “desenvolvimentismo” (às vezes, alternativamente, nacional desenvolvimentismo ou antigo desenvolvimentismo), o qual define como uma estratégia deliberada de política econômica para promover o desenvolvimento econômico através do impulso à indústria nacional (FONSECA, 2003).

acelerar a sua industrialização, além de modernizar sua agricultura e fornecer infraestrutura necessária à urbanização (PETER EVANS, 1992).

Prates; Fritz e Paula (2017) demonstram que o intuito a nível global do desenvolvimentismo do século XX era fazer com que esses países pobres (mas que tinham grande potencial de crescimento econômico) entrassem na dinâmica capitalista dos países mais ricos. Importante salientar que essa política internacional não tinha um cunho altruísta ou algo similar do tipo, uma vez que seu verdadeiro intuito era fazer com que aqueles países mais pobres (ou em desenvolvimento) se desenvolvessem o suficiente para ajudar os países ricos (europeus principalmente) a se reerguer da devassidão da Segunda Guerra Mundial.

Portanto, a retórica utilizada pelos fomentadores das políticas desenvolvimentistas é que haveria uma espécie de contrapartida. Países desenvolvidos teriam sua estrutura econômica reerguida do pós-guerra enquanto incentivavam o crescimento industrial dos países subdesenvolvidos.

No contexto Latino Americano, o desenvolvimentismo teve como base a perspectiva de bem-estar social e a busca primordial era desenvolver as instituições de política social de forma a acompanhar o processo de desenvolvimento e modernização capitalista (DRAIBE; RIESCO, 2011). A partir desse momento, grande parte da América Latina se deparou com um forte fluxo de imigrantes por todo seu território, provocando grandes inchaços urbanos e extinção de pequenas comunidades pelo continente entre outros grandes acontecimentos. Sobre essa manifestação desenvolvimentista pela América latina:

O desenvolvimentismo manifestou-se sob diversas formas e desenvolveu-se em tempos diversos. Em alguns casos, a estratégia não foi implementada, senão dos anos 1960 em diante. Em muitos países, teve início com golpes militares, enquanto em outros foi conduzida por governos democráticos ou quase democráticos. Alguns alcançaram seu apogeu sob regimes militares, como foi o caso do Brasil, ou sob governos de esquerda, como o Chile de Allende, ou mesmo revolucionários, como Cuba. Mas, em geral, o bloco no poder tendeu a ser conduzido pelas novas burocracias, de extração média, com apoio das emergentes camadas burguesas e de trabalhadores, dos pobres urbanos e, ainda, em muitos casos, do campesinato (DRAIBE; RIESCO, 2009; DRAIBE, 1985, p. 240 e 241).

No Brasil, as políticas desenvolvimentistas foram concebidas durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e tinham como premissas nacionais básicas superar a condição de subdesenvolvimento do país por meio de políticas que visavam acelerar o processo de industrialização. Podemos dizer que o auge das ações desenvolvimentistas no país foi no período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Nesse contexto, grandes e onerosas construções, como rodovias e hidrelétricas, foram construídas, algo então tido como imprescindível para a manutenção do desenvolvimento econômico do país (REIS; SOUZA, 2016).

Nessa perspectiva, a estratégia desenvolvimentista no Brasil, tal como a conhecemos hoje, está relacionada com ações de governo da década de 1950, quando se construiu uma crença sólida na intervenção estatal e no planejamento econômico enquanto instrumentos eficazes para tirar o Brasil da condição de subdesenvolvimento (OLIVEIRA; TRINDADE; FERNANDES; 2014). Os esforços políticos e econômicos desses países em desenvolvimento atendiam uma coordenação global que visava a sua industrialização e a exploração de seus recursos naturais e humanos, ou como aponta Bielschowsky (2012, p. 730), acerca dos “motores do desenvolvimento brasileiro”:

- 1 - Um amplo mercado interno de consumo de massa – que será tanto mais amplo quanto melhor vier a ser a distribuição da renda. Também, uma estrutura produtiva potencialmente capaz de vir a realizar localmente boa parte da produção em larga escala correspondente, nos setores primários, industriais e de serviços, sem prejuízo de ampliar as exportações;
- 2 - Uma forte demanda nacional e mundial por seus abundantes recursos naturais;
- 3 - Perspectivas favoráveis quanto à demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura (econômica e social).

Assim, conforme demonstramos no capítulo I desta pesquisa, não podemos deixar de mencionar novamente que o período ditatorial militar foi um momento cuja uma das características fundamentais foi a intensa intervenção do Estado sobre diversos aspectos sociais e econômicos do país, mas sempre visando o acúmulo de capital, porém, no caso amazônico, a intervenção estatal se deu no próprio processo de estabelecimento de uma população excedente que, advinda dos fluxos migratórios, possibilitou a estruturação de núcleos urbanos relativamente modernos, porém caracteristicamente inchados sob o ponto de vista demográfico. É o que Becker (2005) chama de superurbanização (MARQUES; TRINDADE, 2014).

No mesmo caminho refletem Prates; Fritz; Paula (2017) que a gênese da perspectiva neoliberal na Amazônia, nasceu das políticas de desenvolvimento brasileiro, uma vez que essas políticas deram origem aos empreendimentos que exploram recursos naturais – hidroelétricas, mineradoras e madeireiras –, além de incentivarem a agropecuária em grande escala.

Portanto, o grande panorama do desenvolvimentismo amazônico sempre foi a exploração dos recursos naturais como uma das forças motrizes do desenvolvimento brasileiro, pois, como observa Bielschowsky (2012), o Brasil tem abundância de recursos naturais – terra, água, sol, energia. Isto pode, em princípio, implicar espetaculares ganhos na renda brasileira a médio e longo prazo para o país. O progresso técnico nos setores associados a novas fontes de energia elétrica, na extração de petróleo em águas profundas e muito profundas e na produção de etanol etc.

Contudo, o desenvolvimentismo amazônico acarretou sérias discussões, tanto sobre a exploração ambiental e seus impactos quanto a indagação sobre quem isso beneficiaria, pois, conforme questiona Becker (2012) sobre os grandes projetos hidrelétricos na Amazônia, os recursos da Amazônia serão mais uma vez utilizados para abastecer o Centro-Sul do país e as empresas de alumínio, processo acrescido agora com a construção de hidrovias para escoar a soja do Centro-Oeste? Essa nova dinâmica deverá gerar benefícios para a Amazônia? Ou pelo contrário, à região serão destinados apenas os impactos sociais e ambientais perversos?

Seja como for, podemos perceber que a implantação dos empreendimentos e a captação dos recursos por meio de energia elétrica e de minérios possibilitou que políticas internacionais econômicas interferissem em assuntos locais. Diniz (2009) explica que é um equívoco ver a globalização sob a ótica estritamente econômica, ignorando seu teor multidimensional, vale dizer, seus componentes políticos, ideológicos e culturais. Se por um lado, o processo de globalização expressa uma lógica econômica, obedece, por outro lado, a decisões de natureza política que, por sua vez, estão influenciadas pela complexa relação de forças políticas que se estruturam em âmbito internacional.

Destaca-se ainda que os condicionamentos impostos internacionalmente, isto é, as políticas sociais e econômicas que foram inseridas na Amazônia são possibilitadas pelas instituições e pelas elites responsáveis pelos governos domésticos, conforme aponta Diniz (2009).

Portanto, ainda que pareça um tanto impertinente falar de **desenvolvimentismo** nesta pesquisa que fala de essencialmente sobre **necropolítica** e **neoliberalismo** não o é, pois, todos esses conceitos andam em paralelo e se cruzam à medida que avançamos no tema, assim não poderíamos deixar de mencioná-lo, pois a força neoliberal atuante na Amazônia só foi possível devido a essa abertura de capital em grande parte ensejada pelas políticas desenvolvimentistas no Brasil e na própria Amazônia.

2.2 O avanço neoliberal no cenário amazônico

A questão central acerca da breve explanação do desenvolvimentismo amazônico, feita no item 2.1 deste capítulo, é saber como essa política abriu espaço para o neoliberalismo e sua governabilidade em âmbito brasileiro e sobretudo, amazônico, permitindo com que uma dinâmica ligada ao capital (ou dinâmica de acumulação de capital) interferisse não só no governo, mas nas condutas e relações humanas, impondo consequências, muitas vezes desastrosas à população de Altamira.

Assim, segundo Mirian Cardoso (1978), o desenvolvimentismo como modelo econômico postulava que o crescimento de renda dependia diretamente da quantidade dos investimentos e da produtividade marginal do capital; estes dois elementos estavam ligados ao investimento estrangeiro, que os fazia variar em função de sua própria importância. O desenvolvimentismo como ideologia de um desenvolvimento autônomo no âmbito do sistema capitalista proclamava, por sua vez, a riqueza e a grandeza nacional, a igualdade social, a ordem e a segurança.

Verifica-se então que as políticas que incentivam o investimento, principalmente o estrangeiro, é fundamental para uma abertura de capital sólida, essa perspectiva é a essência do desenvolvimentismo, pois segundo Draibe e Riesco (2011, p.189), a respeito de uma condução liberal no campo das políticas sociais na América Latina, afirmam o seguinte:

Sob a perspectiva do consenso de Washington¹⁷, gerou-se na região tomada pela condução liberal, um ambiente fortemente favorável às empresas e especialmente aos investidores estrangeiros, mas, ao mesmo tempo, introduziu-se uma sorte de instabilidade intrínseca nas economias, relacionada aos altos índices de endividamento, à maior dependência de fluxos financeiros externos e aos sistematicamente modestos níveis de crescimento.

Assim, percebemos que uma atuação liberal em um país emergente tem como objetivo primordial a abertura deste país ao capital externo. Não por acaso, a construção de Belo Monte foi criada com recursos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento¹⁸, onde é concentrado grande fluxo de capital interno e externo, público e privado.

É importante destacar que o BNDES é um banco de desenvolvimento com foco em longo prazo, sua atuação é mais forte em setores que demandam investimentos de longa maturação, como as do setor elétrico, que absorvem elevadas quantidades de capital “ocioso” de investidores institucionais nacionais e internacionais (NASCIMENTO, 2017, p 23). Essa instituição tem grande influência na viabilidade de grandes projetos brasileiros, inclusive no setor energético. É por meio dele que o capital externo é captado e realocado em empreendimentos como as hidrelétricas na Amazônia. A seguir, um relatório sobre as estimativas de Infraestrutura e Planejamento no Brasil do IPEA (2012):

As estimativas do BNDES para os investimentos no setor elétrico mostravam um elevado crescimento nos últimos anos, da ordem de 53,7%, entre aqueles realizados de 2005 a 2008 e os previstos para o período de 2010 a 2013 – de R\$ 67 bilhões para

¹⁷ O Consenso de Washington é um conjunto de medidas voltadas a atender as exigências do mercado financeiro e suas maiores empresas privadas, principalmente as dos EUA. Esse Consenso nasceu essencialmente da economia privada, ou seja, empresas que têm um alto nível de controle sobre a economia global ou a maior parte dela (BARBER, 2005).

¹⁸ Fundado em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e hoje, o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>. Acesso em: 13 dez. 2021.

R\$ 103 bilhões, uma elevação de aproximadamente 9% ao ano. A maior parte destes investimentos deverá ser realizada no segmento de geração energética, com cerca de R\$66 bilhões, empregados, por exemplo, na construção das hidrelétricas do rio Madeira – Jirau e Santo Antônio – e de Belo Monte, e da usina nuclear de Angra 3. Os segmentos de transmissão e distribuição de energia deverão receber nos próximos anos investimentos da ordem de R\$16 bilhões e de R\$20 bilhões, respectivamente (Ipea, 2012).

Os investimentos internacionais de grandes grupos têm grande repercussão na esfera interna de um país, pois as forças políticas que atuam internacionalmente sempre operam de forma bastante intensa nas questões internas dos países, as quais permitem sua entrada por intermédio de uma abertura econômica. Leys (2004) observa que, com a globalização econômica, os Estados deixaram de ser os controladores do mercado e passaram a ser controlados por ele, o que deixou a sociedade mais do que nunca exposta às suas forças. Sobre essa perspectiva de interferência política, observa Karl Polanyi (2000):

A história econômica revela que a emergência dos mercados nacionais não foi de modo algum o resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera econômica frente ao controle dos governos. Pelo contrário, o mercado foi o produto de uma intervenção consciente e muitas vezes violenta por parte dos governos, que impuseram, com vista a fins que não eram econômicos, a organização do mercado à sociedade (POLANYI *apud* CURTO, 2012, p. 184).

Depreende-se que os projetos de desenvolvimento amazônico, enquanto iniciativas políticas, abriram um grande espaço para a atuação neoliberal, principalmente nos locais sedes de grandes empreendimentos, o que provocou inúmeras alterações na dinâmica social das regiões exploradas pelo acúmulo de capital e no que diz respeito à construção de grandes hidrelétricas na região, existe uma repetição de um mesmo padrão de política pública, que desrespeita a legislação ambiental brasileira e os direitos das populações tradicionais atingidas pela obra, que, na maioria das vezes, são consideradas “entraves” ao desenvolvimento econômico (FAINGUELERNT, 2016).

Importante destacar que em relação às hidrelétricas na Amazônia, há um crescente desenvolvimento da aliança entre o Estado e grandes grupos econômicos ligados à construção civil de grande porte (poderosas empreiteiras), que neste período passam a participar de fatias amplas de investimentos estatais e a fazerem cada vez mais parte dos rumos do projeto desenvolvimentista brasileiro (NASCIMENTO, 2017).

Portanto, entendemos que a incursão e a expansão neoliberal na Amazônia vieram por intermédio de uma política desenvolvimentista brasileira vinda da aliança entre o Estado brasileiro com seu capital interno e investidores internacionais (capital externo). Assim, muito embora a retórica de se empreender na Amazônia sempre foi buscar o desenvolvimento da

região, o que se vê é a exploração deliberada de recursos naturais gerando grandes lucros para o capital externo.

2.3 Do estudo à construção do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte e os impactos sociais em Altamira

A construção de hidrelétricas no Brasil sempre suscitou imensas discussões, pois se de um lado discutia-se a respeito das grandes modificações socioambientais advindas em decorrência desta obra, de outro sempre houve uma expectativa do lucro percebido. Contudo, o que se observa em relação aos empreendimentos hidrelétricos na Amazônia e no restante do Brasil sempre foi sua estreita relação com capital privado, como aponta Fainguelernt (2016). Nesse sentido, destacam Reis e Souza (2015):

De acordo com Becker (1989; 2001; 2005), tais projetos foram e ainda são planejados fora da região, e visam atender, prioritariamente, a interesses exógenos. Segundo a autora, esse processo tem servido de fonte para alimentar a produção capitalista mercadista, que privilegia a eficiência técnica e a apropriação privada dos bens ambientais em detrimento da equidade social. Brito (1999), na mesma linha, acrescenta que a Amazônia foi e continua sendo, em larga medida, um mundo natural e social desconhecido, alvo de ações que buscam torná-la uma válvula de escape para os problemas vivenciados em outras regiões do Brasil. (BECKER, 1989; 2001, 2005; BRITO, 1999 *apud* REIS; SOUZA, 2015, p. 215-216).

Com a Hidrelétrica de Belo Monte não foi diferente, pois o capital privado e a expectativa do recebimento e movimentação desse capital sempre permeou sua trajetória de implementação e construção, assim, segundo o Relatório Final da Comissão Mundial de Barragens sobre hidrelétricas na Amazônia (Comissão Mundial de Barragens, 2000, p. 23)¹⁹, ainda na década de 1960 foram feitos os primeiros estudos de engenharia de viabilidade energética na Amazônia, mais especificamente no rio Tocantins, mas foi na década 1970 que o primeiro grande projeto de hidrelétrica foi implementado, começando a operar na década de 1980 (ainda durante o regime militar). Essa foi a primeira e uma das maiores hidrelétricas totalmente brasileira, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

À época, houve muitas críticas, sobretudo devido ao alto custo ambiental da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), porém tais críticas não tiveram tanta adesão nacional e a construção e o lucro desse empreendimento abriram espaço para que se implementasse outra grande hidrelétrica, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHB). A trajetória dessa Usina foi marcada e ainda é por muitas discussões e polêmicas, entre elas as questões relacionadas ao

¹⁹ Documento de trabalho da Comissão Mundial de Barragens. O Relatório Final foi preparado pela Comissão como parte das suas atividades de coleta de informações.

meio ambiente, aos povos tradicionais e demais residentes da região afetados em decorrência da construção do empreendimento.

Importante ressaltar que as hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte são os maiores e mais rentáveis empreendimentos governamentais relacionados à energia elétrica instalados na região Norte do Brasil, eles alimentam de energia Estados como Maranhão, Piauí, Tocantins, Amazonas, entre outros. Contudo, diferentemente da UHT, a UHB teve seus estudos iniciados na década 1970 (por volta de dez anos depois da UHT), sendo construída a partir dos anos 2000 e começando a ser parcialmente operada em 2016. Tudo ocorreu sob várias críticas devido aos danos ambientais e sociais que causaria (REIS; SOUZA, 2016, p. 3-4). A operação da usina deveria ocorrer integralmente até meados de 2020.

A hidrelétrica de Belo Monte, segundo o Relatório Anual (2020) do Ministério de Minas e Energia²⁰ é detentor de uma área com cerca de 478 km² e um potencial de gerar cerca de 11.233,1 MW (megawatts) de energia elétrica. Tendo um custo estimado em 26 bilhões de reais (5,7 milhões de reais por MW efetivo), passou por várias fases amplamente conhecidas, desde o estudo de viabilidade do projeto nos anos 70, sua implementação e a operação das turbinas geradoras de energia.

Nesse sentido, é importante destacar um resumo cronológico da implementação e construção da UHE Belo Monte, segundo o Monitoramento de Obras Públicas (Radar Brasil) da FIESP - Federação das indústrias do Estado de São Paulo²¹:

[...]A possibilidade de construção de usinas hidrelétricas na bacia do rio Xingu, entre os estados do Pará e Mato Grosso, começou a ser estudada ainda na década de 1970, sendo que os estudos foram iniciados pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte S.A.) e, posteriormente, assumidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), em conjunto com as construtoras Camargo Corrêa S.A., Andrade Gutierrez e Norberto Odebrecht. [...] Em 1980, foram concluídos os Estudos de Inventário e iniciados os Estudos de Viabilidade Técnica da Usina de Kararaô[4] (11 mil MW), a qual daria futuramente origem à UHE Belo Monte, no contexto do início dos estudos para a construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira, que também incluía a usina de Babaquara (6,6 mil MW), de acordo com a cronologia apresentada pela Norte Energia. Os estudos de inventário do rio Xingu foram aprovados em agosto de 1988[5]. Na mesma época, a Eletronorte foi autorizada pela Portaria nº 1077 do Ministério de Minas e Energia (MME) a realizar os estudos de viabilidade para o Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte, os quais foram concluídos em 1989.

Segundo a Norte Energia, no mesmo ano, por divergências a respeito do impacto socioambiental do projeto, o financiamento da obra foi suspenso. Em 1994, os Estudos de Viabilidade foram revisados, resultando na diminuição da área inundada e no compromisso de não inundação de terras indígenas. Quatro anos depois, em 1998, a Eletrobrás solicitou à ANEEL a autorização para a realização, em conjunto com a Eletronorte, de novos Estudos de Viabilidade da AHE Belo Monte. [...]

²⁰ Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2020.

²¹ Disponível em: http://radarbrasil.fiesp.com.br/usina-hidreletrica-de-belo-monte-relatorio-completo#_ftn4. A. Acesso em: 16 fev. 2021.

Apenas em julho de 2005 os estudos foram retomados, com a autorização dada ao Poder Executivo pelo Congresso Nacional[6], para implantar o AHE Belo Monte a ser desenvolvido após estudos de viabilidade pela Eletrobrás. Esses estudos, tal como discriminou o decreto, abrangeriam, dentre outros, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (Rima), a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) da bacia do rio Xingu e estudos de natureza antropológica, atinente às comunidades indígenas localizadas na área de influência do empreendimento [...]

[...]Em fevereiro de 2009, a Eletrobrás entregou aos órgãos competentes a versão preliminar do EIA e do Rima e solicitou, em março do mesmo ano, a Licença Prévia. Os referidos estudos foram entregues ao Ibama em maio. Realização do leilão.

Em 2015 O preço-teto foi definido em R\$ 83 por Megawatt-hora (MWh), seguindo o estabelecido pelo MME; • Quanto à entrada em operação da usina, o prazo máximo dado para início da geração da primeira unidade da casa de força secundária foi fevereiro de 2015, enquanto a data-limite para entrada em operação da última máquina, na casa de força principal, foi definida como janeiro de 2019; •

- O valor do investimento previsto para construção da usina, conforme estudo conduzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e aprovado pelo MME, era de R\$ 19,018 bilhões, dos quais R\$ 500 milhões corresponderiam à parcela do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu; •

O vencedor foi o consórcio Norte Energia[13], com elevada participação estatal na sua composição, com preço de lance de R\$78 por MWh. De acordo com balanço feito pela ANEEL, o grupo vencedor responsável pela construção da usina ratificou o percentual mínimo de 70% exigido pelo edital.

O mês de janeiro de 2017 marcou a plena operação da Casa de Força Complementar, com o início da operação comercial das Unidades Geradoras 05 e 06; além da Unidade Geradora 04 da Casa de Força Principal. Segundo balanço feito pela Norte Energia, dentre os principais desafios de engenharia alcançados na construção da usina, é possível destacar a produção de 69 milhões de m³ de aterro, a escavação de 166 milhões de m³ de terra e rocha, e o lançamento de 3 milhões de m³ de concreto em um período de 4,2 anos.

A cronologia aponta as idas e vindas, do estudo à construção da UHB, mostrando uma série de entraves, os quais foram superados graças aos investimentos envolvidos, ou como aponta Fainguelernt (2016, p. 254): pressão popular, entraves jurídicos, inúmeras audiências populares, estudos de especialistas que quase sempre sugeria a inviabilidade do empreendimento. Tudo porque em todas as pesquisas, estudos e relatórios a respeito da HUB já davam fortes sinais que a construção iria gerar sérios problemas socioambientais. Além do mais, as consequências sociais, altamente ligadas ao intenso fluxo populacional (registradas inclusive no EIA e no RIMA) são demonstradas com grande preocupação por vários estudos feitos por especialistas (REIS; SOUZA, 2015).

Portanto, como podemos observar, a construção da UHB sempre foi alvo de controvérsia em vários meios políticos, jurídicos e acadêmicos, desde a sua implementação até o fim de sua construção. Mas mesmo com todas as inviabilidades o capital falou mais alto e a implementação do empreendimento foi feita ignorando vários estudos e documentos oficiais, como o caso do EIA e do RIMA. A retórica ligada ao desenvolvimento do país e da

região aliado a uma gama de poderosos investimentos externos fizeram com que cada entrave fosse superado ponto a ponto, demonstrando a tenacidade neoliberal pelo acúmulo de capital.

2.4 Altamira na centralidade dos impactos da UHB

A região amazônica brasileira, segundo resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), abriga imensa diversidade étnica, social e cultural, o que gera um “mosaico sociocultural” com presença de populações indígenas, quilombolas, habitantes de igarapés (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos etc.), migrantes e extrativistas rurais (MMA, 2008). Assim, a diversidade sociocultural na Amazônia é vista também a partir do modo que cada pessoa que ali vive, vê e entende o mundo e aos diversos níveis de interação que cada comunidade tem com o mundo externo.

À vista disso, ao se fazer uma análise sociocultural de uma localidade, não se pode incorrer no grave erro de tomar a população dessa localidade de forma homogênea, dada a diversidade populacional local típica do cenário amazônico somada ao impulso (inchaço) populacional que as políticas desenvolvimentistas amazônicas impulsionaram por meio dos empreendimentos de exploração de recursos naturais e políticas ligadas a ocupação de terras²². Assim, no que tange o inchaço populacional argumentado aqui, o Gráfico 1, exposto mais à frente, demonstrará com exatidão tal afirmativa.

Altamira, município localizado na região Centro-Sul do estado do Pará, está aproximadamente a 2 km da rodovia Transamazônica. Ele é banhado pelo rio Xingu, é reconhecidamente a principal cidade da região. Consta no RIMA que nos últimos 20 anos, a localidade cresceu muito rápido e de forma desordenada, ocupando bairros formados ao longo das margens dos igarapés Altamira e Ambé (RIMA – Belo Monte, 2009, p.72). Sua população, estimada em 2018, segundo dados do IBGE²³, era de aproximadamente 113.195 habitantes. Com uma área de 159.533,328 km² é considerado o município mais extenso do Brasil. Além do mais, o município e arredores contam com uma grande diversidade social, folclórica, cultural e econômica (predominantemente de atividades agrárias), pois encontraremos grupos étnicos de diversas etnias e imigrantes de outras regiões do país.

O RIMA traz consigo a composição social da área onde foi implantada a usina, quais sejam povos tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, agricultores

²² No governo de Getúlio Vargas (1930-1945) a colonização da floresta amazônica passou a ser vista como estratégica para os interesses nacionais. Estradas foram abertas, pessoas do Brasil todo migraram para região. Durante a ditadura militar, a política para a ocupação amazônica ficou conhecida pelo lema “Integrar para não Entregar”. Disponível em: <https://amazon.org.br/imprensa/linha-do-tempo-entenda-como-ocorreu-a-ocupacao-da-amazonia/>. Acesso em: 24 jul. 2021.

²³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 10 ago. 2020.

familiares e extrativistas de todos os tipos); Indígenas (Os *Juruna de Paquiçamba*, os *Arara da Volta Grande do Xingu*, os povos da *Trincheira-Bacajá*, entre outros)²⁴. Consta salientar que esses povos têm diferentes graus de dependência do rio Xingu e foram impactados diferentemente pelo empreendimento. Altamira também é composta de populações de antigos fluxos migratórios, fazendeiros, pecuaristas, trabalhadores urbanos e até empresários. O referido relatório trouxe uma interessante entrevista realizada com moradores de Altamira que descreveram o lugar desta forma:

Altamira é uma cidade curiosa, aqui se pode ver a riqueza que circula nas mãos dos grandes fazendeiros, nas mãos dos madeireiros, pode ser ver a pobreza da vida dos que aqui chegaram em busca de oportunidade e que nunca a encontraram, mas aqui permaneceram, ou naqueles que vieram como colonos e não conseguiram se manter. Mas tem também um tanto de gente que administra a vida entre a cidade e a plantação e o rio e vai levando a vida como se estivesse na Altamira de antigamente. Aqui se pode conhecer a violência mais impressionante, mas também a simplicidade mais tocante na vida dos ribeirinhos que vem à cidade, movimentam as feiras, o comércio e depois somem nas águas do Xingu. Altamira é assim, sem explicação (Pesquisa socioantropológica, EIA/2009, Leme).

Assim, podemos perceber que já havia uma significativa diversidade não só de pessoas quanto de atividades econômicas no local. Salienta-se que essa diversidade social sempre foi cenário de conflitos na região, seja por questões territoriais ou culturais (RIMA – Belo Monte, 2009, p. 133). O fato é que o empreendimento hidrelétrico de Belo Monte atraiu milhares de pessoas, isto é, um efetivo muito maior do que a estrutura de serviço instalada conseguiria suportar, acentuando significativamente esses conflitos.

Contudo, sérios transtornos já eram esperados a partir da obra e inclusive foram tema de vários estudos e discussões ao longo de sua construção. Reis e Souza (2015) verificam que mesmo esse tipo de problema sendo absolutamente previsível, as estratégias para dar conta dessa demanda não foram devidamente equacionadas, pois a estrutura de serviços públicos municipais e estaduais, principalmente o aparato de segurança pública permaneceram subdimensionados e incapazes de fazer frente aos novos pleitos decorrentes da implantação do projeto.

Estimativas realizadas pelo Estudo de Impacto Ambiental - EIA afirmam que aproximadamente 90 mil pessoas foram atraídas para a região, sendo que 32 mil pessoas permanecerão após o término das obras. Dessa maneira, já estava prevista a realização de um programa de incentivo à capacitação profissional e ao desenvolvimento de atividades produtivas, a ser desenvolvido nas fases de construção e operação de Belo Monte, em onze municípios (FAINGUELERNT, 2016).

²⁴Relatório de impacto ambiental – Belo Monte. Disponível em: https://eletronbras.com/pt/AreasdeAtuacao/geracao/belo_monte/Rima-AHE-Belo-Monte.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

De acordo com Fainguelernt (2016), as obras da UHB estavam previstas para começar em 2011, porém, efetivamente, começaram em 2013, com dois anos de atraso. Os dados da empresa Norte Energia apontam que 19 mil empregos diretos foram criados, o que não configura apenas como impacto positivo, já que também se relaciona a um dos impactos na área urbana mais significativos, pois com o aumento populacional, falta ainda mais infraestrutura na região, além da violência nos municípios ter aumentado.

Além disso, Fainguelernt (2016) também argumenta que não houve uma preocupação por partes dos implementadores do empreendimento em constar de modo mais preciso os impactos sociais no que tange a criminalidade na região, muitos menos propor estratégias e saídas para uma possível problemática de segurança pública.

Santos et al (2013) afirma que diversos autores e estudiosos sobre o tema tiveram quase como unanimidade o fato do projeto da UHB subestimar os impactos negativos sobre as populações locais, bem como em relação ao ecossistema ambiental de um modo geral. Nesse sentido, verificamos também que os estudos de impacto ambiental (EIA) e os relatórios de impacto ambiental (RIMA) não consideram adequadamente os impactos sobre o sistema de segurança pública.

Assim, o próprio Relatório de impactos ambientais (RIMA) de Belo Monte previu as mudanças socioambientais de uma forma geral, mas não trouxe perspectivas, análises e nem soluções a questões atinentes à segurança pública:

O AHE Belo Monte vai provocar muitas mudanças ambientais na região da Volta Grande do Xingu e na vida das pessoas também. Vai ter mudanças na paisagem, no comportamento das águas do rio Xingu e dos igarapés, na fauna e na vegetação. Novas pessoas vão chegar à região procurando trabalho nas obras e vão precisar de atendimento médico, escolas, segurança e saneamento. Muitos imóveis na área rural e na cidade de Altamira serão atingidos (RIMA – Belo Monte, 2009, p. 41).

O relatório também apontou que muitos moradores da região teriam que morar e trabalhar em outros lugares, alterando significativamente a dinâmica do local. Por outro lado, o RIMA tenta amenizar a situação argumentando que seriam criados novos empregos, não só ligados às obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte como também para procurar atender às necessidades das pessoas que chegariam à região (RIMA – Belo Monte, 2009).

Desta forma, constata-se que um crescimento popular desordenado aliado a uma falta de imposição de políticas públicas coerentes aos desdobramentos relacionados às consequências da implantação do projeto seria o suficiente para inviabilizar o empreendimento, porém como estratégia governamental Santo et al (2013) demonstra que houve uma “federalização” da área do empreendimento. O intuito não era somente passar por

cima de entraves ligados a licenças, mas também negligenciar os impertinentes resultados do EIA.

Diante disso, Fainguelernt (2016, p. 260) concluiu que seria imprescindível fazer a necessária coordenação de obras e ações com a população local, de forma a tentar minimizar impactos sociais e ambientais e reverter o rumo caótico que a cidade de Altamira tomou, “pois, os indicadores mostram que a cidade hoje, após um crescimento populacional desordenado e com deslocamentos compulsórios, apresenta altos índices de criminalidade, prostituição e condições precárias de saúde”.

2.5 O vertiginoso fluxo populacional provocado por Belo Monte e seus impactos na região

Uma das hipóteses mais contundentes a respeito do aumento de violência em Altamira gira em torno do forte e repentino crescimento populacional local devido à construção da UHB, pois o empreendimento atraiu milhares de pessoas de todos os lugares do Brasil que se fixaram permanentemente ou transitoriamente no município de Altamira. Só a divulgação da previsão inicial de criar 41.000 empregos diretos atraiu para a região um efetivo humano muito superior ao que a estrutura de serviços instalada conseguiria suportar (REIS; SOUZA, 2015).

Ademais, como já afirmamos anteriormente o EIA do projeto já expunha que aproximadamente 90 mil pessoas seriam atraídas para a região e mesmo esse tipo de problema sendo absolutamente previsível, pois grandes fluxos migratórios ocorreram em outros empreendimentos na região, as estratégias para dar conta dessa demanda não foram devidamente equacionadas. Assim, no caso específico da UHB, a estrutura de serviços públicos (segurança pública, saúde, educação, entre outros) em Altamira e na região do Xingu permaneceu subdimensionada e incapaz de fazer frente aos novos pleitos decorrentes da implantação do projeto (REIS; SOUZA, 2015).

Além disso, não só a construção de Belo Monte em si, mais o grande fluxo de pessoas no local trouxe inúmeras mudanças às comunidades que ali viviam ou ainda vivem. Fleury e Almeida (2013), a partir suas pesquisas empíricas sobre Belo Monte, constatam que a diversidade de grupos encontrada, os distintos artefatos mobilizados como ferramentas do embate (panfletos, cartas, ações civis públicas, cacau, castanha, blogs, manifestos, cartilhas etc.) e mesmo os espaços das cidades envolvidas e localidades ribeirinhas têm, desde o início da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, se encontrado em constante transformação.

Essa transformação abrupta afeta as comunidades que vivem ao redor do empreendimento de vários modos (social, econômico, espiritual, etc.). Evidentemente, tais mudanças repercutem nos valores cultivados pela população local e na forma que esta utiliza para organizar seu modo de vida e suas relações sociais, alterando a dinâmica dos conflitos e as estratégias utilizadas para sua resolução (REIS; SOUZA, 2015). Outro contraste interessante entre a obstinação da construção da UHB e a filosofia de vida dos nativos tradicionais da região é a perspectiva temporal:

No conflito estudado, é constantemente necessária a tradução, além de objetivos e interesses, de tempos muitas vezes contraditórios. O tempo do projeto é o tempo do que é pensado de forma macro, visando estratégias geopolíticas, e que tem que ser executado rapidamente, **no ritmo do mercado**. O tempo dos moradores locais, indígenas e ribeirinhos, é o tempo lento, do rio que sempre correu, e que se deseja que sempre possa continuar correndo (FLEURY E ALMEIDA, 2013, p. 151, grifo do autor).

A necessidade do agora e da rapidez das mudanças de local em prol da construção imediata da Usina foram, antes de tudo, verdadeiras violações ao modo de seus habitantes. O modo neoliberal de existência tem por essência um atendimento rápido e contínuo ao mercado (Dardot e Laval, 2016). Assim, o panorama que se projeta em relação à UHE Belo Monte, em grande medida, tem se mostrado semelhante ao já observado em outros megaprojetos amazônicos: degradação ambiental, exclusão social, acirramento dos conflitos entre civis e crescimento dos índices de criminalidade.

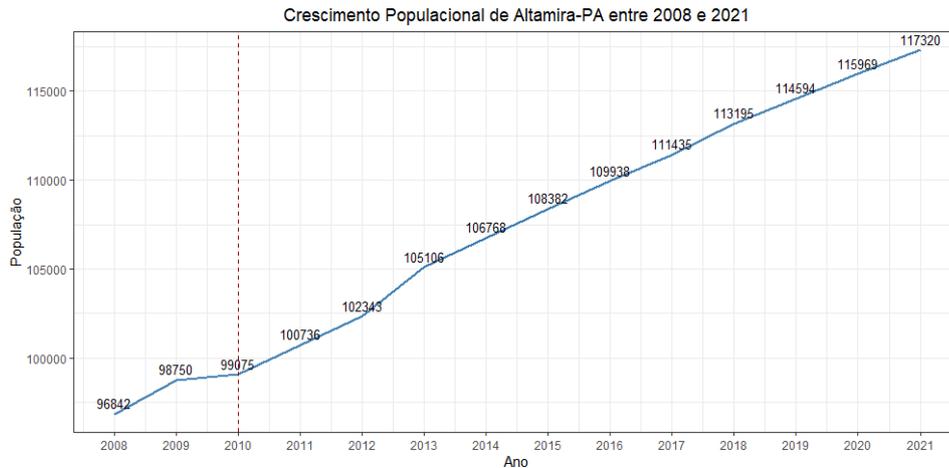
Esse panorama observado nada mais é do que consequência relacionada à omissão do Estado movido por uma razão neoliberal, pois no cálculo neoliberal (Foucault, 2004b), essa omissão é bem mais econômica ao Estado do que uma atuação, a qual iria pelo menos remediar as consequências ruinosas abordadas decorrentes dos empreendimentos amazônicos.

2.5.1 Dados sobre a construção de UHB e o fluxo populacional em dados

O Gráfico 1, abaixo, trata da grande expansão populacional de Altamira e vai nos ajudar a entender a correlação entre a construção da UHB e esse fluxo populacional vertiginoso. Os dados partiram da Tabela 6579, disponível no Sistema SIDRA²⁵. Foram coletados dados dos anos de 2008 a 2021. A interpretação que se tem do gráfico é que houve um aumento populacional na cidade de Altamira a partir de 2010, ano em que se iniciou a construção da UHE Belo Monte.

²⁵ Tabela 6579: População residente estimada. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Gráfico 1 – Crescimento populacional de Altamira entre 2008 e 2021



Fonte: Relatório da Norte Energia S.A, 2016.

O Gráfico 1 mostra que o relatório interno da Norte energia (NESA)²⁶ projetou uma ascendente entre os anos de 2009 a 2011 na região, que foi de 16.0158 a 16.5778 habitantes em um período analisado de 2007 a 2013, representando um potencial e significativo impacto para a região. No entanto, a projeção do IBGE se manteve padrão no mesmo período analisado.

Esse intenso fluxo populacional causou, segundo Faingulernt (2016), sérios impactos de caráter social, entre eles a precarização dos serviços públicos (saúde, segurança e educação). Assim, aumentaram-se as disparidades econômicas na região, a violência rural e urbana, a violação dos territórios indígenas, a prostituição, dentre outras situações negativas. Explicam Serra e García Fernández (2004, p. 117):

Na área ambiental, é importante ter em mente que a cobertura florestal da Amazônia permaneceu praticamente intocada até o golpe militar. Na verdade, vários fatores concorreram para o desmatamento em larga escala sofrido pela região amazônica: a construção das grandes rodovias e das estradas vicinais; a criação de gado; a exploração de madeira; a colonização oficial e “espontânea”; a mineração e os projetos infraestruturais associados (estrada de ferro, hidrelétrica, etc.); e a fundição de ferro gusa. Todos esses empreendimentos, estimulados pelo governo brasileiro, estão inter-relacionados e contribuíram consideravelmente para agravar o desmatamento e a degradação ambiental na região. Neste sentido, uma sensação de descrença quanto às perspectivas de se ter um desenvolvimento minimamente sustentável neste período era perfeitamente justificável, em virtude do quadro extremamente negativo delineado pelos sérios impactos sociais e ambientais adversos causados nas áreas urbana e rural.

Nunca é demais ressaltar que os impactos socioambientais da UHB causaram uma profunda alteração não só no meio ambiente, mas também nas comunidades locais onde foi

²⁶ Dados extraídos do Relatório da Norte Energia S.A. (NESA) intitulado “Andamento do Projeto Básico Ambiental: anexo 7.4-1- Análise dos Indicadores”. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br>. Acesso: 15 ago. 2020.

instalado o projeto, modificando a dinâmica social de comunidades adjacentes e do próprio município de Altamira. Dentre os impactos, destaca-se o aumento expressivo da violência, da criminalidade, da precariedade relacionada a serviços públicos essenciais, além de prejuízos no modo de vida dos habitantes. Isso será demonstrado no capítulo seguinte.

Portanto, cabe a esta pesquisa buscar a devida conclusão, seja afirmativa ou negativa, entre o intenso e abrupto fluxo de pessoas experimentado pelo município Altamira, no estado do Pará, ocasionado pela Usina de Belo Monte e as taxas de violência ocorridas no local. Faremos, para tanto, um teste estatístico, pois uma vez que falta responder de fato se há efeito causal ou não. O objetivo do teste estatístico busca responder especificamente à pergunta: **A criação da UHE Belo Monte impactou no aumento da taxa de homicídios em Altamira?** Consta salientar que entres os crimes ocorridos na região, o homicídio é o mais notável devido a sua robustez de dados.

2.5.2 A criação de Belo Monte impactou no aumento da taxa de homicídios em Altamira?

Teste estatístico em regressão linear²⁷

Primeiramente, foram coletados os dados para que se pudesse fazer a análise de regressão linear. Foram reunidos dados de **Altamira** (o grupo de tratamento, ou seja, o que queremos investigar) e de **Parauapebas** (grupo de controle, ou seja, com quem comparamos os resultados).

Parauapebas foi escolhida como grupo de controle por dois motivos: primeiro, por ser uma cidade no estado do Pará que está entre as 10 maiores com maior taxa de homicídio no país. Segundo, por não ter usinas hidrelétricas e não ter sido impactada pela construção da UHE Belo Monte. Assim, quando se fizer a comparação contrafactual, teremos mais certeza se a UHE Belo Monte realmente influencia no índice da Taxa de Homicídio.

A construção do banco de dados para análise foi feita da seguinte forma:

²⁷ Ressalta-se que a íntegra deste teste estatístico, com a pertinente regressão linear, o modelo de série temporal e o contrafactual encontra-se no **ANEXO II**.

Tabela 1 – Variáveis do teste estatístico

Variável	Explicação
TaxaDeHomicidio	Variável dependente. Mede a taxa de homicídio por 100 mil habitantes.
Altamira	Variável independente. Mostra a variação de nível da reta para Altamira (1) e Parauapebas (0).
Time	Variável independente. Mede a tendência existente no grupo de controle (Parauapebas).
Trend	Variável dependente. É a mudança de tendência da taxa de homicídio após a construção da UHE Belo Monte.
Level	Variável dependente. É a mudança de nível da taxa de homicídio após a construção da UHE Belo Monte.
AltamiraTime	Variável dependente. É a tendência no grupo de tratamento em relação ao grupo de controle.
AltamiraLevel	Variável dependente. Mede o aumento ou diminuição do nível da taxa de homicídio entre os grupos de tratamento e controle após a construção da UHE Belo Monte.
AltamiraTrend	Variável dependente. Mede o aumento ou diminuição da tendência do nível da taxa de homicídio entre os grupos de tratamento e controle após a construção da UHE Belo Monte.

Fonte: Elaborada pelo autor, 2022.

Após criar a regressão linear, os coeficientes resultantes foram estes:

Tabela 2 – Coeficientes da regressão linear

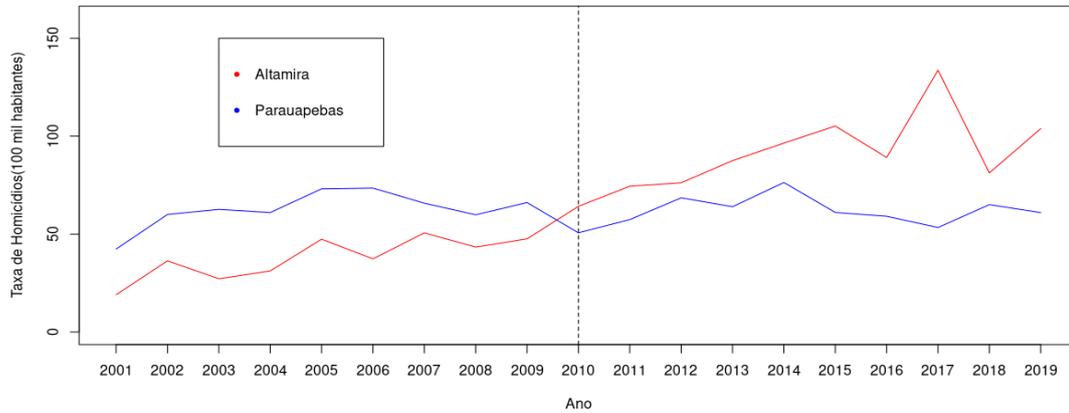
	Estimate	Std. Error	t-value	Pr(> t)
Intercept	53.272	7.607	7.003	8.79e-08
Altamira	-31.166	10.757	-2.897	0.00697
Time	1.889	1.352	1.397	0.17263
Level	-9.960	9.622	-1.035	0.30888
Trend	-1.643	1.777	-0.925	0.36232
AltamiraTime	1.249	1.912	0.654	0.51836
AltamiraLevel	27.290	13.607	2.006	0.05400
AltamiraTrend	2.782	2.512	1.107	0.27689

Fonte: Elaborada pelo autor, 2022.

A interpretação do modelo é a seguinte: antes da construção da UHE Belo Monte, Altamira tinha uma taxa de homicídio menor que Parauapebas. Após 2010, ano da implantação da usina, Parauapebas teve uma queda tanto de nível quanto de tendência na taxa de homicídio. Por outro lado, Altamira passou a ter uma tendência e nível maior de taxa de

homicídio que Parauapebas. Em relação ao nível, a reta moveu-se para cima, e a tendência aumentou. Essas informações são corroboradas com o Gráfico 2:

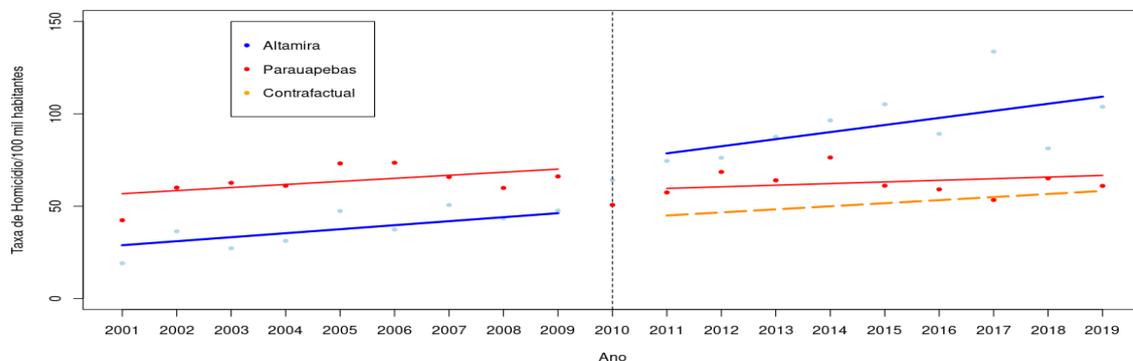
Gráfico 2 – Taxa de homicídios de Altamira em relação a Parauapebas antes da construção da UHB



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Após a incorporação do fator p na regressão linear, a mudança de nível pós-intervenção (construção da UHE Belo Monte em 2010) se tornou estatisticamente significativa e a tendência pós intervenção chega perto da significância estatística, aumentando a força da nossa hipótese. Isso significa que a mudança de nível não foi ao acaso, embora a tendência do aumento da taxa de homicídio por 100 mil habitantes não seja impactada pela intervenção da construção da usina. Ao se criar o gráfico com os coeficientes da nova regressão linear e comparando com as previsões do modelo ARIMA, este é o resultado:

Gráfico 3 – Taxa de homicídios de Altamira em relação a Parauapebas após construção da UHB



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Como se pode perceber por meio do Gráfico 3, antes de 2010, Parauapebas tinha uma tendência de crescimento da taxa de homicídio por 100 mil habitantes. Após 2010, houve

tanto uma queda na tendência da taxa de homicídio quanto uma mudança de nível (mudança de direção da reta). Já Altamira, que foi a cidade que sofreu a intervenção, possuía uma tendência de crescimento antes de 2010. E após 2010, a tendência de crescimento da taxa de homicídio por 100 mil habitantes continuou e junto com ela, uma mudança de nível acima do que era antes de 2010.

A linha laranja seria a previsão da taxa de homicídio por 100 mil habitantes se a construção da UHE Belo Monte não tivesse ocorrido. Percebe-se que assim como o grupo de controle, há uma mudança no nível da taxa de homicídio mesmo que se mantenha o crescimento da tendência, o que fortalece a hipótese de que houve sim impacto causal no aumento da taxa de homicídio por 100 mil habitantes em Altamira. E a diferença relativa entre o que realmente aconteceu (a taxa de homicídio por 100 mil habitantes em Altamira) em 2019 e o que era previsto se não houvesse a construção da UHE de Belo Monte é de, aproximadamente, 44%. Ou seja, a construção da UHE Belo Monte fez aumentar a taxa de homicídio por 100 mil habitantes em 44%.

Portanto, estatisticamente vemos uma correlação entre UHB e o número de homicídios em Altamira, porém será no próximo capítulo que analisaremos especificamente as vítimas, sua origem e suas condições socioeconômicas. Assim como será verificado a correlação dessas vítimas com a omissão do Estado neoliberal, isto é, o “deixa morrer Foucaultiano”, pois para Foucault (2016), o mecanismo fundamental para segregar aqueles que devem viver dos que devem morrer é o racismo.

CAPÍTULO III

OS ÍNDICES SOCIAIS DE ALTAMIRA APÓS BELO MONTE E O “MATAR” E O “DEIXAR MORRER” COMO RESULTADOS DA OMISSÃO DO ESTADO DIANTE DO APAGAMENTO DE JOVENS.

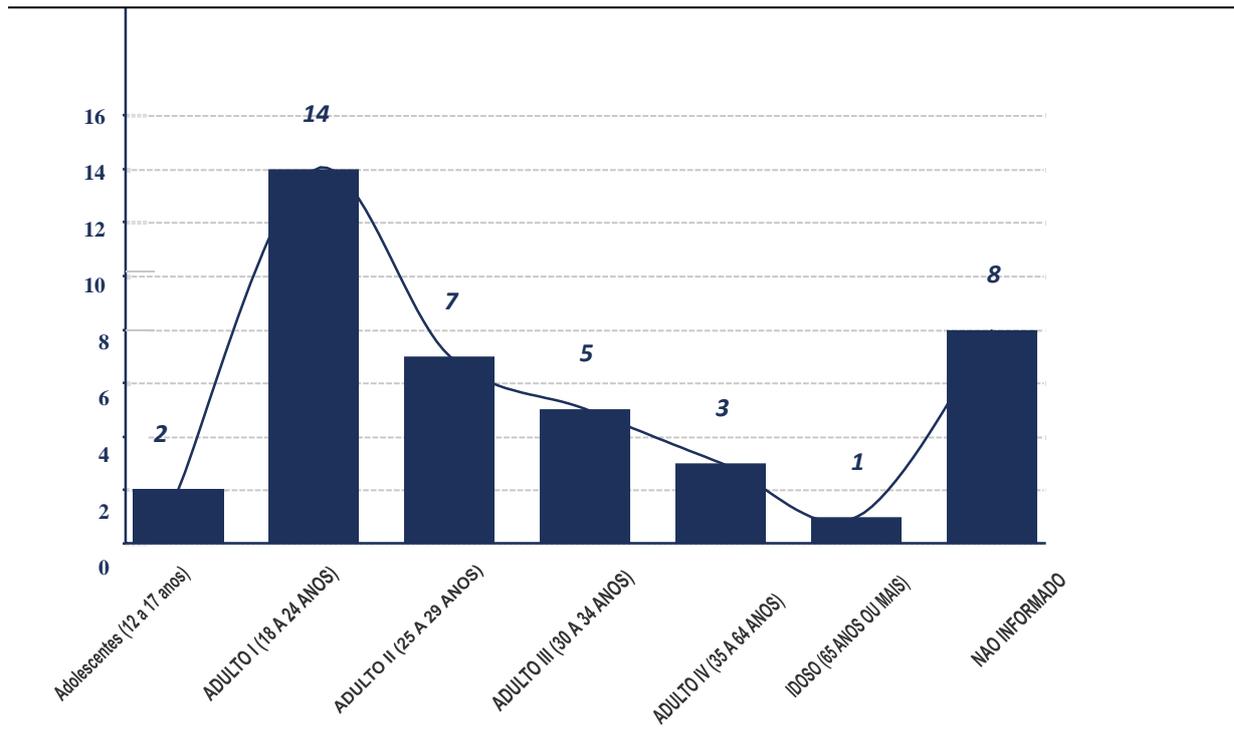
3.1 Índices sociais e os jovens eleitos à morte em Altamira-Pa.

Ao delinear a toda a construção teórica e técnica (análise de dados, relatórios, estudos) dos capítulos anteriores deste trabalho, inferimos que as altas taxas de mortalidade juvenil em Altamira, inclusive o apagamento de grande parcela da juventude de periferia do município provém de uma política neoliberal sistematicamente pensada que alimenta o necropoder do Estado (MBEMBE, 2018). Essa política neoliberal tem como resultado duas ações extremamente danosas à população local do município (como já comentamos no capítulo I), que podemos chamar de “matar” e o “deixa morrer” (Foucault *apud* Lacerda e Rocha, 2018, p. 157).

Assim, entendemos que a racionalidade neoliberal de governo atuante em Altamira-Pa, é proveniente do capital financeiro trazido por Belo Monte, isso alimenta e potencializa a necropolítica no local. Como efeito dessa relação (neoliberalismo e necropolítica) o “Matar” e o “deixar morrer” ocorrem de forma constante. Sendo o primeiro visto por intermédio da violência física (homicídios, extermínio) e o segundo pelo abandono (falta de políticas públicas e precarizações de serviços essenciais).

À vista disso, os índices sociais que apresentaremos adiante demonstram um pouco do “matar”, isto é, a violência física e direta dirigida aos jovens de Altamira, com idade entre 18 a 29 anos. Assim, para começarmos a análise, demonstraremos primeiramente, por meio de dados, a faixa etária mais atingida em relação a homicídios dolosos em Altamira-Pa. Esses dados são do Sistema Integrado de Segurança Pública do estado do Pará – SISP e Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal- SIAC, dos anos de 2013 a 2021.

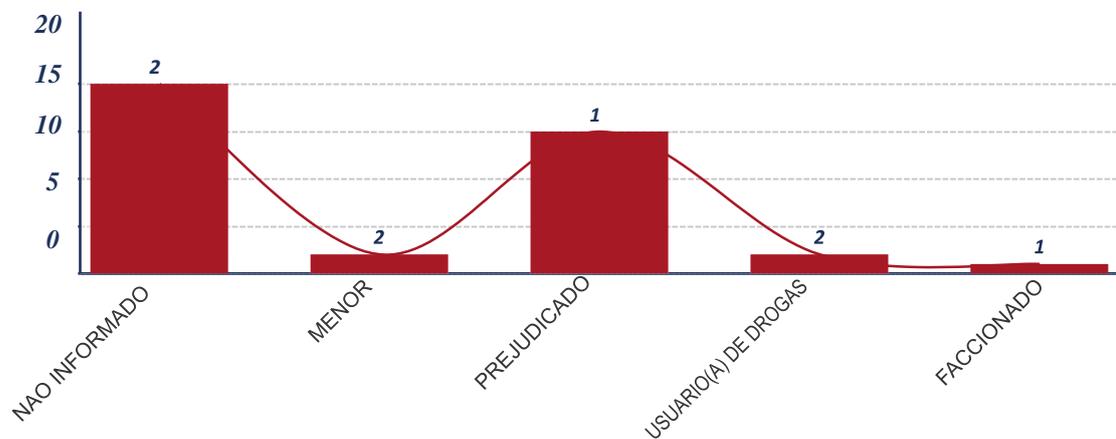
Gráfico 4 - Faixa etária das vítimas de homicídios dolosos de Altamira-PA (2013 a 2021)



Fonte: SISP/SIAC, 2022.

Como podemos ver a partir dos dados demonstrados, foi feita uma estimativa da média de homicídios entre os anos de 2013 a 2021, e são os jovens de 18 a 24 anos (adultos I) as maiores vítimas de homicídios dolosos em Altamira-Pa, com uma média de 14 homicídios por ano. Ressalta-se que esses números levam em conta crimes registrados que derivam de várias causas relacionadas à violência interpessoal (como serão demonstradas à frente). A seguir, dados relacionados à condição da vítima no momento dos homicídios dolosos.

Gráfico 5 - Tipos de vítimas de homicídios dolosos de Altamira-PA (2013 a 2021)



Fonte: SISP/SIAC, 2022.

Nota-se que houve um acréscimo de recursos repassados pela união ao município, que saíram da casa de 70 milhões de Reais (R\$ 65.748.080,86) no período de 2010 a 2015, e foram para aproximadamente 200 Milhões de Reais (R\$ 184.346.181,33), no período entre 2010 a 2021, havendo um acréscimo de cerca de 185% nos repasses gerais³⁰, excluídos os valores do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e outros recursos impositivos como o do Sistema único de Saúde – SUS e previdência social.

Contudo, esse aumento nos repasses da união para o município foi insuficiente para ajustar os serviços públicos essenciais locais e acompanhar o crescimento repentino da população e a novas necessidades do local, como demonstraremos nos índices sociais (item 3.2 deste capítulo). Destaca-se ainda que entre os repasses por áreas (educação, saúde, saneamento, etc.) feitos pela união, os investimentos em segurança pública ficaram em segundo plano, como demonstrados pelos gráficos acima.

Tendo isso em vista e tomando-se em conta os valores desses repasses legais³¹ angariados por Altamira-Pa, presumiríamos fatalmente haver uma coerência por parte da União em atender a exorbitante demanda social que o município passou a necessitar, porém os índices sociais da localidade ostentam uma realidade muito diferente. A alta taxa de desemprego, os déficits educacionais e outras dificuldades sociais que irromperam no período da construção de Belo monte e continuaram após seu término demandariam uma presença eficaz do Estado de forma a refrear os prejuízos à população.

Nessa perspectiva, José Neto e Leal (2021) refletem que a partir de uma perspectiva neoliberal pessoas que não conseguem satisfazer suas necessidades humanas básicas (alimentação, saúde, moradia, etc.) são consideradas um fardo ao Estado, pois necessitam que ele intervenha positivamente para garantir seus direitos básicos, algo que não é bem visto pela ótica neoliberal devido aos gastos envolvidos e a pouca lucratividade advinda desta garantia.

Assim, para analisarmos o apagamento da juventude em Altamira a partir do “deixa morrer”, isto é, por intermédio de omissões de Estado que têm levado indiretamente jovens à morte, exporemos alguns índices sociais seguindo a reflexão de Waiselfisz (2016) que aduz haver uma espécie de critério de blindagem à violência contra jovens no Brasil, esses critérios que blindam a vida ou levam à morte são fatores biológicos como o sexo, a cor, a idade, além de fatores sociais como a escolaridade, educação, residência, empregabilidade e renda.

³⁰ Balanço anual (prefeitura de Altamira-Pa). Disponível em: <https://altamira.pa.gov.br/portal-da-transparencia/balanco-anual/>. Acessado em 01/04/2022.

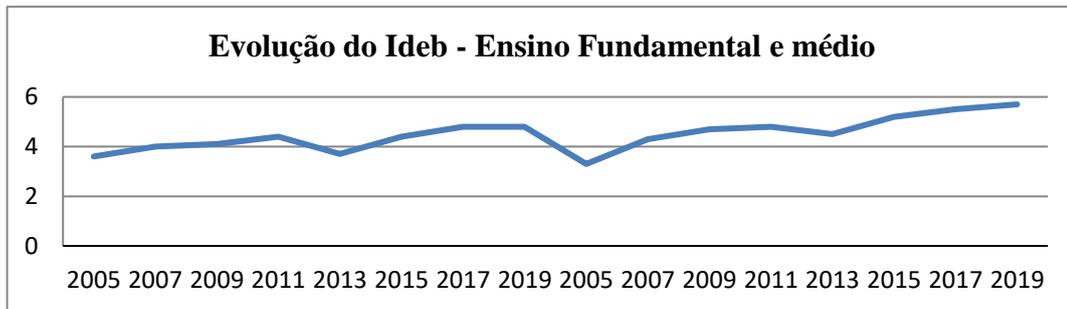
³¹ Repasses legais são transferências de verbas públicas derivada de lei complementar ou ordinária de caráter obrigatório para o ente transferidor. Não se confunde com repasses constitucionais.

3.1.1 A educação formal em Altamira

O objetivo de analisar o índice de educação formal no município de Altamira é verificar de uma forma mais atualizada a evolução desse direito social (direito à educação) a fim de obter parâmetros relacionados ao desenvolvimento humano e educacional no local, onde, segundo último censo do IBGE (2010), indicou uma pontuação de 0,665, estando em 12º lugar entre os municípios paraenses³².

Assim, segundo o Instituto de Pesquisa e Ensino – INSPER³³, Altamira alcançou, em 2019, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 5,7 pontos nos anos iniciais (1º ao 4º ano do Ensino Fundamental) e de 4,8 nos anos finais (5º ao 9º ano do Ensino Fundamental). Esses dados são divulgados a cada dois anos pelo Inep. Seguindo a média nacional, que é de 5,68 e acima da média da região norte que é 4,71.

Gráfico 7 – Evolução da educação em Altamira



Fonte: Insper; Dados – Inep, 2019.

Embora a situação educacional em Altamira corresponda à média brasileira, não podemos deixar de dizer que é pouco expressiva (insuficiente). Essa baixa escolaridade pode ter grande influência na mortalidade juvenil em Altamira. Em uma pesquisa do IPEA³⁴ sobre oportunidades laborais, educacionais e homicídios no Brasil, pesquisadores do instituto observaram que as oportunidades no mercado de trabalho, bem como a formação de capital humano (educação), afetam o custo de oportunidade de se dedicar às atividades ilegais. Significa dizer que quanto maior a probabilidade de o indivíduo ter uma boa educação e conseguir bons empregos e salários em atividades legais, menores são os incentivos ao crime.

Outra grave consequência que se apresentou em Altamira no período da construção da usina, segundo o dossiê Belo Monte (2015, p 93 e 94), é relativa ao desengajamento dos alunos do ensino médio e da educação de jovens e adultos (EJA) em relação à escola, pois

³² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/pesquisa/37/30255?tipo=ranking..> Acesso em: 10 ago. 2020.

³³ Disponível em: <https://raioxdosmunicipios.insper.edu.br/cidade/1500602.html#habitacao>. Acesso em: 20 set. 2020.

³⁴ Oportunidades Laborais, Educacionais e Homicídios no Brasil (IPEA, 2019).

muitos jovens do ensino médio preferiram abandonar a escola objetivando ir para a obra ocasionando a perda de muitos alunos para os empregos temporários:

O aumento da oferta de empregos sem exigência de muita qualificação foi muito atrativo, trazendo uma renda maior do que existia em Altamira. Isso é muito sedutor para o aluno. Ele dificilmente consegue acompanhar a escola, pois a obra exige turnos diversos e, pelo cansaço do trabalho extenuante, não dá para estudar direito (...). (SOUZA, Lucas, 2015, p. 93.)

Supõem-se que o critério de blindagem educacional contra à violência (WAISELFISZ, 2016) em Altamira ficou prejudicado entre os jovens de periferia que optaram em trabalhar na construção da UHB e em seguida foram dispensados devido ao término da obra. Assim, o sistema educacional público que já era frágil, teve potencializado devido esse desengajamento de jovens do ensino médio devido à pouca expressividade educacional local, pois sabe-se que escolarização adequada reduz a probabilidade de encarceramento e prisão, devido ao abandono da atividade criminal, em decorrência dos maiores retornos salariais obtidos pelo estudo (LOCHNER, MORETTI *apud* CERQUEIRA, MOURA, 2019).

Interessante destacar que ao analisar a questão educacional para o trabalho a partir de uma perspectiva neoliberal, Resende e Silva (2017) apuraram que a desigualdade educativa parece ser proposital, pois a má qualidade do ensino pode justificar que o acesso à escola se dê apenas pela necessidade de preparar mão de obra para o trabalho. Portanto, sob essa perspectiva, o trabalho existe com a finalidade de atender aos interesses de uma classe dominante, ou seja, a educação formal teria apenas como objetivo formar o homem unilateral³⁵, aquele que tem a educação direcionada tão somente ao mercado de trabalho³⁶.

Por conseguinte, Resende e Silva (2017) asseveram que o neoliberalismo impõe um modelo educacional e laboral alienados: o trabalho alienado está ligado à divisão entre o produto da classe dominante - detentores da cultura, bastidores dos fatos ou ainda autores; e a base – classe dominada – atores das decisões da classe dominante – ou seja, a educação pretendida insere-se no modelo de homem pretendido pelo capitalismo, esse tipo de formação perpetua a desigualdade e a exclusão.

A formação educacional direcionada ao mercado é uma questão de suma importância para ser refletida em uma análise neoliberal, porém o mais pertinente neste trabalho sobre a educação em Altamira é a análise de sua precariedade, que por consequência se relaciona a

³⁵ Educação burguesa direcionada ao atendimento exclusivo do capital: Escolarização Burguesa e Formação Omnilateral. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2510>. Acesso em: 27 out. 2020.

³⁶ O conceito de homem unilateral se diferencia do conceito de *homo economicus* (DARDOT; LAVAL, 2016), pois este é retratado como o que o ser que está em constante aperfeiçoamento para atender ao mercado, diferentemente, o homem natural tem opção educacional senão aquela direcionada ao atendimento do mercado.

outros fatores como o desemprego, desigualdade social e criminalidade (CERQUEIRA, MOURA, 2019).

Nesse sentido, o RIMA de Belo Monte (2009) já havia sinalizado que com o aumento da população e a ocupação desordenada do solo, iria haver uma intensa busca por serviços públicos como saúde, transporte e educação, porém não houve uma resolução efetiva da pauta educacional capaz de atender a nova demanda exigida. As instituições escolares não se adaptaram à grande demanda, incorrendo em uma grande evasão escolar na região (como já previa o relatório).

Portanto, em Altamira-Pa, compreende-se que precarização educacional (potencializada pela construção UHB, haja vista o desengajamento estudantil comentado) é um dos fatores de aumento de criminalidade no local, pois a ausência do Estado na promoção e regulação efetiva desse serviço público tão essencial, nos mostra uma omissão intencional proveniente de uma racionalidade neoliberal de governo que visa precarizar vidas na Amazônia (Deluchey, 2019, p.23). A consequência disso é a potencialização da vulnerabilidade juvenil no local, pois conforme Waiselfisz (2016), a educação fragilizada, além de outros fatores como o racismo e a pobreza leva milhares de jovens brasileiros à morte.

3.1.2 Empregabilidade e renda em Altamira

A mesma perspectiva que ocorre com a educação, ocorre com a questão da empregabilidade e renda, pois a educação está fortemente atrelada ao emprego e a renda do indivíduo, ou seja, esses fatores se atrelam e se correspondem, embora haja exceções (como por exemplo pessoas com altíssimo nível de renda, mas que não precisaram de um desenvolvimento educacional). Assim, analisar a empregabilidade e a renda em Altamira nos ajudará a ter uma percepção da situação econômica dos municípios.

À vista disso, quando o assunto é empregabilidade no município, a tabela abaixo mostra interessantes números a partir do CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS – CAGED (Síntese do comportamento do mercado de trabalho formal)³⁷, sistema criado através da lei nº 4.923/65, no qual analisou a empregabilidade de alguns municípios paraenses no ano de 2016. Trouxemos à luz dados deste ano, pois ele coincidiu com a conclusão da maior parte da UHB. Assim, analisou-se que Altamira, mesmo com uma população muito menor que a de Belém, teve um saldo negativo relacionado à

³⁷ Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/PA-janeiro-16.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

empregabilidade (muitos desligamentos e poucas admissões) quase semelhante a capital paraense, ocupando o penúltimo lugar (63º) do Ranking abaixo:

Tabela 3 – Ranking de desemprego no estado do Pará em 2016

POSIÇÃO NO RANKING	MUNICÍPIO	ADM	DESL	SALDO	VAR REL %
58º	BARCARENA	890	1025	-135	-0,76
59º	CASTANHAL	492	761	-269	-0,99
60º	MARABA	965	1298	-333	-0,86
61º	ULLIANOPOLIS	89	461	-372	-10,18
62º	PARAUPEBAS	1169	1728	-559	-1,35
63º	ALTAMIRA	806	1590	-784	-2,88
64º	BELEM	6173	6990	-817	-0,3

Fonte: CAGED - MTE/SPPE/DES/CGET, 2016.

O desemprego em Altamira chegou a um nível exorbitante, sendo inclusive tema de várias matérias jornalísticas, as quais relataram que com o fim das obras de Belo Monte, mais de 20 mil trabalhadores foram demitidos, isso ainda no final de 2015³⁸. Neste mesmo período, a prefeitura do município também se pronunciou dizendo que houve uma queda de 52% na economia. Interessante expor a declaração do prefeito de Altamira à época para a matéria:

Nós estamos fazendo o possível e não estamos diminuindo os investimentos para que se mantenha a mão de obra, mas não temos como absorver toda a mão de obra que trabalhava na barragem de Belo Monte (G1, 2016).

A situação no local foi calamitosa, o desemprego em massa consolidou o que já havia sido previsto pelo RIMA e EIA de Belo Monte, revelando o início de uma omissão Estatal, isto é, da falta de remediações ou minimizações dos impactos gerados pelo desemprego. Fainguelernt (2016) aduziu que não houve, até aquele momento, investimentos federais ou estaduais capazes de conter os prejuízos sociais futuros.

A empregabilidade, assim como a educação, é algo extremamente importante para o distanciamento dos jovens da criminalidade. Anteriormente comentamos sobre os critérios de blindagem contra a violência (WAISELFISZ, 2016). A empregabilidade é, por seu turno, importante parâmetro que poderia afastar os jovens da violência, porém a atitude omissiva

³⁸ Fim das obras de Belo Monte ressaltam desemprego no sudeste do Pará. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/06/fim-das-obras-de-belo-monte-revela-cenario-de-desemprego-na-regiao.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.

estatal em Altamira ensejou com que muitos jovens que não tinham mais uma perspectiva de renda, se entregassem à criminalidade.

Como se não bastasse a situação calamitosa de desemprego no município e sua redondeza, não podemos esquecer que estamos diante de uma análise de razão neoliberal, assim, retoma-se a ideia de Dardot e Laval (2016) sobre *homo economicus* (aquele empreendedor de si mesmo), esta figura que é engrenagem importante em uma realidade neoliberal. O desemprego em massa atingiu a localidade de modo tão rápido devido ao “aspecto descartável” dos empregados em Altamira, isto é, empregados em sua maioria ligados à obra civil conforme o CAGED (2016), fato que fez com que o término das obras da UHB os submetessem ao desemprego imediato.

Portanto, esse fator “descartável” revela como o neoliberalismo age com aqueles do qual não precisa mais, por isso constantemente incentiva a existência do *homo economicus*, para que este trabalhador esteja sempre apto a servir o mercado independentemente das condições empregatícias oferecidas ou independente do tempo que vá durar o trabalho.

Assim, tomando como base o epicentro amazônico desta pesquisa, Altamira, vimos que a imigração em massa no município e a intensa movimentação laboral (entre 2010 e 2016) se deu pela construção da UHB e se encerrou ao término desta, não restando qualquer direito ou assistências efetivas aos desempregados. Entende-se essa movimentação como uma típica exploração laboral neoliberal.

À vista disso, o contínuo acúmulo do capital através da exploração do trabalho vem sendo conduzido com a imigração ou migração da mão de obra barata. A mão de obra vagueia em busca de oportunidades de trabalho em regiões consideradas desenvolvidas ou em desenvolvimento, mas cujos trabalhadores sobrevivem da precarização do trabalho em condições adversas e impactos ambientais prejudiciais à saúde, além de ter os seus direitos não reconhecidos (CHAVES E GEHLEN, 2017).

3.1.3 Índices de desigualdade social e violência

A Tabela 4 traz informações sobre o Índice *Gini*, um índice que mede a desigualdade social entre países, unidades da federação e municípios. Os dados de 2020 carecem de dados massivos a nível municipal, por isso a comparação foi feita entre o Brasil e o estado do Pará. Essa tabela nos ajudará a ter uma noção dos níveis de desigualdades sociais no estado do Pará em relação à média brasileira e nos auxilia a ter uma percepção da situação econômica no que tange a desigualdade no estado.

Tabela 4 – Índice *Gini* 1

Índice de *Gini* do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido em todos os trabalhos, a preços médios do ano (Índice)³⁹, ano de 2020.

Brasil e Unidade da Federação	Índice <i>Gini</i>
Brasil	0,500
Pará	0,500

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/ATLAS, 2013.

Elaboração: FAPESPA, 2019.

A Tabela 5 traz dados sobre a razão entre a população 10% mais rica e 40% mais pobre. Esses dados foram construídos a partir de duas tabelas que tratavam sobre o rendimento médio mensal per capita⁴⁰. Segue abaixo a tabela:

Tabela 5 – Índice *Gini* 2

Classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita, ano 2020.

Brasil e Unidade da Federação	10% mais ricos	40% mais pobres
Brasil	5612	378
Pará	3254	281

Fonte: FAPESPA, 2019.

Com os dados acima, é possível fazer a razão entre o rendimento dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres, para descobrir em que dimensão está a diferença salarial entre esses dois grupos. O resultado é que a nível nacional, a diferença é de 14,84. Ou seja, os 10% mais ricos do Brasil ganham 14,84 vezes mais que os 40% mais pobres. No nível do estado do Pará, a razão tem o valor de 11,58. Esses dados estão disponíveis na Tabela 6, abaixo:

Tabela 6 – Índice *Gini* 3

Razão entre o rendimento dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobre, a nível nacional e no estado do Pará.

Brasil e Unidade da Federação	Razão
Brasil	14,84
Pará	11,58

Fonte: FAPESPA, 2019.

A seguir trazemos à tona uma tabela fruto do Perfil socioeconômico e ambiental, produzida pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará– FAPESPA⁴¹

³⁹ Tabela 7453: Índice de *Gini* do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido em todos os trabalhos, a preços médios do ano. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7453>. Acesso em: 10 ago. 2020.

⁴⁰ Tabela 7532: Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, a preços médios do ano, por classes acumuladas de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita; e Tabela 7531: Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, a preços médios do ano, por classes simples de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7532>. Acesso em: 10 ago. 2020.

em 2019, a qual apresenta um perfil socioeconômico e ambiental da **Região de Integração do Xingu**, destacando potencialidades e desafios, visando subsidiar a identificação de áreas prioritárias para elaboração de políticas públicas, a serem inseridas no Plano Plurianual de 2020-2023 do estado do Pará.

A partir da análise do índice da Tabela 7, verificamos que a razão dos 10% mais ricos supera os 40% mais pobres em 2010, inclusive esse índice se revela mais acentuado quando se compara a região do Xingu ao resto do Brasil (28,12 contra 22,78)⁴². Importante ressaltar que segundo o censo IBGE de 2003, o índice de *Gini* em Altamira girava em torno de 0,40 fazendo com que o município ficasse em 14º lugar no ranking dos mais desiguais do estado do Pará.

Tabela 7 – Índice *Gini* 4

Brasil e Unidade da Federação	% de pobres (2010)	Índice de <i>Gini</i> (2010)	Razão 10% mais ricos/ 40% mais pobres (2010)
Brasil	15,20	0,60	22,78
Pará	32,33	0,62	26,25
Xingu	44,34	0,60	28,12

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/ATLAS, 2013.

Elaboração: FAPESPA. 2019.

A Tabela 7 chama atenção para uma desigualdade discrepante registrada a partir do início das obras de UHB que possivelmente tenha se acentuado nos anos seguintes, porém não podemos confirmar essa hipótese, pois não existem dados atualizados suficientes que abordem a perspectiva do município ou da região em volta (Xingu), uma vez que a fonte mais confiável para isso, o IBGE, fez o último censo somente em 2010. Contudo, com o fim das obras, o RIMA da UHB já havia previsto a possibilidade de perda de renda da comunidade local, além do desemprego, fator que geraria uma desigualdade social relevante no local:

Impacto: Perda de Postos de Trabalho e Renda - Com a diminuição do número de empregos, parte da população vai perder renda e sua principal fonte de sustento. Também vão perder renda aquelas pessoas que trabalhavam nas atividades que foram criadas para dar apoio à construção da usina, como comércio e serviços (RIMA – Belo Monte, 2009, p. 107).

A pretensa solução a esses impactos (desemprego, perda de renda, aumento de desigualdades) foi anexada no RIMA de Belo Monte. No relatório prometeu-se a criação de um Plano de Articulação Institucional, com o Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas. O objetivo era formar trabalhadores da comunidade tanto para a construção da usina, como para outros empregos e

⁴¹ Perfil socioeconômico e ambiental, produzido pela Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará – FAPESPA (2019).

⁴² Perfil socioeconômico e ambiental, produzido pela Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará – FAPESPA (2019).

fontes de renda (RIMA – Belo Monte, 2009). Contudo, os planos e os programas propostos não chegaram nem perto de serem efetivos a ponto de coibir a perda de renda da população, o desemprego em massa e conseqüentemente os crescentes níveis de desigualdade social.

Nesse sentido, não seria espúrio afirmar que os atuais contrastes econômicos da população têm correlação com a dinâmica neoliberal estabelecida, pois a omissão do Estado em solucionar os problemas sociais causados pela UHB partiu da busca da maximização dos lucros advindo da exploração energética da usina sem que houvessem grandes perdas financeiras com algum tipo de compensação à população local. Assim, o resultado dessa omissão se expressa em uma profunda regressão no âmbito da proteção social e um aumento vertiginoso da precarização do trabalho, que vem intensificando a ampliação da pobreza, dificultando o acesso à renda e aprofundando as desigualdades sociais (CHAVES; GEHLEN, 2019).

À vista disso, Colin Leys (2004) afirma que os crescentes níveis de desigualdades, a degradação ambiental, o desemprego, o colapso familiar devido à transformação de empregos em serviços temporários, o aumento exacerbado da criminalidade e a atuação rigorosa do Estado contra os jovens pertencentes a uma subclasse desprivilegiada têm relação direta com a racionalidade neoliberal dominante em um determinado local.

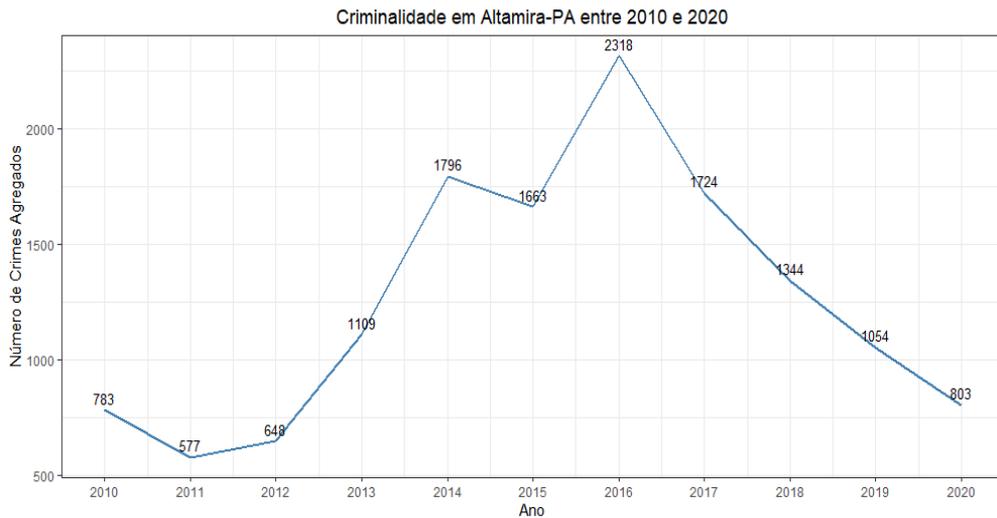
Portanto, podemos inferir que a falha educacional, a falta de renda, o desemprego e sobretudo, as desigualdades estão na centralidade de fenômenos sociais ligados à violência em Altamira, como o extermínio de jovens. Esses acontecimentos são marcas agudas de uma razão neoliberal mostrando que o neoliberalismo não é compatível com a vida dos excluídos, isto é, daqueles que não são adaptáveis (como será demonstrado à frente) a essa nova dinâmica (GEFAELL, 2015).

3.1.4 Índices de segurança pública e mortalidade em Altamira

Afirmamos que as mudanças das perspectivas e dinâmicas sociais dentro de um município como Altamira, tiveram como cerne a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ensejando uma condução neoliberal de governo no local. Uma das conseqüências disso é o alto índice de homicídios e outros crimes praticados a partir do marco temporal da construção (2010). Reis e Souza (2015) asseveram que houve um aumento no total de registros por 100 mil habitantes realizados nas delegacias que atendem às demandas da região: o número passou de 3.034 para 6.064 no período entre 2007 e 2013, conforme sua pesquisa.

Nesse sentido, atualizando essa análise, o Gráfico 5, abaixo, buscou trazer informações sobre o índice de criminalidade na cidade entre 2010 e 2020. Foram agregados dados de 4 crimes, sendo eles: roubo, latrocínio, homicídio e estupro. Os dados foram retirados da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará - SEGUP-PA⁴³.

Gráfico 8 – Taxa da criminalidade em Altamira



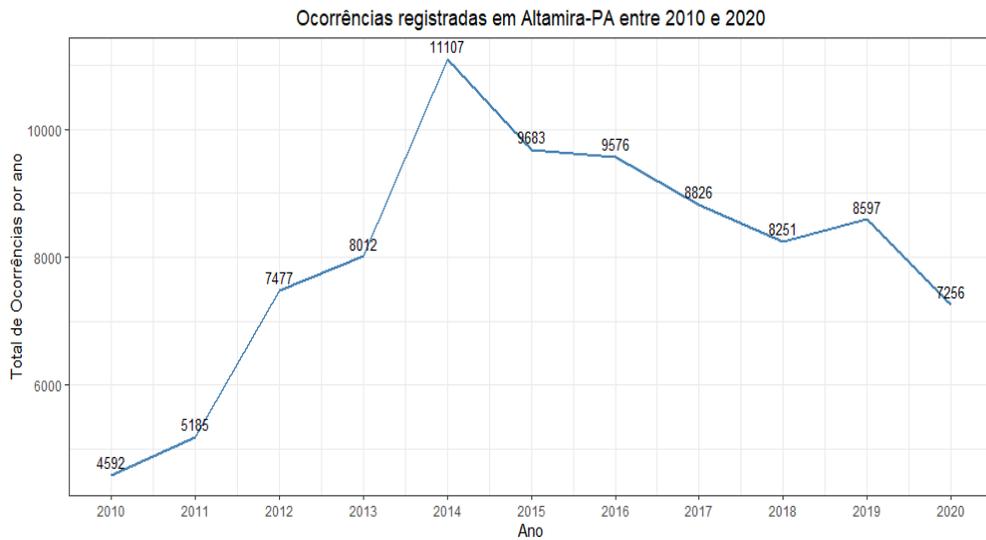
Fonte: SEGUP-PA, 2019.

Entre as principais ocorrências estão os delitos de homicídio, estupro, roubo, latrocínio. A mesma coisa pode ser dita em relação ao número de ocorrências de crimes gerais em Altamira. De 2010 a 2016 houve um período de crescimento, mas a partir de 2017, a tendência foi de queda, embora os números estejam acima do valor encontrado em 2010, quando começou a construção da UHE Belo Monte. O ano de 2014 foi o ano com mais ocorrências no período analisado. Os dados também foram coletados da SEGUP-PA⁴⁴, a notar no Gráfico 6, abaixo:

⁴³ Estatísticas 2010 – Portal da Transparência da Segurança Pública (SEGUP-PA). Disponível em: <http://sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/estatisticas-2010/>. Acesso em: 21 set. 2020.

⁴⁴ Estatísticas 2010 – Portal da Transparência da Segurança Pública (SEGUP-PA). Disponível em: <http://sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/estatisticas-2010/>. Acesso em: 21 set. 2020.

Gráfico 9 – Ocorrências policiais registradas por ano em Altamira



Fonte: SEGUP-PA, 2019.

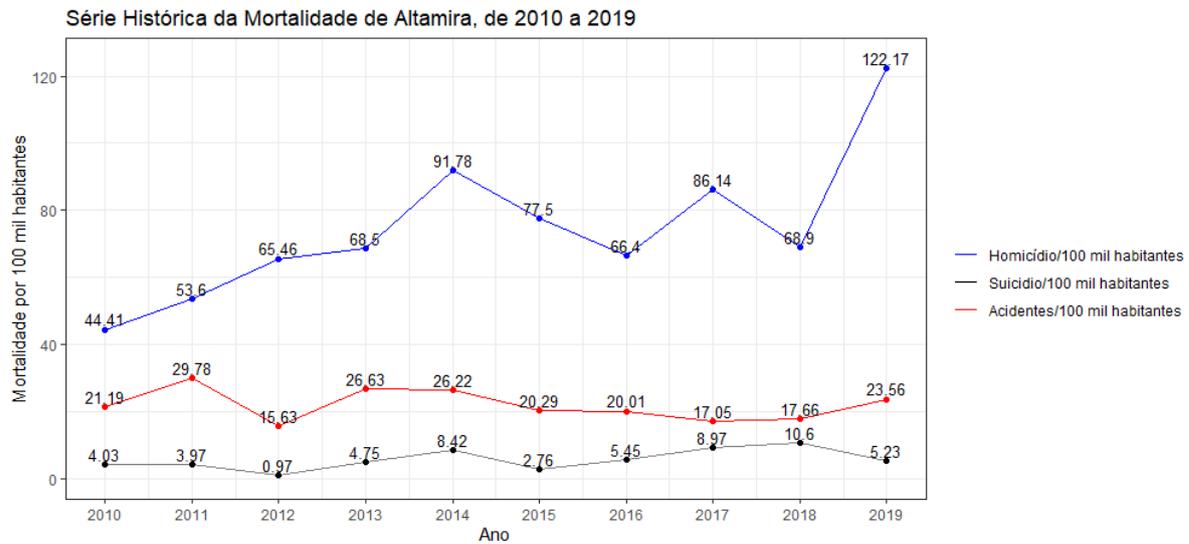
Como podemos perceber a partir da análise dos gráficos, entre 2010 e 2016 houve um crescimento no número de crimes cometidos em Altamira, mas de 2017 a 2020 há uma tendência de queda. Esses números coincidem com a construção e finalização das obras, contudo destaca-se que o Gráfico 5 demonstra um pico nos registros de crimes em Altamira no ano de 2016, período que corresponde ao desemprego em massa no município, fruto da finalização das obras da UHB. Podemos aqui inferir uma correlação entre o desemprego em massa no ano de 2016 o pico de crimes ocorridos neste período.

3.2 O espectro da mortalidade em Altamira

O Gráfico 7 traz uma série histórica de mortalidade em Altamira entre 2010 e 2019, comparando o número de acidentes, número de suicídios e número de homicídios por 100 mil habitantes. Para a construção do número de suicídios e acidentes, foram considerados dados do DATASUS sobre Mortalidade CID-10⁴⁵. Os dados foram levantados pelo município, levando em conta o número de óbitos por residência. Para o número de suicídios, usou-se a opção “mortalidade em geral” e o grupo CID-10 “Lesões autoprovocadas intencionalmente”. Para acidentes, usou-se a opção “óbitos por causas externas” e o grande grupo CID-10 “outras causas externas de lesões e acidentes”.

⁴⁵ Mortalidade – desde 1996 pela CID-10 – DATASUS. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/mortalidade-desde-1996-pela-cid-10>. Acesso em: 27 ago. 2021.

Gráfico 10 – Série histórica de mortalidade em Altamira entre os anos de 2010 a 2019



Fonte: DATASUS, 2020.

Percebe-se que comparado com outras causas, o número de homicídios em Altamira possui uma tendência de alta a partir de 2010, sendo entre as três estudadas a que mais causa mortalidade por 100 mil habitantes. O pico da mortalidade por homicídio foi em 2019. Segundo Grisotti (2016), o aumento da violência na cidade coincide com o período de início da construção da usina e da vinda dos trabalhadores para a cidade. Porém, a autora deduz que como a violência é uma situação que tem aumentado em várias regiões do país, mesmo onde não há nenhuma obra de infraestrutura em questão, poderia não haver uma relação de causalidade entre Belo Monte e o aumento da violência. Todavia, assevera-se que há uma causalidade e esta foi confirmada pelo teste estatístico presente no capítulo II desta dissertação.

Importante ressaltar que esses dados estatísticos são atuais, porém não levam em consideração a faixa etária dos indivíduos que foram vítimas ou agressores do crime de homicídio, desta forma, a análise feita destas séries históricas devem ser transversais aos dados do Gráfico 4 (SISP e SIAC), os quais revelam que a maior taxa da população vítima de homicídios dolosos em Altamira entre 2010 e 2021 são jovens entre 18 a 25 anos.

Concluindo a demonstração sobre os altos números de violência em Altamira, a Tabela 8, a seguir, trata sobre as cidades mais violentas do Brasil, feita a partir da análise dos dados mais recentes disponíveis (do ano de 2019). Esta análise leva em consideração as cidades com mais de 100 mil habitantes, na qual Altamira lidera entre as 10 cidades mais

violentas do Brasil. Para tal análise, foram levantados dados do DATASUS⁴⁶ sobre mortalidade e população. A coluna “Homicídio” foi feita da soma entre duas variáveis: Morte por Agressões e Morte por Intervenções Legais. A coluna “população” traz o levantamento de residentes em cada cidade. Já a “Taxa de Homicídio” representa a taxa de homicídio de cada cidade por 100 mil habitantes.

Tabela 8 – As cidades mais violentas do Brasil

Município	População	Homicídio	Taxa de Homicídio
Altamira	114594	119	103.84
Itaituba	101247	75	74.07
Mossoró	297378	213	71.62
São Gonçalo	102400	73	71.28
Lauro de Freitas	198440	141	71.05
Camaçari	299132	205	68.53
Itabuna	213223	144	67.53
Cabo de Santo Agostinho	207048	135	65.20
Santo Antônio de Jesus	101512	65	64.03
Parauapebas	208273	127	60.97

Fonte: Datasus, 2020.

A tabela acima aumenta ainda mais nossas convicções científicas acerca da construção de UHB e sua correlação com a criminalidade em Altamira, pois a partir dos dados demonstrados, tanto dos gráficos acima quanto das tabelas, observa-se que Altamira obteve, entre 2010 e 2016, uma expansão em casos de violência gerando grandes taxas de óbitos decorridos de homicídios. Houve também o crescimento de taxas de registros policiais em decorrência de roubos, estupros, lesões corporais, entre outros crimes com violência e grave ameaça à pessoa.

É importante mencionar que o Governo do Estado do Pará (2020), por intermédio de sua Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), discorda de algumas conclusões obtidas a partir dos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), uma vez que a Secretaria, por intermédio do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), usa como recurso metodológico um banco de dados diferentemente do Atlas da Violência, que é subsidiado pelo Sistema Informação de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde⁴⁷.

⁴⁶ TabNet Win32 3.0: Mortalidade – Brasil. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10br.def>. Acesso em: 27 ago. 2021.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.policiacivil.pa.gov.br/par%C3%A1-registra-queda-de-32-na-taxa-de-homic%C3%ADdio-entre-2010-e-2015-aponta-estudo>. Acesso em: 01 out. 2021.

Nesse sentido, a partir dos dados do SIM, a pesquisa do IPEA engloba homicídios tanto dolosos como culposos, óbitos devido ao uso exacerbado de drogas e se analisa também doenças pré-existentes registradas em hospitais e demais unidades de saúde. Segundo a SEGUP, a metodologia demonstra a clara diferença entre a base metodológica do SISP e do Atlas da Violência, posto que o SISP somente registra dados de violência direta, isto é, violações a direitos com violência ou grave ameaça (homicídios dolosos, roubos, latrocínios, extorsões, lesões corporais e etc.).

Contudo, é importante destacar que os dados do IPEA devido sua amplitude nos é mais adequado, tendo em vista que a análise aqui disposta não será apenas da intervenção violenta e direta do Estado contra seus cidadãos e sim das consequências decorrentes do abandono local promovido pelo neoliberalismo. Assim, os óbitos decorrentes da falta de serviços públicos são de todos os modos essenciais para a presente análise. Ademais, a morte de jovens no município (vítimas) tem diversas características que serão analisadas em um item específico à frente.

3.2.1 Agressores e vítimas em uma das cidades mais violentas do Brasil

A partir da análise dos dados (Gráfico 6 e Gráfico 7) correlacionados neste capítulo, não se pode dizer que todos os homicídios executados na região do Xingu ou na própria Altamira derivam especificamente do Estado por meio de sua polícia ou de questões passionais entre as próprias vítimas e agressores locais (desentendimentos, rixas de gangues, vingança, execuções por causa de terras etc.), contudo, é imprescindível neste trabalho analisar as ações dos meios coercitivos do Estado em relação à população, bem como as consequências de sua ausência.

Por conseguinte, traçar corretamente o perfil daqueles que estão em uma posição de agressores ou aqueles que sucumbem diante das práticas de extermínio do Estado, seja pela violência direta ou pela sua ausência, não é tarefa fácil, pois não basta dizer que somente agentes de segurança pública ou pessoas ligadas a facções (ou criminosos em geral) são agressores em detrimento de uma população “jovem” que está sendo vítima, haja vista uma complexidade das relações sociais em um local no qual já havia uma diversidade étnica e cuja construção de Belo Monte acentuou a heterogeneidade populacional da região (RIMA – Belo Monte, 2009).

Por conseguinte, tendo em vista o Diagnóstico de Homicídios no Brasil, realizado pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP (2015), foi feita uma análise de potenciais **macrocausas** da violência no Brasil: gangues, drogas, violência

patrimonial, violência interpessoal e violência doméstica. Porém, ao entrar em contato com a literatura, os pesquisadores notaram que alguns destes fatores eram comuns a quase todos os homicídios, como a violência patrimonial e a violência interpessoal (SINESP, 2015).

A partir desta análise, o que se torna relevante para esta pesquisa são duas macrocausas relacionadas à mortalidade violenta abordada pelo referido diagnóstico de homicídios que são extremamente pertinentes para entendermos a questão do extermínio juvenil em Altamira, são elas: 1) **conflitos entre sociedade civil e policiais** (chacinas, abuso de autoridade, ações de milícias); 2) **conflitos entre os próprios civis** (facções, tráfico, gangues, questões fundiárias, etc.). É importante que se diga que as duas macrocausas demonstradas estão diretamente ligadas ao Estado, seja quando ele mesmo mata (1) ou quando deixa morrer (2). Esses fatores serão melhor discutidos adiante.

3.2.2 O perfil das vítimas

Quando falamos de causas gerais de homicídio, não há como determinar um perfil de vítimas tendo em vista os inúmeros tipos de ocorrências no qual se baseiam tais homicídios, contudo, quando falamos de extermínio, são os jovens entre 15 a 29 anos, segundo o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), sobre vulnerabilidade juvenil, os mais acometidos pela violência no Brasil.

Os jovens de 15 a 29 anos representam um quarto da população brasileira e estão entre as maiores vítimas de homicídios. Vale lembrar que essas mortes têm uma geografia e um endereço certo, pois estamos falando dos jovens, sobretudo das periferias, que estão mais expostos à violência (Relatório FBSP, 2017).

Segundo o Anuário de Segurança Pública, há um perfil de vítima preponderante no que tange aos homicídios decorrentes de intervenção policial, perfil que inclui faixa etária, cor, sexo, proveniência socioeconômica, assim aponta o referido documento. Outro aspecto importante para a compreensão do fenômeno, é o perfil das vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial. A maioria das vítimas da letalidade policial é constituída de homens, padrão que se repete historicamente. Chama atenção, contudo, que o percentual de mulheres entre as vítimas dobrou, saltando de 0,8% (2019) para 1,6% (2020) (Relatório FBSP, 2017).

A tabela abaixo demonstra a posição de mortalidade juvenil entre municípios do Brasil, Altamira fica na posição 17º quando contados os anos de 2009, 2010 e 2011, um dos índices mais altos do país. Já em 2015, segundo o índice de vulnerabilidade juvenil (2017) aponta Altamira em 2º lugar, demonstrando a grande vulnerabilidade de jovens à violência no município.

Tabela 9 – Índice de vulnerabilidade juvenil

Município	UF	População de 15 a 29 anos	Homicídio de jovens de 15 a 29 anos			Taxa 2011	Posição
			2009	2010	2011		
Cabedelo	Paraíba	5.675	9	11	2019	334,8	1º
Almirante Tamandaré	Paraná	9.147	13	10	22	240,5	2º
Arapiraca	Alagoas	19.473	33	47	46	236,2	3º
Santa Rita	Paraíba	10.829	9	15	25	230,9	4º
...
Altamira	Pará	9.792	8	9	16	163,4	17º

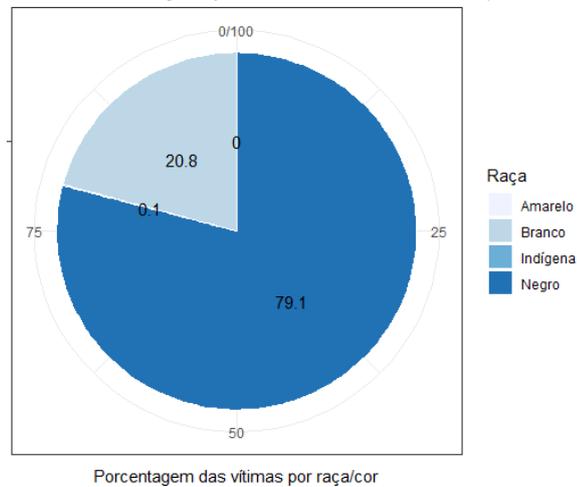
Fonte: Ipea, 2017.

Nesse sentido, em relação à última análise da mortalidade de jovens nos municípios (2011), houve um crescimento abrupto das taxas de homicídio juvenil em Altamira, como revelado na Tabela 9. Outra importante constatação é que a maior parte destes homicídios são de jovens oriundos de periferias, além de ser em sua maioria negros e pobres. Esta constatação relacionada à origem, raça e classe econômica do jovem alvo da mortalidade será demonstrada nos itens a seguir.

3.2.3 Raça e cor das vítimas de homicídio

Extremamente importante na observação das vítimas jovens do apagamento em Altamira é a análise da raça desse indivíduo, pois de acordo com o anuário de segurança pública 2020, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. Os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 11 – Raça/cor das vítimas de intervenção policial com resultado de morte no Brasil em 2019



Fonte: ABSP - Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

Assim, o Gráfico 8, acima, demonstra homicídios da população brasileira negra em comparação com a população branca decorrente de intervenção das forças policiais. Nesse sentido, quando olhamos especificamente para região de Altamira as perspectivas são bem semelhantes, pois há uma grande incidência da mortalidade do perfil citado - negros, pobres, jovens (15 a 34 anos) e homens (SINAN, 2015).

No que tange especificamente ao município de Altamira-Pa, não há dados específicos locais da raça ou cor dos indivíduos vítimas de homicídios, porém é relatado que vários movimentos sociais se levantaram contra o morticínio de jovens negros em Altamira-Pa. Em junho de 2018 o Fundo Brasil⁴⁸ fez uma visita de monitoramento ao CFNTX - Centro de Formação da Negra e do Negro da Transamazônica e Xingú, o intuito foi debater o projeto chamado “A carne mais barata vendida no mercado é a negra: denunciando e combatendo a tortura, o extermínio e a prisão arbitrária de jovens negros no contexto dos grandes projetos do capitalismo”. Esse projeto formado pelos movimentos: “Movimento Negro de Altamira” e “Xingú vivo para sempre”⁴⁹ debateram abertamente sobre a questão de extermínio de jovens negros no município tendo inúmeros relatos de familiares jovens negros que foram mortos ou torturados pelas polícias locais (Polícia Militar e Polícia civil):

⁴⁸ O Fundo Brasil é uma fundação independente, sem fins lucrativos. É um elo entre doadores e organizações locais. Oferece apoio financeiro e técnico a essas organizações, para viabilizar projetos de defesa e promoção de direitos humanos. Disponível em <https://www.fundobrasil.org.br/a-resistencia-contra-o-racismo-e-a-violencia-em-altamira/>. Acesso em 11/04/2022.

⁴⁹ É um movimento de que visa a defesa dos direitos dos povos do rio Xingu, violentados pela construção das barragens de Belo Monte.

Não é normal executar um jovem porque ele é negro, pobre e mora na periferia”, reforçou (Daniela, estudante, militante do movimento negro e irmã de uma das vítimas da violência em Altamira)⁵⁰.

Este é apenas um dos vários relatos que expõe o morticínio no município, assim adentrando-se nesse contexto de morte juvenil, sobretudo quando falamos de negros e pobres, não há como não falar da atuação do *necropoder*. Mbembe (2019, p 17 e 18) afirma que na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado, pois a questão da raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática do ocidente. Além do mais, conforme Mbembe (2019, p 16), Foucault atribui ao direito soberano de matar e aos mecanismos de biopoder esse fator biológico de divisão entre os indivíduos que é a raça.

À vista disso, remontando-se a história brasileira, vemos que o sistema escravocrata se transformou num modelo tão enraizado que acabou se convertendo numa linguagem com graves consequências (SCHWARCZ, 2019), uma delas é o racismo estrutural, que é muito presente nas práticas das instituições brasileiras e estabelece barreiras de todos os tipos aos negros e aos não brancos em geral. Isso se deu graças a ampla disseminação do sistema escravocrata no Brasil que se estendeu na sociedade brasileira e influenciou fortemente as instituições do país.

No caso brasileiro de tão disseminado, a escravidão deixou de ser privilégio de senhores de engenho. Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taberneiros, comerciantes, pequenos lavradores, grandes proprietários, a população mais pobre e até libertos possuíam cativos (SCHWARCZ, 2019, p.27).

As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país. A ideologia oficial no Brasil, de forma ostensiva, apoia a discriminação racial e econômica (NASCIMENTO, 2016), porém o sistema escravocrata no Brasil foi muito mais que um sistema econômico, ele moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez da raça e da cor marcadores de diferença fundamentais (SCHWARCZ, 2019).

O neoliberalismo, por sua vez, trata da situação de forma omissiva, isto é, influencia governos e Estados a não olharem para essas problemáticas e elege uma retórica ligada ao “vitimismo” para lidar com a violência contra os negros e o racismo estrutural. Parra (2021, p. 156) observa que a doutrina neoliberal, por intermédio de sua concepção ou retórica de meritocracia, reforça a estrutura racial desigual, enquanto modifica os processos de racialização como uma forma de criar uma certa “neutralidade e garantir que o componente

⁵⁰ Disponível em: https://www.fundobrasil.org.br/em-roda-de-conversa-ativistas-relatam-dificuldades-e-defendem-articulacao/?_ga=2.2411575.664163562.1629037805-1569993826.1629037805. Acesso em: 11 abr. 2022.

racial não seja um empecilho para o sucesso”. Assim, o autor entende que há uma espécie de verniz que blinda o racismo de seu caráter excludente através de um projeto moral com práticas ancoradas na meritocracia.

Portanto, a racionalidade neoliberal, conforme Dardot e Laval (2016), tem o poder de fazer com que os indivíduos pensem em si próprios como um reflexo do mercado, não abrindo margem para uma reflexão consistente acerca do próprio racismo. A necropolítica, por seu turno, assim como o biopoder, se utiliza constantemente do racismo para separar indivíduos, eleger-los à morte e matá-los (MBEMBE, 2019), pois o racismo, diferentemente da discriminação em virtude da pobreza, é mais visível e mais tolerável, dado o histórico escravocrata no Brasil, isso faz com que jovens negros sejam alvos mais expostos à política de morte do Estado.

Assim, tanto ao analisarmos a dinâmica do racismo em um espectro neoliberal quanto em relação à necropolítica, vemos que a questão da morte persiste. Nesse sentido, é importante também analisar quem são os agressores, isto é, quem está matando os jovens no Brasil e na Amazônia.

3.2.4 Perfil dos agressores – conflitos entre a sociedade civil e polícia

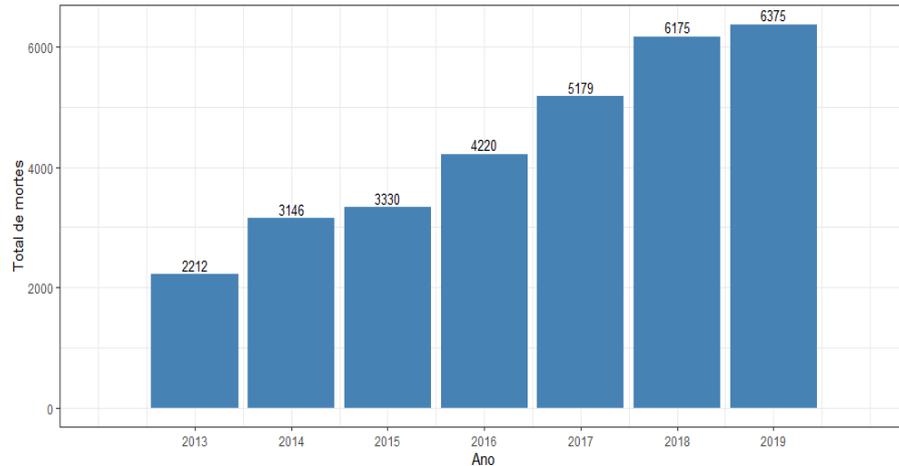
Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁵¹, no ano de 2020, o Brasil alcançou a maior taxa de óbitos advindos de intervenções policiais (MDIP) desde que o indicador passou a ser monitorado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Com 6.416 vítimas fatais de intervenções de policiais civis e militares da ativa, em serviço ou fora, as polícias estaduais produziram, em média, 17,6 mortes por dia. Desde 2013, primeiro ano da série monitorado pelo FBSP, o crescimento é da ordem de 190%. Esses dados só foram possíveis graças à melhoria da informação e da transparência a partir da cobrança da sociedade civil.

O Gráfico 9 trata sobre as mortes ocorridas por intervenção policial no Brasil. Os dados disponíveis estão compreendidos no tempo de 2013 a 2019. Os dados foram retirados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020, p. 87)⁵².

⁵¹ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/4-as-mortes-decorrentes-de-intervencao-policial-no-brasil-em-2020.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

⁵² Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

Gráfico 12 – Mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil de 2013 a 2019



Fonte: FBSP, 2020.

A partir da série histórica demonstrada, percebe-se que com o passar dos anos, desde 2013 (que foi quando esta estatística começou a ser contabilizada), o número de mortes decorrentes de intervenções policiais só vêm crescendo. Assim, comparando o primeiro e último ano em que a estatística foi coletada (2013 a 2019), percebe-se um crescimento de aproximadamente 288% no número de mortes causadas por intervenção policial. Outra perspectiva abordada por pesquisadores de segurança pública, é a proporção de civis mortos em decorrência de intervenção policial se comparada a um total de homicídios de um determinado território brasileiro, nesse sentido aduz a pesquisa do Anuário de Segurança Pública:

Um critério utilizado por muitos pesquisadores é a proporção de mortos em intervenções policiais em relação ao total de homicídios de um determinado território. Sob esta lógica, é de se supor que em territórios mais violentos, com maiores índices de homicídios e outros crimes contra a vida os policiais se vejam mais frequentemente em situações de alto risco que impliquem o uso da força (Anuário de Segurança Pública, 2020, p. 60).

Especificamente em Altamira, o conflito entre polícia e sociedade civil é constante, contudo, não há informações oficiais seguras do quantitativo de homicídios ou outros abusos advindos dos aparatos de segurança pública contra os jovens no município e isso se deve por vários motivos, no entanto, o mais lógico seria de que a própria fonte de dados (Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP) faz parte da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP), tornando enviesados possíveis dados que nos relatassem a respeito da morte de jovens em Altamira pelas polícias civis e militares.

Porém, com os dados brasileiros que expomos, vemos à nível nacional uma crescente violência vinda da atividade policial contra seus cidadãos. O necropoder brasileiro sempre utilizou os aparatos de segurança pública para imprimir a violência aos eleitos (negros,

pobres, homens). Mbembe (2019), citando Foucault, vê no racismo a força motriz da atuação do biopoder, assim a necropolítica e seus mecanismos de poder funcionam como elementos constitutivos dos Estados modernos.

Assim, podemos dizer que a polícia brasileira age com base numa política de raça e se coloca como instrumento perfeito do biopoder, atendendo a fielmente a política de morte de um Estado Necropolítico como o Brasil. Porém, a partir dos dados correlacionados e conforme o Anuário de Segurança Pública apresentado, não se pode atribuir às altas taxas de homicídio em Altamira apenas a conflitos entre policiais e civis, embora haja uma parcela considerável de homicídios por intervenção policial na localidade, o mais provável é que tais taxas estejam também correlacionadas a conflitos entre os próprios cidadãos: criminalidade, rixas de facções, conflitos em decorrência de propriedade de terras, etc.

Vejamos então quem são os agressores quando analisamos os conflitos entre os próprios civis e a violência em decorrência das facções criminosas em Altamira.

3.2.5 Perfil dos agressores – conflitos entre civis e a violência em decorrência das facções criminosas

Quando analisamos os conflitos entre os próprios integrantes da sociedade civil ocorridos em Altamira, Fainguelernt (2016) assevera que estes se acirraram com a construção de Belo Monte, tendo em vista a grande circulação de pessoas e a precariedade dos serviços públicos, nesse sentido, apontam os dados dos Gráficos 01 e 06 no que tange ao crescimento populacional e aumento de ocorrências policiais.

Destaca-se aqui a expansão e o aumento das atividades das facções criminosas em Altamira e ao seu entorno, tema diversas vezes abordado por noticiários e periódicos de grande circulação. A título de exemplo temos as seguintes manchetes: A guerra entre facções em Altamira (BBC)⁵³; Altamira: a vida na cidade mais violenta do Brasil (O Globo, 2017)⁵⁴; Com Belo Monte e briga de facções, Altamira vive explosão de assassinatos (Exame, 2019)⁵⁵.

Dos acontecimentos relacionados a facções criminosas em Altamira, sem dúvida, o mais notável e imprescindível de se mencionar nessa pesquisa foi o massacre que ocorreu no Centro de Recuperação Regional de Altamira, no qual segundo Relatório Final da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA, por intermédio de sua Comissão de Direitos

⁵³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49147723>. Acesso em: 23 set. 2021.

⁵⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/altamira-vida-na-cidade-mais-violenta-do-brasil-22183157>. Acesso em: 20 set. 2021.

⁵⁵ Disponível em: <https://exame.com/brasil/com-belo-monte-e-briga-de-faccoes-altamira-vive-explosao-de-assassinatos/>. Acesso em: 20 set. 2021.

Humanos e Defesa do Consumidor (2019)⁵⁶, narrou com detalhes o brutal evento que culminou na morte de 58 pessoas custodiadas.

Aduziu o relatório que no dia 29 de julho do ano de 2019, ocorreu um massacre no interior do presídio localizado no Município de Altamira em decorrência de uma briga territorial interna de facções criminosas, no qual resultou em 58 mortes (confirmadas até o dia 30 de julho de 2019), sendo 16 pessoas decapitadas e 42 mortes por asfixia, estes últimos em decorrência do incêndio provocado por um grupo de presos envolvidos no conflito faccional (Relatório Final – ALEPA, 2019).

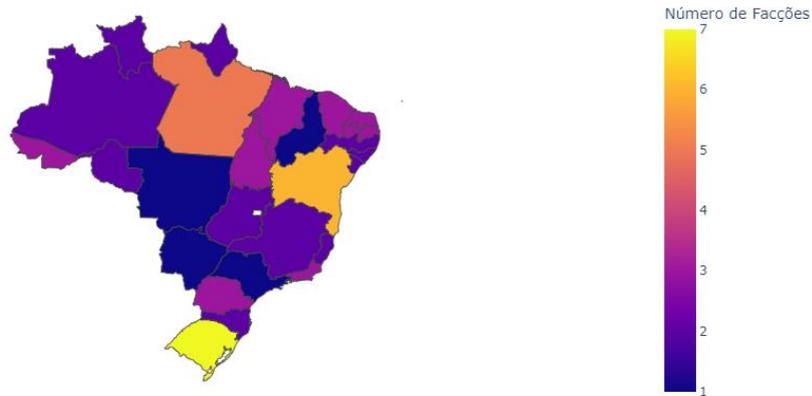
Este acontecimento foi um ápice perfeitamente televisionado e noticiado da guerra entre as facções no local. Facções estas conhecidas: PCC (Primeiro Comando da Capital) e CV (Comando Vermelho). Ressalta-se que tais grupos criminosos romperam o acordo de paz (aliança criminosa) que possuíam e deram início a um conflito sem precedentes que se espalha pelo país, no qual se disputa o controle do tráfico e a fragmentação de grupos locais (VANESSA HERCULANO, 2020).

Contudo, é importante destacar que expansão das facções criminosas em Altamira decorreu no momento da construção de AHE Belo Monte, no qual houve uma grande migração populacional e continuou posteriormente também, havendo um súbito aumento das atividades destes grupos na região. Nesse sentido, afirma Vanessa Herculano (2020) que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte deu causa a criação de assentamentos para realocação das famílias cujas propriedade foram afetadas pela construção da hidrelétrica, ocasião em que surgiram também novas facções (além das já existentes) – FDN (Família do Norte) e CCA (Comando Classe A) – para controlar o tráfico de drogas nessas novas localidades.

⁵⁶ Relatório final – ALEPA. Disponível em: https://alepa.pa.gov.br/midias/anexos/97_relatorio_e_recomendacoes_-_sistema_pentencionario_para_-_cdhdc_alepa_2019.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

Gráfico 13 – Principais facções e onde elas atuam

Número de Facções por Estado Brasileiro



Fonte: FBSP, 2018.

O Gráfico 10 mostra a quantidade de facções criminosas por estado no Brasil. Foram considerados 26 estados brasileiros, menos o Distrito Federal. Percebe-se que em todos os estados brasileiros há pelo menos uma facção criminosa. Os três estados que mais possuem facções criminosas atuando em seu território são, por ordem decrescente: Rio Grande do Sul (7 facções), Bahia (6 facções) e Pará (5 facções). As facções presentes no estado paraense são: PCC, CV, Bonde dos 30, Comando Classe A e União do Norte. Os dados foram retirados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, edição especial de 2018⁵⁷.

Muito embora não seja a missão deste trabalho discorrer exaustivamente sobre facções criminosas, é interessante observar a partir do mapa acima (Gráfico 10) que a região, do estado do Pará, onde as facções criminosas têm atuado com maior preponderância no estado, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, é a região do Xingu, onde está localizada a AHE Belo Monte e Altamira, mais precisamente no interior do sistema penitenciário instalado no local, como afirma Vanessa Herculano (2020, p.125):

O que há em comum entre todos esses massacres é a luta pelo domínio das facções criminosas dentro dos presídios do Norte e Nordeste evidenciada pelo *modus operandi* similar. A decapitação dos rivais, tão comuns nesses massacres, é um símbolo de dominação e força das facções sobre os seus inimigos, por isso está presente em todas as rebeliões.

Assim, voltando ao Relatório Final da ALEPA sobre as mortes dos presos no centro de recuperação Regional de Altamira, o documento conclui com uma evidência contundente que

⁵⁷

Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

a problemática envolvendo os conflitos de facções na região está interligada à construção da UHE Belo Monte, bem como à ausência de políticas públicas na região. Nesse sentido, no bojo das atividades legislativas que deram ensejo ao Relatório final, houve uma reunião com a Sociedade Civil local e verificou-se o seguinte:

O índice de violência e criminalidade começou a crescer quando se estabeleceu naquela cidade o Projeto da Hidrelétrica de Belo Monte, que apesar de trazer melhorias para cidade, trouxe também efeitos colaterais devastadores para sociedade, como o tráfico de drogas com crescimento desenfreado, desencadeando o encarceramento e marginalização da juventude, principalmente negra e periférica (mais vulnerável). Ressaltaram ainda haver carência de políticas públicas de combate a esse sistema que vulnerabiliza a juventude local e ainda receio da “herança” que o projeto deixou para a população local (Relatório Final – ALEPA, 2019, p.9).

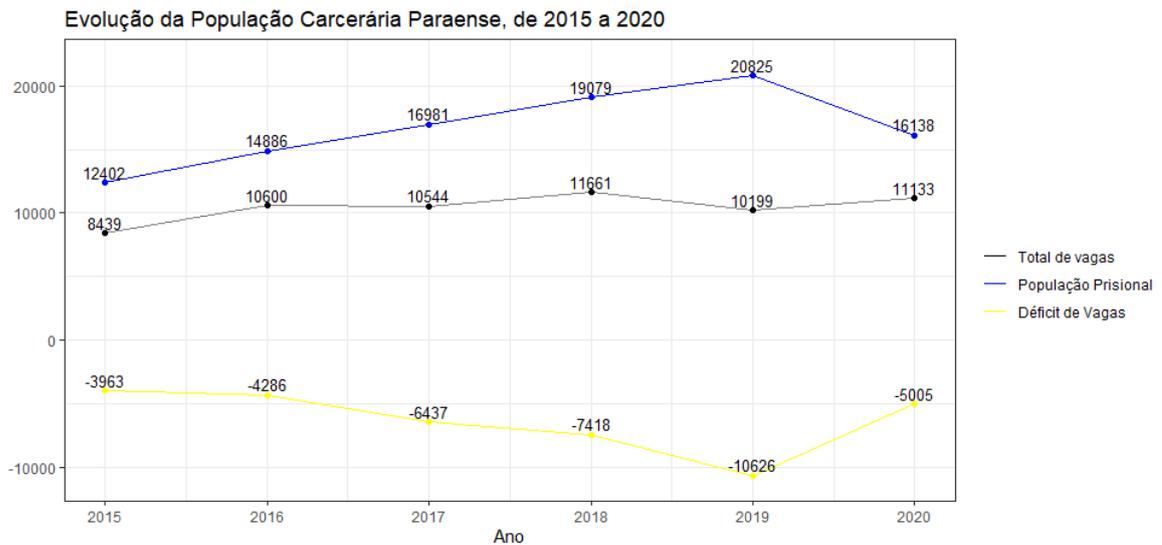
Como podemos observar, há uma problemática relacionada ao cárcere também, pois o volume de presos em Altamira aumentou substancialmente com chegada do projeto da hidroelétrica. Muito embora seja precária e superlotada a maioria dos presídios no estado do Pará, Altamira sofreu com um súbito aumento de custodiados, fato que não se vê em outras experiências de penitenciárias pelo estado do Pará.

A título de exemplo, o Relatório da ALEPA também trouxe algumas informações da situação carcerária no Estado, evidenciando as péssimas condições tanto em relação à superpopulação carcerária quanto em relação à precariedade dos estabelecimentos prisionais e seus serviços. Importante, no entanto, destacar que também não é objetivo desta pesquisa discorrer sobre a situação carcerária do Estado, porém a menção é importante devido sua ligação com o aumento populacional de Altamira.

Assim, o Gráfico 11 trata sobre a população prisional no estado do Pará. Ele apresenta a evolução temporal de três variáveis: O total de vagas que o sistema prisional paraense dispõe para alocação, o número de presos em cada ano e a diferença entre o número de vagas disponíveis e a lotação. Os dados foram retirados do SISDEPEN⁵⁸. O gráfico sugere a superlotação do cárcere paraense. O ano em que ocorreu a maior superlotação foi o ano de 2019, quando a população carcerária superou em mais de 10 mil presos o número de vagas disponíveis. Segue o gráfico abaixo:

⁵⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 7 out. 2021.

Gráfico 14 – Evolução da população carcerária paraense de 2015 a 2020



Fonte: SISDEPEN, 2020.

Nesse sentido, à época do massacre no Centro de Recuperação Regional de Altamira havia um número de presos acima do habitual, assim, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, no dia do massacre, havia 343 custodiados para uma capacidade de 168 internos. À época, o CNJ havia avaliado o presídio como superlotado e em péssimas condições⁵⁹.

Ademais, A inspeção realizada pelo Poder Judiciário já havia apontado também que o número de agentes penitenciários era reduzido frente ao número de custodiados, apontando a necessidade urgente de uma nova unidade prisional e o aumento do número de agentes penitenciários para o fortalecimento da segurança da unidade (HERCULANO, 2020).

Portanto, a problemática das facções somadas às insuficiências carcerárias do estado do Pará trouxe uma “tempestade perfeita” que têm ceifado a vida de centenas de pessoas na região, fator constatado também pelo relatório final da ALEPA, no qual verificou-se, a ausência de do Estado e sua falta de políticas públicas, ou como dispõe o relatório:

O quadro paraense reflete condições estruturais de ausência de políticas públicas estaduais e federais baseadas num modelo de encarceramento que elevou a população carcerária brasileira e paraense de forma exponencial nas duas últimas décadas. Essas deficiências e ausências não se resumem a pauta carcerária, mas tem reflexos diretos nela, escoam para o sistema carcerário, da mesma forma que a violência escoam para o sistema de justiça a partir das deficiências de políticas públicas que combatam a desigualdade e exclusão social (Relatório final Alepa, 2019, p. 32).

Nesse sentido, uma cidade como Altamira, que recebeu um alto fluxo de pessoas, deveria dispor de um sistema de segurança pública e um sistema prisional de acordo com sua

⁵⁹ Relatório do CNMP, A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional brasileiro, Brasília: CNMP, 2013; e pela CPI do Sistema Carcerário.

capacidade populacional e sua complexidade, situação que infelizmente não foi solucionada, sugerindo a acentuação das problemáticas ligadas à violência na região.

Mais uma vez o lado omissivo do Estado estabeleceu uma política de morte entre os cidadãos de Altamira. É o que revela a atuação das facções e da criminalidade em geral no local. A população ficou desassistida de políticas públicas em várias áreas (emprego, educação), mas a falta da atuação de uma segurança pública eficaz e pacificadora aliada a uma falta de políticas prisionais, fez com que os números de violência ficassem alarmantes.

Portanto, os jovens no município são os mais atingidos, em várias maneiras, pela falta da educação, do emprego, muitas vezes da moradia. Muitos são recrutados por facções entrando em um ciclo de criminalidade que inevitavelmente termina no extermínio de suas vidas. A razão neoliberal que fez com que o Estado se omita de suas responsabilidades (de manter e preservar a vida de seus cidadãos), cumpre diariamente seu verdadeiro intento que é lucrar (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 135-136) independentemente de qualquer coisa, mesmo que a morte de parte da população seja condição para isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do Gráfico 4 vemos que houve uma tímida e constante melhora nos índices de educação básica no município, seguindo média a nacional (sem discrepâncias), contudo, a desatualização de dados do IDH não ajuda a concluir de forma mais precisa e atual a situação educacional. No que tange à empregabilidade, vimos um alto índice de desligamentos (principalmente na construção Civil) em 2016, gerando uma crise de desempregados em Altamira.

A partir dos índices de desigualdade social (Tabelas 04, 05 e 06), verificamos, por meio do índice de *Gini*, que não há no local uma desigualdade social discrepante entre a região do Xingu (que abarca Altamira) e a média brasileira. Contudo a desigualdade social na região segue o padrão nacional, estando menor que a do Estado paraense, o que significa dizer que a desigualdade na região não tem tanta ligação com o empreendimento de Belo Monte.

Quando analisada a violência por 100 mil habitantes em Altamira, os números colocam o município no foco de uma crise de segurança pública vivenciada no Brasil. Destaca-se que esses dados aliados a outros igualmente pertinentes advindos de várias fontes oficiais, entre elas o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Atlas da Violência), é o que vem despertando o interesse científico em analisar os reais motivos por trás dos altos índices de violência em Altamira e sua provável correlação com os empreendimentos ali instalados.

Portanto, levando-se em conta tanto os gráficos do segundo capítulo, que demonstram a expansão demográfica na região e o teste estatístico feito, além do intenso ciclo de violência local que coincide com o início das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, acreditamos que o alto índice de violência local tem diretamente relação com a superurbanização ocorrida na região, isto é, intenso crescimento populacional em curto período de tempo.

Quanto aos agressores, no início da pesquisa imaginava-se que a polícia e o sistema de segurança público em geral eram preponderantemente os maiores vetores da incidência de homicídios na região contra jovens de periferia, porém os índices demonstraram que mesmo havendo diversos casos de violência por intervenção policial em Altamira, existem outros vetores de violência, os quais decorrem de conflitos entre civis dos mais variados tipos, seja questões latifundiárias, rixas de gangues e facções e questões passionais entre habitantes da região.

Nesse sentido, acredita-se que a criminalidade organizada, como as facções criminosas, gangues e outros grupos se tornaram os grandes vetores de homicídios na região,

inclusive dentro do cárcere, como demonstra o Gráfico 10 sobre expansão das facções na região. Contudo, não descartamos a ação de grupos ligados ao Estado (milícias e grupos de extermínio) na participação de vários homicídios na região. Ademais, a falta de dados em relação à violência policial em Altamira foi um grande impeditivo para conclusões mais precisas acerca dos agressores.

Quanto às vítimas, pode-se concluir que em grande parte elas estão dentro do seguinte perfil: homens, jovens (15 a 29 anos), geralmente negros ou diretamente descendente de negros e de baixa renda. É o que demonstra o Gráfico 8. Por conseguinte, outros fatores também são pertinentes, como a baixa escolaridade, a situação de desemprego, a moradia, além de outros fatores de risco como a adesão desses jovens em grupos criminosos (facções, gangues, organizações criminosas etc.)

Por conseguinte, além dos resultados colhidos e demonstrados acima, a análise teórica exposta neste trabalho nos remete a uma desconstrução da percepção do neoliberalismo enquanto razão puramente atrelada ao que se convencionou apenas por uma busca desenfreada pela liberdade de mercado, a qual se agarra a uma ideia de auto regulação mercadológica sem a necessidade de intervenção ou controle Estatal. Assim, Foucault analisa o liberalismo (e o neoliberalismo) a fundo e evidencia que essa ordem é antes de tudo uma razão ou uma disposição que visa intervir nas condutas sociais, políticas e culturais, ou seja, uma razão política que busca conduzir a existência dos indivíduos em sociedade com o objetivo de atender ao mercado

Tendo isso em vista, para melhor compreensão da sistemática neoliberal de governo foi trazido à tona neste trabalho uma análise da razão (ou racionalidade) que move o pensamento neoliberal. Foucault se destaca no assunto porque buscou analisar a racionalidade neoliberal em sua essência, revelando uma doutrina totalmente dependente do Estado, mas com um discurso de independência dele e inferiu que o neoliberalismo cria mecanismos que buscam alterar valores, princípios e costumes que muitas vezes estão enraizados no seio de uma comunidade/sociedade.

Além do mais, outros pensadores contemporâneos, como Pierre Dardot e Christian Laval (2016), verificaram que a essência neoliberal diz respeito à construção de um novo homem, um ser totalmente voltado ao mercado e que incorpora seus valores e princípios de forma sólida, que inclusive irá defender tais premissas tenazmente, esse é o *homo economicus*, aquele empreendedor de si mesmo. Por conseguinte, a perspectiva pragmática desse atendimento ao mercado resultaria em ações governamentais absolutamente atrelados a um cálculo de custos e benefícios, na qual as ações muitas vezes importam em custos fazendo

com que a inação, isto é, a ausência do Estado por via da falta de políticas públicas e funções essenciais públicas se torna prática perfeitamente racional do modelo neoliberal.

Assim, a cidade de Altamira, do estado do Pará, situada no coração da Amazônia brasileira surge como um objeto de estudo que se adequa a análise proposta nessa dissertação, uma vez que esse município e sua região foram “agraciados” do ponto de vista econômico pelo projeto da UHE Belo Monte, causando-lhe uma enorme abertura ao capital e por consequência sofreram todos os terríveis efeitos que o empreendimento causou agravados pelo abandono estatal, pois no cálculo de custos e benefícios neoliberal ficou evidente que seria bem menos custoso ao Estado “não agir” para minimizar os graves problemas social que Belo Monte causou do que “agir”.

Portanto, partir da construção teórica e das perspectivas dos resultados dos dados demonstrados, podemos dizer que os fenômenos ligados à violência, inclusive ao apagamento de jovens de periferia em Altamira é um relevante e intrigante exemplo de uma experiência neoliberal proporcionada pelo empreendimento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, pois esta cidade passou por várias fases que consolidaram a dinâmica neoliberal em sua convivência, como a construção não só da usina mais de hotéis, casas, abrigos. Criou-se empregos de todos os tipos gerando uma exorbitante imigração em massa e com o passar dos anos tudo esvaiu-se com a mesma rapidez que foi criado.

O resultado disso (ou os dados sugerem) é que os altos índices de violência, inclusive com o surgimento e expansão de facções, a precariedade de serviços públicos essenciais, além dos índices de desigualdade emprego e renda, decorrem de uma omissão calculada seguida por governos com premissas neoliberais. Assim, o ponto de vista central desta presente construção científica é que essa prática neoliberal (cálculo de custos e benefícios) alimenta o necropoder, isto é, o poder de escolha sobre a vida e a morte de cidadãos. Pois no cálculo neoliberal eliminar vidas ou simplesmente deixar que elas se desvançam é bem menos custoso do que dar assistência ou dignidade a elas. Assim, elimina-se aquele que não é engrenagem perfeita ao mercado e promove-se aquele que o é.

Conseqüentemente, denota-se que as formas de eliminação de vidas no local estão baseadas na morte do indivíduo por várias vias: violentas, por falta de assistência médica ou outros cuidados que o Estado deveria prestar. Volta-se a lembrar que a pesquisa aqui estabelecida também se baseia na construção do conceito teórico de necropolítica, que, como já exposto, nasce do poder soberano do Estado, o qual por meio de um conjunto de ações ou omissões estatais e operando conforme uma racionalidade, visa decidir quem tem o direito à vida e quem não o tem.

Além disso, demonstramos ao longo desta dissertação que a partir de uma perspectiva neoliberal existem inúmeras práticas que dizem respeito à necropolítica, práticas estas manifestadas por meio da **ação do Estado**: violência policial, miliciana, violência no cárcere, e demais abusos de autoridades que levam à morte; e por **omissão do Estado**: precariedade do sistema de saúde pública, do sistema de segurança pública, falta de saneamento básico, além das faltas de políticas que agravam problemas sociais, como desemprego, baixo nível ou falta educacional e agravamento das desigualdades sociais.

Assim sendo, os dados apresentados permitem-nos concluir que as novas demandas sociais que surgiram em decorrência do repentino aumento populacional da região não foram de forma alguma compensadas ou minoradas, surgindo graves problemas sociais na região. Não houve por parte do poder público uma preocupação com as consequências já previstas anteriormente pelo RIMA ou outros instrumentos que alertaram a situação caótica que poderia acontecer.

Isto posto, a conclusão mais tangível e mais precisa que podemos depreender de toda esta pesquisa, é que os altos índices de violência ou morte violenta direcionadas aos jovens de Altamira, assim como os graves problemas sociais na região, se deram a partir de uma superurbanização repentina aliada a uma racionalidade neoliberal que fez o Estado se omitir socialmente, pois deliberadamente o Estado deixou de cumprir seu papel de prevenção social e de alguma forma amenizar os impactos deixados pelo empreendimento, uma vez que os custos para isso seriam bem superiores aos benefícios (cálculo neoliberal). Os índices podem confirmar tal conclusão.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- ALMEIDA, Jalcione; FLEURY, Lorena Cândido. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & sociedade**. São Paulo, SP. Vol. 16, n. 4, p. 141-158. Dezembro de 2013.
- AVELINO, Nildo. FOUCAULT E A RACIONALIDADE (NEO)LIBERAL. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, Brasília, p. 227-284, setembro - dezembro de 2016.
- BARBER, Benjamin R. **O império do medo: guerra, terrorismo e democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- BARROS, João Paulo Pereira; BENÍCIO, Luis Fernando de Souza; SILVA, Dagualberto Barboza; LEONARDO, Camila dos Santos; TORRES, Frida Jaina Popp. Homicídios juvenis e os desafios à democracia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 37, n. 4, p. 1051-1065, out./dez. 2017.
- BARROS, João Paulo Pereira; BENÍCIO, Luis Fernando de Souza; SILVA, Dagualberto Barboza; LEONARDO, Camila dos Santos; TORRES, Frida Jaina Popp. Homicídios juvenis e os desafios à democracia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 37, n. 4, p. 1051-1065, out./dez. 2017.
- BATISTA, Vera Malaguti. A governamentalização da juventude: policizando o social. **Revista Epos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-19, jan. 2010.
- BENELLI, Silvio José. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar. In: BENELLI, Silvio José. **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas**. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 63-84. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/74z7q/pdf/benelli-9788568334447-04.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 729-747, 2012.
- BRAGA, Ruy. **A herança do neoliberalismo: sementes da revolta**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/heranca-do-neoliberalismo-sementes-da-revolta/> Acesso em: 25 de ago. 2022.
- BRAGA, Ruy. **O desmanche neoliberal**. *Cult*, São Paulo, ano 19, n. 219, p. 16, dez. 2016.
- BRASIL. Lei n.º 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. **Diário Oficial da União: seção 1- extra**, Brasília, DF, edição 248 - A, p. 1, 24 dez. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm. Acesso em: 27 fev. 2020.
- BRASIL. Senado Federal. **Atividade legislativa: Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**, n.º 23, de 2016. 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125987>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/mnx6g/pdf/cardoso-9788599662731-00.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

CARDOSO, Miriam Limoeiro; PEREIRA, Luiz. **Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK/JQ**, 1972.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (org.). **Juventudes e políticas sociais no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2009.

CERQUEIRA, D; MOURA, R. **Oportunidades Laborais, Educacionais e Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019

CHAVEZ, Lúcia Augusto; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes: Estado, Políticas Sociais e Direitos Sociais: descompasso do tempo atual. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 135, p. 290-307, maio/ago. 2019.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. Modern rationalities of the political: from Foucault to Weber. **Max Weber Studies**, v. 9, n.1-2, p. 165-187, 2009.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS – CMB. **Estudo de Caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil): RELATÓRIO FINAL**, 2000. Rio de Janeiro, CONAMA. Resoluções. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/conama/>. Acesso em: 12 set. 2021.

CURTO, Diogo Ramada; DOMINGOS, Nuno; JERÓNIMO, Miguel Bandeira. A Grande Transformação, de Karl Polanyi: questões de interpretação. In: POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens políticas e económicas do nosso tempo**. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 9-37.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELUCHEY, Jean-François Yves. O lado B da liberdade: reprimir na era neoliberal. In: LEMOS, Flavia Cristina Silveira *et al.* (org.). **Estudos com Michel Foucault: transversalizando em psicologia, história e educação**. Curitiba: Editora CRV, 2015. p. 65-78.

DELUCHEY, Jean-François Yves; SANTOS, Amanda Laysi Pimentel dos. O governo da vida que “não vale nada”: capital humano e extermínio na Amazônia. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 27, n. 157, p. 287-316, jul. 2019.

DHNET. **Estrutura normativa do sistema internacional de proteção dos direitos humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/mundo/oea/cejil/aestruuranormativa.html>. Acesso em: 28 ago. 2020.

DINARDO, J. Natural Experiments and Quasi-Natural Experiments. In: DURLAUF, S; LAWRENCE, B; **The New Palgrave Dictionary of Economics**. 2.ed. Palgrave Macmillan: Reino Unido, 2008.

DINIZ, Eli. Globalização, Estado e trajetórias nacionais: dilemas do desenvolvimento e o futuro do Brasil. *In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (org.). **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento.*** Brasília, DF: Ipea, 2009.

DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 220-254, maio/ago. 2011.

DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. Social Policy and Development in Latin America: the long view. *Social Policy & Administration*, [s.l.], v. 43, n. 4, p. 328-346, Aug. 2009.

EVANS, Peter. The State as Problem and Solution: Predation, Embedded Autonomy, and Structural Change. *In: HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert R. (ed.). **Politics of Economic Adjustment.*** Tradução de Cid Knipel Moreira. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1992. p. 139-182.

FAINGUELERNT, Maíra Borges. A Trajetória Histórica do Processo de Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. *Ambiente & Sociedade (Online)*, v. 19, n. 2, p. 247-266, São Paulo, 2016.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Bibliografia geral.** [20--]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivos/DHBBBiblioGeral.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020. Acesso em: 15 ago. 2021.

FIRMO, Maria de Fátima Carrada. **A criança e o adolescente no ordenamento jurídico brasileiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

FLORES, Tarcila. **Cenas de um genocídio: homicídios de jovens negros no Brasil e a ação de representantes do Estado.** 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo a construção do conceito. *In: DATHEIN, R., org. **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas [online].*** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

FOUCAULT, M. O que é a crítica? (Crítica e Aufklärung) (1978) *In: **Imprópria: política e pensamento crítico,*** Lisboa, n. 1, p. 57-80, 1º sem. 2012a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, penalidade e prisão.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b.

FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983).** São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (Org.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.*** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Edições 70, 2010c.

FOUCAULT, M. Conversa com Michel Foucault. *In: MOTTA, M. B. da. **Repensar a Política.*** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010d, p. 289-347.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FOUCAULT, M. Estruturalismo e Pós-estruturalismo. In: MOTTA, M. B. da. (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, M. O que são as Luzes? (1984). In: MOTTA, M. B. da. (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Le gouvernement de soi et des autres: cours au Collège de France (1982-1983)**. Paris: Gallimard/Seuil, 2008c.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, M. B. da. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)**. Paris: Gallimard/Seuil, 2004a.

FOUCAULT, Michel. **Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)**. Paris: Gallimard/Seuil, 2004b.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. El polvo y la nube. In: LEONARD, J. **La imposible prisión: debate con Michel Foucault**. Barcelona: Anagrama, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

GARCÍA, F. V. **Foucault: la historia como crítica de la razón**. Barcelona: Montesinos, 1995.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GEFAELL, Clara Valverde. **De la Necropolítica Neoliberal a la Empatía Radical: Violencia Discreta, Cuerpos Excluidos y Repolitización**. Barcelona: Ed. Icària, 2015.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes; HELMER, Fabrícia Pavesi. Violência e condições de vida de jovens. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 115-127, jan./jul. 2017.

HYNDMAN, R; ATHANASOPOULOS, G. **Forecasting: Principles and Practice**. 2.ed. OTexts: Austrália, 2018. Disponível em: [Forecasting: Principles and Practice \(2nd ed\) \(otexts.com\)](https://otexts.com). Acesso em: 14 de jun. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal**. [20--]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Relatório anual de atividades: julho de**

2018-junho de 2019. Brasília, DF: IBRAM, [2020]. Disponível em: <http://portaldamineracao.com.br/ibram/wp-content/uploads/2019/07/relatorio-anaul-2018-2019.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Portal**, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2019**. Brasília, DF, 2019a. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2019: retratos dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/7047190802atlasdaviolencia2019municipios.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2016**. Brasília, DF, mar. 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório - **Infraestrutura e Planejamento no Brasil: Coordenação estatal da regulação e dos incentivos em prol do investimento – o caso do setor elétrico**. Brasília: IPEA, 2012.

JAKOB, Alberto Augusto Eichman. A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL RECENTE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA, REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 45, p. 249-271, jul./dez. 2015. p. 250 a 252

JANDOC, R; BURDEN, A; MAMDANI, M; LÉVESQUE, L; CADARETTE,S. Interrupted time series analysis in drug utilization research is increasing: systematic review and recommendations. **Journal of Clinical Epidemiology**, v 68, n. 8, p. 950-956, 2015.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

LEYS, Colin. **A política a serviço do mercado**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antonio (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

MORAIS, Lécio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política a política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 507-527, 2011.

MORAIS, Rômulo Fonseca. **O extermínio da juventude negra: uma análise sobre os**

“discursos que matam”. Rio de Janeiro: Revan, 2019.

MOTTA, Manoel Barros da. **Crítica da razão punitiva: o nascimento da prisão no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo; FERNANDES, Danilo Araújo. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, jun. 2014.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. **Anuário Estatístico do Pará**, 2017. Disponível em: http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2017/tabelas/demografia/tab_1.2_populacao_por_faixa_etaria_para_e_municipios_2008_a_2012.htm. Acesso em: 18 set. 2020.

PARRA, João Fernando de Lima. Neoliberalismo e as relações raciais: o não-lugar do racismo estrutural nos editoriais sobre a morte de George Floyd. *Rev. Sociologias Plurais*, v. 7, n. 3, p. 155-157, jul. 2021

PEREIRA, Ana Karine. **A construção da capacidade estatal por redes transversais: o caso de Belo Monte**. 2014. 264 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

PERFIL da vítima de violência em Parauapebas é traçado pela Semsas. *In: CORREIO O PORTAL DE CARAJÁS*. 2019. Disponível em: <https://correiodecarajas.com.br/perfil-da-vitima-de-violencia-em-parauapebas-e-tracado-pela-semsa/>. Acesso em: 15 set. 2020.

PRATES, Daniela; FRITZ, Barbara; PAULA, Luiz Fernando de. Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 21, p. 187-215, jul./dez. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO BRASIL. **O que é o IDHM**. 2020. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acesso em: 18 set. 2020.

REIS, João Francisco Garcia; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Grandes projetos na Amazônia: a hidrelétrica de Belo Monte e seus efeitos na segurança pública. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 215-230, maio/ago. 2016.

RESENDE, Stela Galbardi de; SILVA, Roseli Gall do Amaral da. O neoliberalismo: desigualdades educacionais e a alienação. **Colloquium Humanarum**, v. 14, n. especial, p. 565- 573, dez. 2017.

RUOTTI, Caren; MASSA, Viviane Coutinho; PERES, Maria Fernanda Tourinho: Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 15, n. 37, p. 377-389, abr./jun. 2011.

SAES, Décio. Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). **Contraponto**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 96-102, nov. 1977.

SANTOS Hebert Luan Pereira Campos, et al. Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Ciência e Saúde Coletiva**, n. 25, p. 4211- 4224, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Críticas de Ciências Sociais**, m. 72, p. 7-44, 2005.

SANTOS, Juarez Cirino dos. O adolescente infrator e os direitos humanos. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, [s.l.], n. 2, p. 90-99, dez. 2001.

SANTOS, Thauan; Luan; ALBUQUERQUE, Renata, CORREA, Eloah. Belo Monte: Impactos sociais, ambientais, econômicos e políticos. **Tendências: Revista de la Facultad de ciencias Economicas y Administrativas**, v. 13, nº 2, p. 214 -217, 2013.

SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de Direito Penal Juvenil: adolescente e ato infracional**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 27- 40.

SEHELLART, Michel. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. **Tempo Social**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 1-14, out. 1995.

SERRA, Maurício Aguiar; GARCÍA FERNÁNDEZ, Ramón. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13 n. 2 (23), p. 107-131, dez. 2004.

SILVA, Lariça Emiliano da; FREIRE, Flávio Henrique Miranda de Araújo; PEREIRA, Rafael Henrique Moraes. Diferenciais de mortalidade por escolaridade da população adulta brasileira, em 2010. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 1-12, maio 2016.

SNYDER, Timothy. **Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TALJAARD, M; MCKENZIE, J; RAMSAY, C; GRIMSHAW, J. The use of segmented regression in analysing interrupted time series studies: an example in pre-hospital ambulance care. **Implement Sci**, n. 9, p. 1-4, 2014.

TRINDADE, José Raimundo Barreto (org.). **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimentismo brasileiro**. Belém: Paka-Tatu, 2014.

TUCURUÍ, PA. **ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil**. [20--]. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/tucurui_pa. Acesso em: 18 set. 2020.

VALE. **Sala de imprensa**, 2020. Disponível em: <http://saladeimprensa.vale.com/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 9 abr. 2020.

VERGARA, Rodrigo. A origem da criminalidade. **Superinteressante**. 31 mar. 2002. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/a-origem-da-criminalidade/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

WACQUANT, Löic. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT, Löic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Educação: blindagem contra a violência homicida?** Recife: Flacso, 2016.

APÊNDICE I – Inteiro teor do teste estatístico em regressão linear

Teste Estatístico ITS

Introdução

Em pesquisa anterior⁶⁰, foi proposto que a criação da UHE Belo Monte teve impacto no aumento da taxa de homicídio em Altamira. Porém, o estudo realizado no artigo não realizou nenhum teste estatístico que pudesse comprovar o impacto de fato. Isso se deveu ao método de estudo conduzido pelo artigo, que tomou caráter de análise exploratória (ou seja, um tipo de análise que se quer conhecer os dados, para aí sim criar hipóteses, mas sem poder criar relações causais).

Assim, uma vez que falta responder de fato se há efeito causal ou não, o objetivo deste teste estatístico busca responder à pergunta: **A criação da UHE Belo Monte impactou no aumento da taxa de homicídios em Altamira?**

O método de análise escolhido para verificar o efeito causal da criação da UHE Belo Monte no aumento (ou diminuição) da taxa de homicídio em Altamira foi através de uma série temporal interrompida, um método quase-experimental.

Métodos quase-experimentais são um tipo de desenho de pesquisa que não incluem um processo da randomização dos dados a serem trabalhados. Muitos dos métodos quase-experimentais são variações de estudos que tratam de perguntas que buscam saber o “antes e depois” de uma determinada intervenção em um grupo de tratamento (ou seja, o grupo que queremos estudar os efeitos de uma intervenção). Normalmente isso é feito através de uma comparação entre as observações do grupo de tratamento (*T*) e do grupo de controle (*C*) (DINARDO, 2008).

No caso de não haver a possibilidade de fazer a randomização dos dados, o método quase-experimental mais usado é o de séries temporais interrompidas. As séries temporais interrompidas usam dados agregados ao longo de períodos de tempo igualmente distribuídos, antes e depois de uma intervenção, com a suposição que as tendências dos dados antes da intervenção podem ser usadas para prever a tendência que eles seguiriam caso não houvesse a intervenção (JANDOC et al, 2015). Assim, esse método consegue medir o efeito da mudança imediata e gradual de uma intervenção (TALJAARD et al, 2014).

Para a realização do teste, foram seguidas algumas etapas, que serão descritas logo abaixo:

⁶⁰ Reis e Souza, 2016.

Criando a regressão linear

Primeiramente, foram coletados os dados para que se pudesse fazer a análise de regressão linear. Foram coletados dados de Altamira (o grupo de tratamento, ou seja, o que queremos investigar) e de Parauapebas (grupo de controle, ou seja, com quem comparamos os resultados).

Parauapebas foi escolhida como grupo de controle por dois motivos: primeiro, por ser uma cidade no estado do Pará que está entre as 10 maiores com maior taxa de homicídio no país. Segundo, por não ter usinas hidrelétricas e não ter sido impactada pela construção da UHE Belo Monte. Assim, quando se fizer a comparação contrafactual, teremos mais certeza se a UHE Belo Monte realmente influencia no índice da Taxa de Homicídio.

A construção do banco de dados para análise foi feita da seguinte forma:

Tabela 1 – Variáveis do teste estatístico

Variável	Explicação
TaxaDeHomicidio	Variável dependente. Mede a taxa de homicídio por 100 mil habitantes.
Altamira	Variável independente. Mostra a variação de nível da reta para Altamira (1) e Parauapebas (0).
Time	Variável independente. Mede a tendência existente no grupo de controle (Parauapebas).
Trend	Variável dependente. É a mudança de tendência da taxa de homicídio após a construção da UHE Belo Monte.
Level	Variável dependente. É a mudança de nível da taxa de homicídio após a construção da UHE Belo Monte.
AltamiraTime	Variável dependente. É a tendência no grupo de tratamento em relação ao grupo de controle.
AltamiraLevel	Variável dependente. Mede o aumento ou diminuição do nível da taxa de homicídio entre os grupos de tratamento e controle após a construção da UHE Belo Monte.
AltamiraTrend	Variável dependente. Mede o aumento ou diminuição da tendência do nível da taxa de homicídio entre os grupos de tratamento e controle após a construção da UHE Belo Monte.

Fonte: Elaborada pelo autor, 2022.

Após criar a regressão linear, os coeficientes resultantes foram estes:

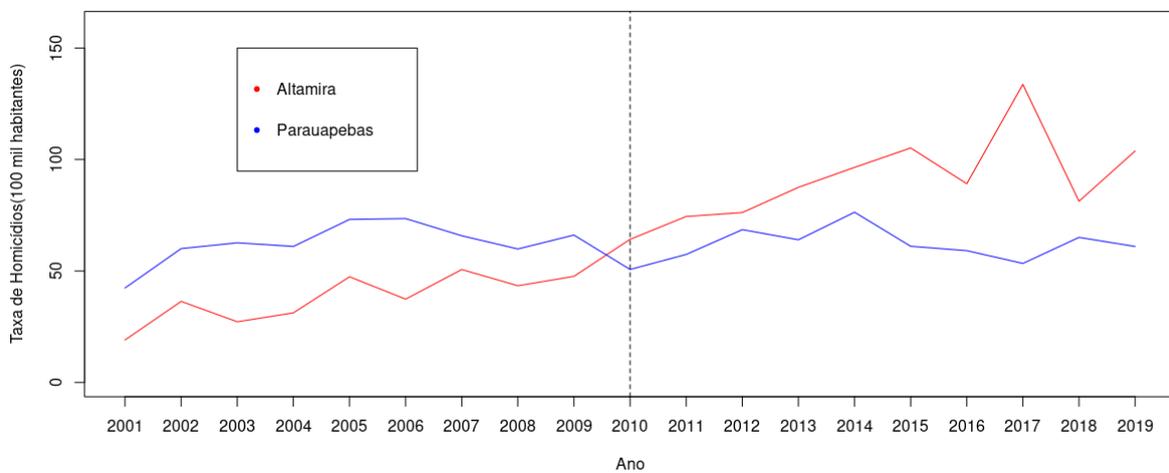
Tabela 2 – Coeficientes da regressão linear

	Estimate	Std. Error	t-value	Pr(> t)
Intercept	53.272	7.607	7.003	8.79e-08
Altamira	-31.166	10.757	-2.897	0.00697
Time	1.889	1.352	1.397	0.17263
Level	-9.960	9.622	-1.035	0.30888
Trend	-1.643	1.777	-0.925	0.36232
AltamiraTime	1.249	1.912	0.654	0.51836
AltamiraLevel	27.290	13.607	2.006	0.05400
AltamiraTrend	2.782	2.512	1.107	0.27689

Fonte: Elaborada pelo autor, 2022.

A interpretação do modelo é a seguinte: Antes da construção da UHE Belo Monte, Altamira tinha uma taxa de homicídio menor que Parauapebas. Após 2010, ano da implantação da usina, Parauapebas teve uma queda tanto de nível quanto de tendência na taxa de homicídio. Por outro lado, Altamira passou a ter uma tendência e nível maior de taxa de homicídio que Parauapebas. Em relação ao nível, a reta moveu-se para cima, e a tendência aumentou. Essas informações são corroboradas com o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Taxa de homicídios de Altamira em relação a Parauapebas antes da construção da UHB



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Construindo o modelo de série temporal

Entretanto, conforme a significância estatística mostra (última coluna da tabela acima), apenas a variável “Altamira” é estatisticamente relevante. Por se tratar de uma análise que envolve série temporal, a insignificância estatística pode estar relacionada com a forma que os dados são tratados. Neste caso, para que se possa criar uma análise de série temporal, é necessário observar algumas regras:

1. Os dados devem ser estacionários (sem tendências ou sazonalidades); e
2. Os dados não podem ser autocorrelacionados (os dados não podem mostrar semelhança com eles mesmos em períodos passados⁶¹).

Para testar a autocorrelação, foi feito o Teste Durbin-Watson. O resultado do teste teve um p-valor de 0.5755. Ou seja, falhamos em rejeitar a hipótese nula (que os dados não são autocorrelacionados). Já para estacionariedade, usou-se o Teste Dickey-Fuller Aumentado. Foi-se testado duas vezes, uma para a taxa de homicídio em Altamira e uma para a taxa de homicídio em Parauapebas. Em ambos os casos⁶², falhamos em rejeitar a hipótese nula. Ou seja, a série temporal das taxas de homicídio para as duas cidades são não-estacionárias.

Assim, para que se possa criar uma análise de série temporal, é preciso que os dados da taxa de homicídio de Altamira se tornem estacionários. O processo adotado para tornar a série temporal estacionária foi o de diferenciação (ou seja, computar a diferença entre dois pontos na série temporal⁶³). E para dar conta do processo de diferenciação, o modelo de série temporal escolhido para modelar a taxa de homicídio de Altamira foi o modelo ARIMA. O modelo ARIMA se chama assim por ser um conjunto de componentes:

- AR: Autoregressivo. Ou seja, ele usa dados do passado para prever dados do futuro⁶⁴.
- I: Integrado. Representa a diferenciação que o modelo deve sofrer para a série temporal se tornar estacionária⁶⁵.
- MA: Médias móveis. Ou seja, o modelo usa os erros de previsão do modelo para prever o futuro⁶⁶.

Cada termo de ordem do ARIMA foi escolhido com base em testes estatísticos. Como é necessário fazer a diferenciação, o primeiro termo que se busca é o *d*. Para isso, criam-se gráficos com algumas diferenciações na série temporal da taxa de homicídio de Altamira. Abaixo, os gráficos com a série temporal original, a série temporal com uma diferenciação e com duas diferenciações:

⁶¹ Séries temporais: Uma análise de suas características. Disponível em: <https://operdata.com.br/blog/caracteristicas-das-series-temporais/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

⁶² Os *p-valores* encontrados foram, respectivamente, 0.7955 e 0.3506.

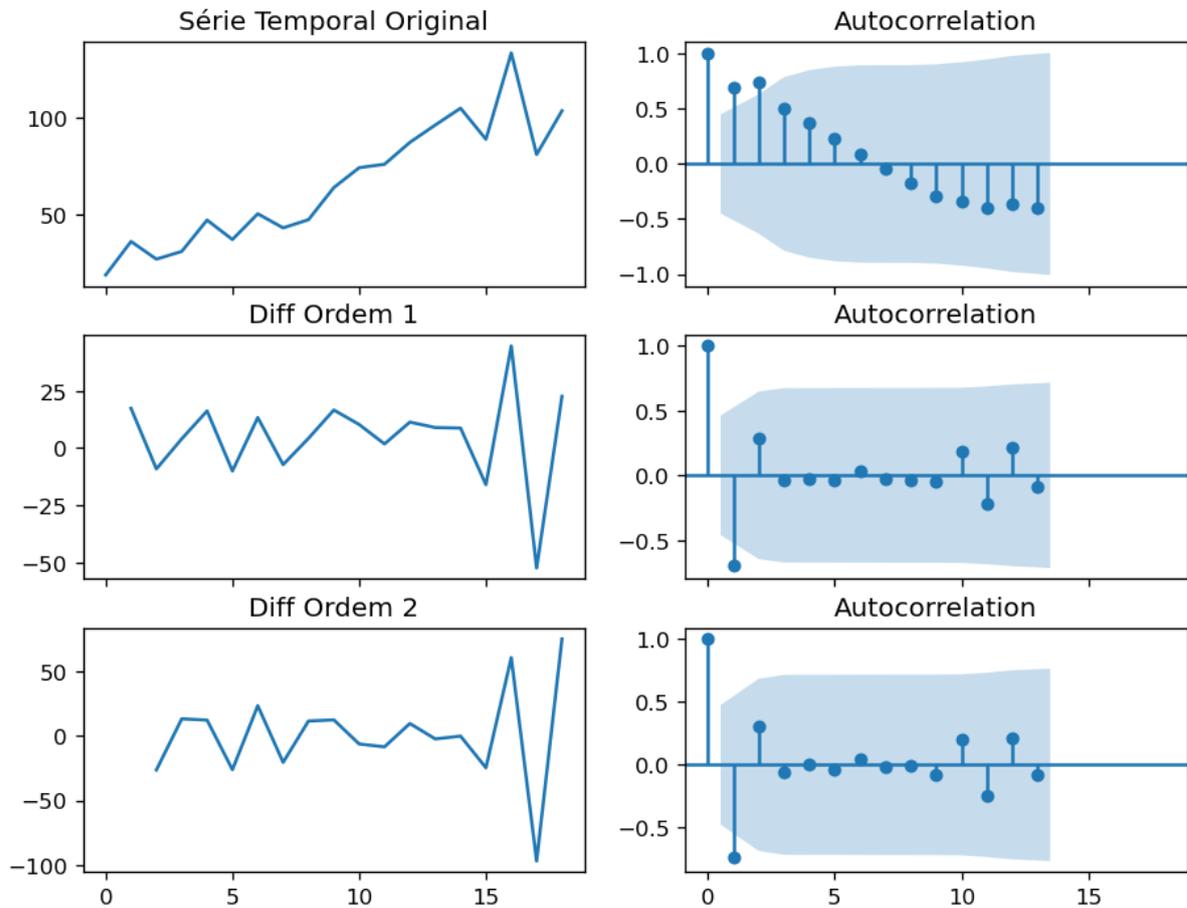
⁶³ Hyndman e Athanasopoulos, 2018.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Autoregressive Integrated Moving Average (ARIMA) Definition. Disponível em: <https://www.investopedia.com/terms/a/autoregressive-integrated-moving-average-arima.asp>. Acesso em: 15 ago. 2021.

⁶⁶ Hyndman e Athanasopoulos, 2018.

Gráfico 2 – Séries temporais (com uma diferenciação e com duas diferenciações)

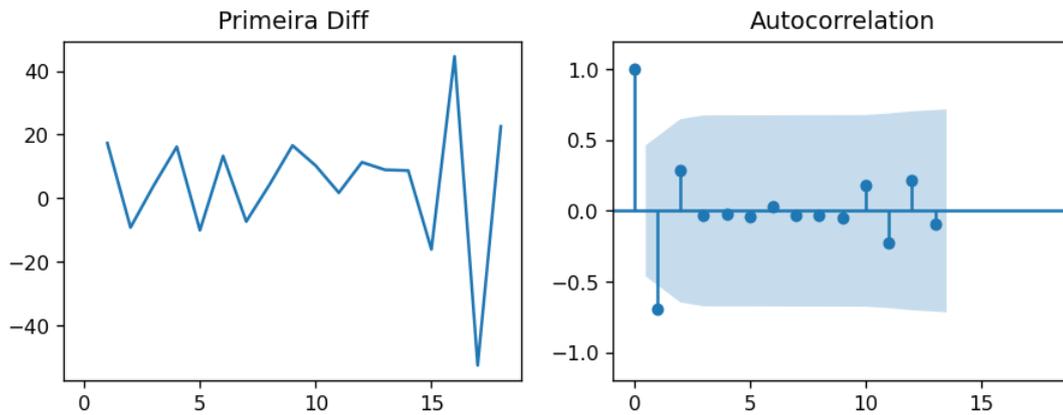


Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Como a diferenciação de Ordem 1 (Diff Ordem 1) já é o suficiente para tornar a série estacionária, então o termo d é igual a 1. Em seguida, temos que determinar os valores de p (que representa a ordem da autorregressão) e q (que representa a ordem da média móvel).

Partindo para definir a ordem de q , mais uma vez é criado um gráfico de autocorrelação. A partir da análise do gráfico, pode-se ver quantos termos de médias móveis são necessários para remover a autocorrelação. Conforme o gráfico abaixo mostra, um termo já é suficiente para que a autocorrelação seja removida. Por isso, a ordem q do modelo é igual a 1.

Gráfico 3 – Autocorrelação dos dados

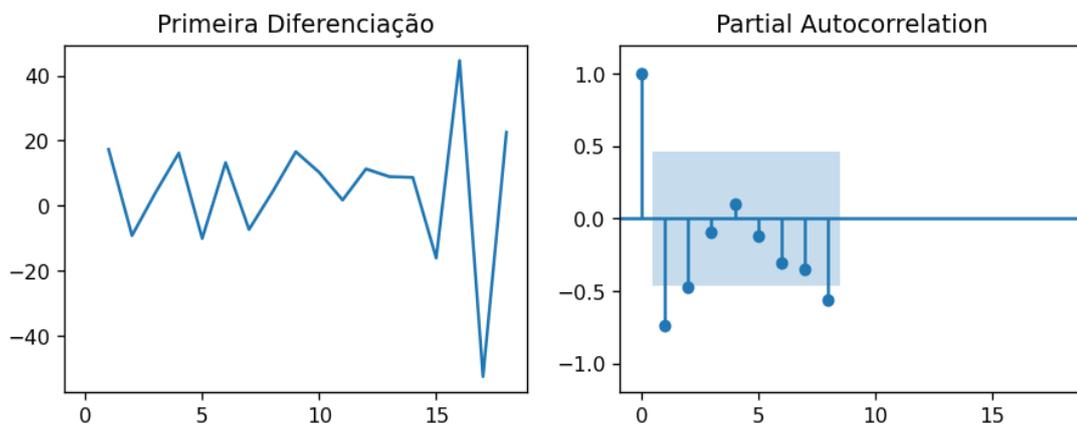


Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Por fim, deve-se achar a ordem p . A ordem p tenta remover correlações entre os resíduos de um ponto da série temporal com os resíduos do ponto anterior. Resíduos podem ser definidos como a distância vertical entre a reta de uma regressão linear e o ponto observado. Resíduos são também chamados de “erros”. Assim, o termo p tenta remover a influência dos “erros” de previsões de um ponto para o outro, tentando aproximar as previsões do modelo ao que realmente foi observado.

Realizando a análise gráfica, podemos ver que com um termo já é o suficiente para diminuir os erros. Há outros pontos que também são estatisticamente significativos para serem considerados, mas o primeiro termo é o que está mais além do intervalo de significância. Assim, a ordem p do modelo é igual a 1. Abaixo, o gráfico que representa a escolha tomada:

Gráfico 4 – Termo de significância estatístico escolhido



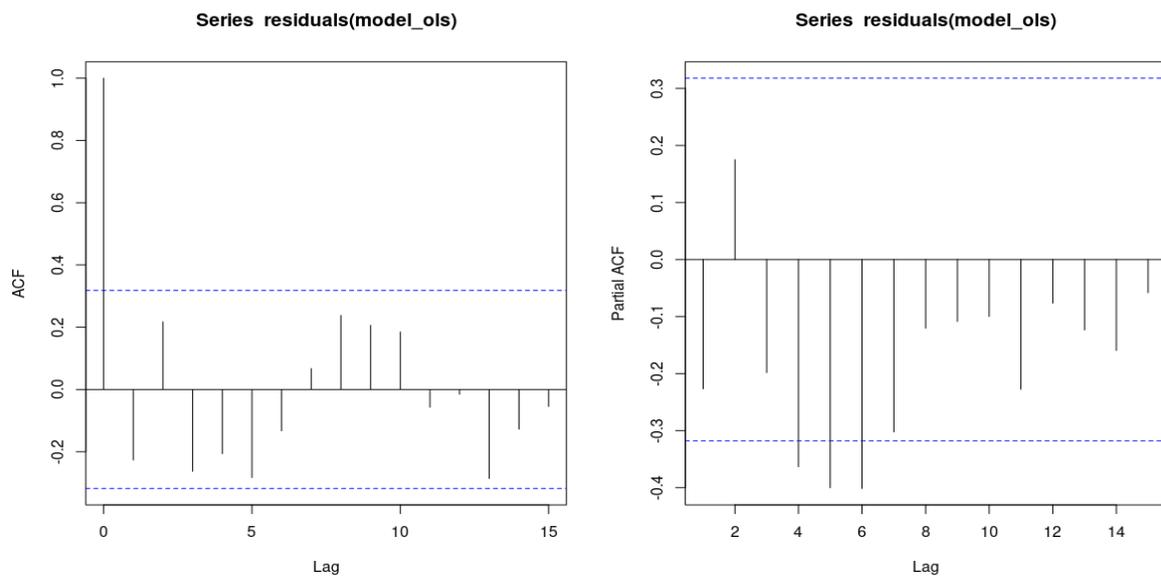
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Assim, concluímos que o modelo ARIMA que representa a série temporal da taxa de homicídio em Altamira é um modelo ARIMA (1,1,1). Pode-se então criar previsões com este modelo para definir quais seriam as tendências para a taxa de homicídio de Altamira ao longo do tempo e compará-las com o que realmente aconteceu. A este tipo de análise chamamos de análise contrafactual.

Criando o contrafactual

Antes de começar a análise contrafactual, vamos melhorar o modelo original de regressão linear. Conforme o gráfico abaixo mostra, podemos acrescentar um fator p para que o poder preditivo possa ser melhorado, criando assim um modelo de médias móveis. Dois fatores p são significantes (5 e 6). Para ser conservador, usa-se o fator 5. O gráfico abaixo justifica a tomada de decisão:

Gráfico 5 – Contrafactual dos dados com o fator p



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Na tabela abaixo, o sumário estatístico do novo modelo de regressão linear incorporando o fator p .

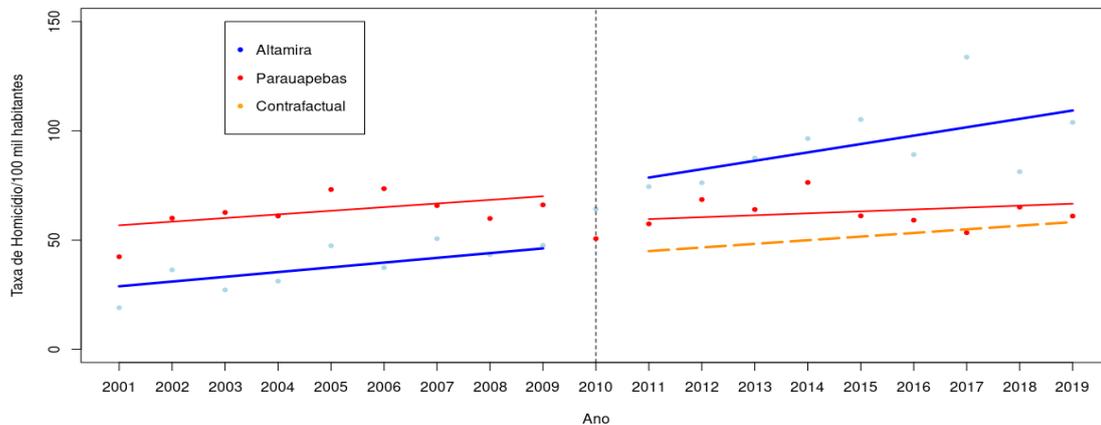
Tabela 3 – Sumário estatístico com o fator p

	Value	p-value
Intercept	55.104	0.0000
Altamira	-28.423	0.0001
Time	1.66	0.0543
Level	-12.22	0.0506
Trend	-0.78	0.3852
AltamiraTime	0.507	0.6682
AltamiraLevel	36.95	0.0001
AltamiraTrend	2.44	0.0599

Fonte: Elaborada pelo autor, 2022.

Após a incorporação do fator p na regressão linear, a mudança de nível pós-intervenção (construção da UHE Belo Monte em 2010) se tornou estatisticamente significativa e a tendência pós-intervenção chega perto da significância estatística, aumentando a força da nossa hipótese. Isso significa que a mudança de nível não foi ao acaso, embora a tendência do aumento da taxa de homicídio por 100 mil habitantes não seja impactada pela intervenção da construção da usina. Ao se criar o gráfico com os coeficientes da nova regressão linear e comparando com as previsões do modelo ARIMA, este é o resultado:

Gráfico 6 – Taxa de homicídios de Altamira em relação a Parauapebas após construção da UHB



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Como se pode perceber através do gráfico, antes de 2010, Parauapebas tinha uma tendência de crescimento da taxa de homicídio por 100 mil habitantes. Após 2010, houve tanto uma queda na tendência da taxa de homicídio quanto uma mudança de nível (mudança de direção da reta). Já Altamira, que foi a cidade que sofreu a intervenção, possuía uma tendência de crescimento antes de 2010. E após 2010, a tendência de crescimento da taxa de

homicídio por 100 mil habitantes continuou e junto com ela, uma mudança de nível acima do que era antes de 2010.

A linha laranja seria a previsão da taxa de homicídio por 100 mil habitantes se a construção da UHE Belo Monte não tivesse ocorrido. Percebe-se que assim como o grupo de controle, há uma mudança no nível da taxa de homicídio mesmo que se mantenha o crescimento da tendência, o que fortalece a hipótese de que houve sim impacto causal no aumento da taxa de homicídio por 100 mil habitantes em Altamira. A diferença relativa entre o que realmente aconteceu (a taxa de homicídio por 100 mil habitantes em Altamira) em 2019 e o que era previsto se não houvesse a construção da UHE de Belo Monte é de, aproximadamente, 44%. Ou seja, a construção da UHE Belo Monte fez aumentar a taxa de homicídio por 100 mil habitantes em 44%.

REFERÊNCIAS

DINARDO, J. Natural Experiments and Quasi-Natural Experiments. IN: DURLAUF, S; LAWRENCE, B; **The New Palgrave Dictionary of Economics**. 2.ed. Palgrave Macmillian: Reino Unido, 2008.

HYNDMAN, R; ATHANASOPOULOS, G. **Forecasting: Principles and Practice**. 2.ed. OTexts: Austrália, 2018.

JANDOC, R; BURDEN, A; MAMDANI, M; LÉVESQUE, L; CADARETTE, S. Interrupted time series analysis in drug utilization research is increasing: systematic review and recommendations. **Journal of Clinical Epidemiology**, v. 68, n. 8, p. 950-956, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25890805/> Acesso em: 15 nov. 2021.

TALJAARD, M; MCKENZIE, J; RAMSAY, C; GRIMSHAW, J. The use of segmented regression in analysing interrupted time series studies: an example in pre-hospital ambulance care. **Implement Sci**, n. 9, p. 1-4, 2014. Disponível em: <https://implementationscience.biomedcentral.com/articles/10.1186/1748-5908-9-77> Disponível em: 15 nov. 2021.

ANEXO I – Cronograma da obra da UHB (Monitoramento de Obras Públicas da FIESP)

Segue uma cronologia da construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a qual foi comentada no capítulo II deste trabalho. Esta cronologia foi extraída integralmente de um relatório que monitora grandes obras públicas, realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP⁶⁷.

CRONOLOGIA

1970 a 1975

Segundo a ANEEL, a possibilidade de construção de usinas hidrelétricas na bacia do rio Xingu, entre os estados do Pará e Mato Grosso, começou a ser estudada ainda na década de 1970, sendo que os estudos foram iniciados pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte S.A.) e, posteriormente, assumidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), em conjunto com as construtoras Camargo Corrêa S.A., Andrade Gutierrez e Norberto Odebrecht. Em 1975, a Eletronorte inicia os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, com a realização do primeiro mapeamento do rio e do projeto de localização de barramentos.

1980 a 1994

Em 1980, foram concluídos os Estudos de Inventário e iniciados os Estudos de Viabilidade Técnica da Usina de Kararaô[4] (11 mil MW), a qual daria futuramente origem à UHE Belo Monte, no contexto do início dos estudos para a construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira, que também incluía a usina de Babaquara (6,6 mil MW), de acordo com a cronologia apresentada pela Norte Energia.

Os estudos de inventário do rio Xingu foram aprovados em agosto de 1988[5]. Na mesma época, a Eletronorte foi autorizada pela Portaria nº 1077 do Ministério de Minas e Energia (MME) a realizar os estudos de viabilidade para o Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte, os quais foram concluídos em 1989. Segundo a Norte Energia, no mesmo ano, por divergências a respeito do impacto socioambiental do projeto, o financiamento da obra foi suspenso.

Em 1994, os Estudos de Viabilidade foram revisados, resultando na diminuição da área inundada e no compromisso de não inundação de terras indígenas. Quatro anos depois, em 1998, a Eletrobrás solicitou à ANEEL a autorização para a realização, em conjunto com a Eletronorte, de novos Estudos de Viabilidade da AHE Belo Monte.

⁶⁷ Relatório Completo da Usina hidrelétrica de Belo Monte. Disponível em: <http://radarbrasil.fiesp.com.br/usina-hidreletrica-de-belo-monte-relatorio-completo> Acesso em: 22 nov. 2021.

2000 a 2005

Em dezembro de 2000 a Eletrobrás e a Eletronorte firmaram um acordo para a conclusão conjunta dos Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica e Ambiental (EVTEA) da usina. Apresentados em 2002 à ANEEL, esses estudos não são concluídos por decisão judicial, com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) sendo paralisado a pedido do Ministério Público. Apenas em julho de 2005 os estudos foram retomados, com a autorização dada ao Poder Executivo pelo Congresso Nacional[6], para implantar o AHE Belo Monte a ser desenvolvido após estudos de viabilidade pela Eletrobras. Esses estudos, tal como discrimina o decreto, abrangeriam, dentre outros, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (Rima).

2006 a 2007

Em janeiro de 2006, a Eletrobrás solicitou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a abertura do processo de licenciamento ambiental prévio, ao mesmo tempo em que foi iniciado o EIA. Em março daquele ano, o Ibama realizou a primeira vistoria técnica na área do empreendimento. Em agosto do ano seguinte, nova vistoria técnica foi realizada pelo instituto na área do projeto, incluindo também na ocasião a realização por parte do instituto de reuniões públicas nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu para discutir o Termo de Referência para o EIA, o qual foi emitido pelo órgão em dezembro de 2007.

2007

Ainda em outubro de 2007, foi concluída a Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Xingu, o qual recomendou, com base na avaliação de critérios técnicos, energéticos, econômicos e ambientais, a adoção da alternativa de divisão de queda do rio Xingu, constante de um único aproveitamento, situado à jusante da sede urbana da cidade de Altamira, no estado do Pará. Naquela ocasião, já estava estabelecido que o trecho do rio Xingu, entre a sede urbana de Altamira e a sua foz, dispunha de elevada queda natural e vazão bastante significativas que permitiriam a geração de energia em um único aproveitamento, com elevada energia média gerada e possibilidade de integração ao SIN.

2008 a 2009

Em julho de 2008, quando o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)[8], por meio da sua Resolução nº 6, de 3 de julho de 2008, determinou que o único potencial hidrelétrico a ser explorado no rio Xingu deve ser o AHE Belo Monte. Na sequência, no mesmo mês, a ANEEL aprovou a atualização do Inventário, o qual especifica como única usina na bacia do rio Xingu o AHE Belo Monte. Em novembro, dando prosseguimento ao processo, o Ibama fez nova vistoria técnica na região do empreendimento.

Em fevereiro de 2009, a Eletrobras entregou aos órgãos competentes a versão preliminar do EIA e do Rima

e solicitou, em março do mesmo ano, a Licença Prévia. Os referidos estudos foram entregues ao Ibama em maio. Em setembro, o CNPE publicou a Resolução nº 5, de 3 de setembro de 2009, o qual indica o projeto de geração de energia elétrica AHE Belo Monte, localizado no rio Xingu, no estado do Pará, prioritário para efeito de licitação e implantação. Em outubro, o MME[9] aprovou as diretrizes para o Leilão de Compra de Energia Elétrica proveniente da então denominada Usina Hidrelétrica UHE Belo Monte, estabelecendo que o leilão deveria ser realizado no dia 21 de dezembro de 2009 e que caberia à ANEEL elaborar o Edital e o respectivo Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), bem como adotar as medidas necessárias para a realização do leilão. Como resultado, em novembro, a agência colocou em audiência pública a minuta do edital da UHE Belo Monte, enquanto que o MME[10] aprovou a sistemática para o leilão de compra da energia da usina. Ainda em novembro, foram realizadas quatro audiências públicas presididas pelo Ibama, nos municípios paraenses de Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira e Belém.

2010 a 2011

Em fevereiro de 2010, ainda que o instituto tenha feito 40 exigências de adequação. No mesmo mês, a ANEEL aprovou os estudos de viabilidade da usina[11] e o MME[12] tornou públicos os montantes de garantia física da usina. Em 17 de março, foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) o acompanhamento, no seu 1º estágio, do Leilão nº 006/2009 para a contratação de energia da UHE Belo Monte e a previsão de custos da construção da usina. No dia seguinte, o ministério definiu a data do leilão para o dia 20 de abril de 2010 e a diretoria colegiada da ANEEL aprovou o edital do referido leilão e os seus anexos, destinados à implantação da usina e à contratação da energia elétrica gerada por ela. Com base no edital e na nota divulgada pela ANEEL por ocasião da aprovação, é possível destacar as seguintes diretrizes do leilão: O leilão daria origem a uma outorga de Concessão de Uso de Bem Público para exploração da usina.

A outorga seria consolidada mediante assinatura do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para geração de energia elétrica, a ser celebrado entre o Poder Concedente e a Concessionária, com prazo de 35 anos, contado a partir da data de sua assinatura;

Essa energia seria negociada por meio de Contratos de Comercialização em Ambiente Regulado (CCEAR), na modalidade por quantidade de energia, com prazo de duração de 30 anos, com início de suprimento em 2015;

O preço--teto foi definido em R\$ 83 por Mega watt-hora (MWh), seguindo o estabelecido pelo MME;

Em junho de 2011, o Ibama emite a Licença de Instalação nº 795/2011, permitindo o início das obras da usina, as quais foram de fato iniciadas na ocasião. De acordo com balanço do PAC, no início de 2013, 20% das obras civis de infraestrutura da usina já tinham sido concluídas, com mais de R\$5 bilhões investidos até aquele momento, sendo R\$700 milhões destinados a ações de compensação socioambiental[14].

2016

O ano de 2016 trouxe novos marcos para a construção da usina. Em janeiro, foi concluído o enchimento do canal de fuga e, em fevereiro, o enchimento dos reservatórios. Ainda no mesmo mês, foi realizado o primeiro teste de giro mecânico da Unidade Geradora 01 da Casa de Força Principal. O início da operação comercial da usina ocorreu em abril, com a liberação das Unidades Geradoras 01 das Casas de Força Principal e Complementar pela ANEEL. Com isso, no dia 5 de maio, a UHE Belo Monte foi formalmente inaugurada.

Em junho de 2016, entrou em operação comercial a Unidade Geradora 02 da Casa de Força Complementar, no Sítio Pimental, enquanto em julho foi integrada ao SIN a Unidade Geradora 02 da Casa de Força Principal, no Sítio Belo Monte, com sua geração comercial autorizada pela ANEEL. A agência também autorizou, em agosto, a operação comercial da Unidade Geradora 03 na Casa de Força Complementar, levando a um total de cinco turbinas em operação naquele momento. Finalmente, em novembro, foi iniciada a operação comercial da Unidade Geradora 03 da Casa de Força Principal e da Unidade Geradora 04 da Casa de Força Complementar.

2017 e 2018

O mês de janeiro de 2017 marcou a plena operação da Casa de Força Complementar, com o início da operação comercial das Unidades Geradoras 05 e 06; além da Unidade Geradora 04 da Casa de Força Principal. Em abril, com a operação comercial da Unidade Geradora 05 da Casa de Força Principal, mais 611,1 MW foram liberados ao SIN. A Unidade Geradora 06 da Casa de Força Principal entrou em operação comercial em junho e a Unidade Geradora 07 da Casa de Força Principal, em outubro. Com isso, o ano de 2017 fechou com potencial instalado de 4.510,57 MW.

Em 2018, mais cinco unidades geradoras da Casa de Força Principal entraram em operação: a unidade 08 em fevereiro, a unidade 09 em junho, a unidade 10 em outubro, a unidade 11 em novembro, e a unidade 12 em dezembro. Como resultado, no final de 2018 a UHE Belo Monte alcançou um total de 7.566,3 MW de potência instalada, sendo 7.333,2 MW da Casa de Força Principal e 233,1 MW da Casa de Força Complementar, em Pimental.

Segundo balanço feito pela Norte Energia, dentre os principais desafios de engenharia alcançados na construção da usina, é possível destacar a produção de 69 milhões de m³ de aterro, a escavação de 166 milhões de m³ de terra e rocha, e o lançamento de 3 milhões de m³ de concreto em um período de 4,2 anos.